Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico do Paraíba

Banco do Nordeste

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA PARAÍBA

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA PARAÍBA

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

Presidente:
Marcos Costa Holanda

Diretores:
Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Gerente
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Estudos e Pesquisas
Gerente
Luciano J. F. Ximenes

Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas
Gerente
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
Gerente
José Rubens Dutra Mota

Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento
Gerente
Sâmia Araújo Frota

Coordenação Técnica:
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:
Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frota
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale
Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho
Diagramação: Patricio de Moura

Colaboração:
Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei n“ 10.994, de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico da Paraíba / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.], organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

178 p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-251-3

1. Perfil socioeconômico – Alagoas. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Copyright©2009 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015** vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado da Paraíba, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social da Paraíba. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais da Paraíba com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que

elevem o grau de modernidade e competitividade da economia paraibana, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

	Prefácio	5
	Apresentação	7
1	Características territoriais	11
	Referências	19
	Demografia e panorama social	21
	Referências	28
3	Desempenho da economia estadual	29
	Referências	35
4	Agricultura	37
	Referências	42
5	Pecuária	45
5.1	Avicultura	45
5.2	Bovinocultura	46
5.2.1	Bovinocultura leiteira	47
5.2.2	Bovinocultura de corte	48
5.3	Caprinos e ovinos	50
5.4	Apicultura	53
5.5	Considerações finais	53
	Referências	56
6	Indústria	59
6.1	Perfil da indústria da Paraíba	60
6.2	Indústrias extrativas	67
6.3	Indústrias de transformação	70
6.4	Indústria da construção	73
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	74
6.6	Considerações finais	75
	Referências	76
7	Comércio e serviços	79
7.1	Comércio	82
7.2	Serviços	84

7.3	Considerações finais	86
	Referências	86
8	Fluxos do comércio interestadual	87
8.1	Compras de insumos intermediários	88
8.2	Vendas de insumos intermediários	93
8.3	Balanço das compras e vendas	97
8.4	Análise da agregação de valor	98
	Referências	101
9	Turismo	103
	Referencias	109
10	Comércio exterior	111
	Referências	117
11	Infraestrutura	119
11.1	Infraestrutura de transportes	119
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	123
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	125
	Referências	128
12	Mercado de trabalho	129
12.1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	129
12.2	Evolução do emprego formal - RAIS	133
	Referências	139
13	Intermediação financeira	141
	Referências	145
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste	147
	Referências	154
15	Considerações finais	155
	Apêndices	161

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima
Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas
Thamiris Ferreira Pinto Paiva
Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

A Paraíba possui um território de 56,5 mil km^2, com uma distância linear de 443 km na direção leste-oeste e 263 km no sentido norte-sul. Situa-se a leste da região Nordeste, tendo como limites o Rio Grande do Norte ao norte, o Oceano Atlântico a leste, Pernambuco ao sul e o Ceará a oeste. Correspondendo a 3,6% da área total nordestina (1.554,3 mil km$^{2)}$, classifica-se em sexto lugar em área territorial nessa Região e 20º em relação ao Brasil, respondendo por 0,7% da área do País (8.515,8 mil km^2), Mapa 1.

A regionalização federal da Paraíba obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou na divisão do Estado em quatro mesorregiões, subdivididas em 23 microrregiões geográficas, especificadas no Quadro 1 e Mapa 2, e onde estão inseridos seus 223 municípios.

As mesorregiões paraibanas estão delimitadas no sentido leste-oeste, sendo que a Mata Paraibana está localizada em uma faixa úmida que acompanha o litoral, a leste do Estado. Compreende quatro microrregiões e 30 municípios, totalizando 5,2 mil km^2, correspondendo a 9,3% do território estadual. Embora tenha a menor extensão, é a de maior adensamento populacional e índice de urbanização no Estado.

Mapa 1 – Localização geográfica da Paraíba

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e microrregiões geográficas - Paraíba

Mesorregiões	Microrregiões
Mata Paraibana	Litoral Sul, João Pessoa, Litoral Norte e Sapé.
Agreste Paraibano	Brejo Paraibano, Campina Grande, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana e Umbuzeiro.
Borborema	Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Ocidental Paraibano e Seridó Oriental.
Sertão Paraibano	Patos, Serra do Teixeira, Piancó, Sousa, Catolé do Rocha, Itaporanga e Cajazeiras.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

O Agreste Paraibano, por sua vez, é uma região de transição entre a zona da mata e o sertão, abrangendo oito microrregiões e 66 municípios. Corresponde a 22,9% do território estadual, com 12,9 mil km^{2,} sendo a segunda menor em área geográfica (Mapa 2).

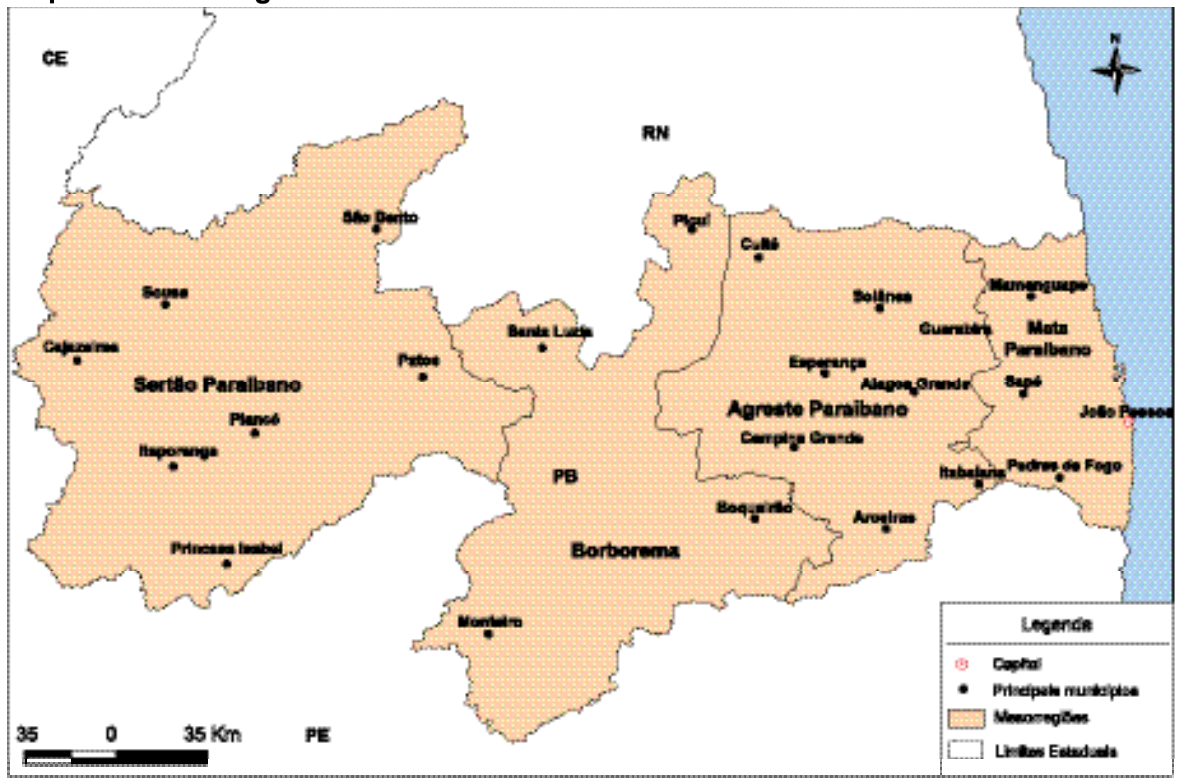
A Mesorregião da Borborema, localizada no planalto da Borborema entre o agreste e o sertão, possui 44 municípios distribuídos em quatro microrregiões. É a segunda em área com 15,6 mil km^2, representando 27,6% do território paraibano.

O Sertão, localizado no oeste paraibano, tem uma área de 22,7 mil km^2, cobrindo a maior parte da Unidade Federativa, ou seja, 40,3% do território. Possui sete microrregiões e 83 municípios.

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de planejamento, definição e implementação de políticas públicas (BRASIL, 2012).

Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de Caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. Entre os Estados da área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Paraíba destaca-se com parcela significativa do território definida como semiárido (86,2%) com uma área de 48,7 mil km^2, Mapa 3.

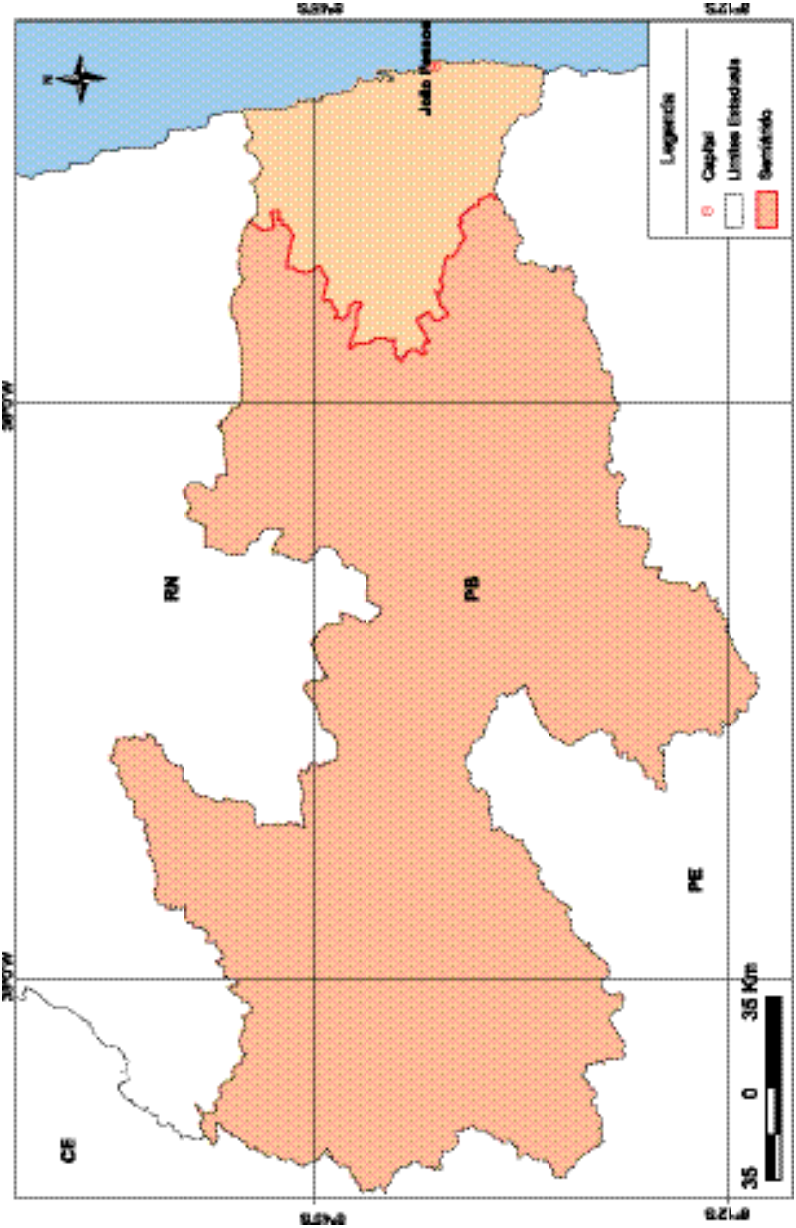
Mapa 2 – Mesorregiões do estado da Paraíba



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Mapa 3 – Semiárido da Paraíba



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

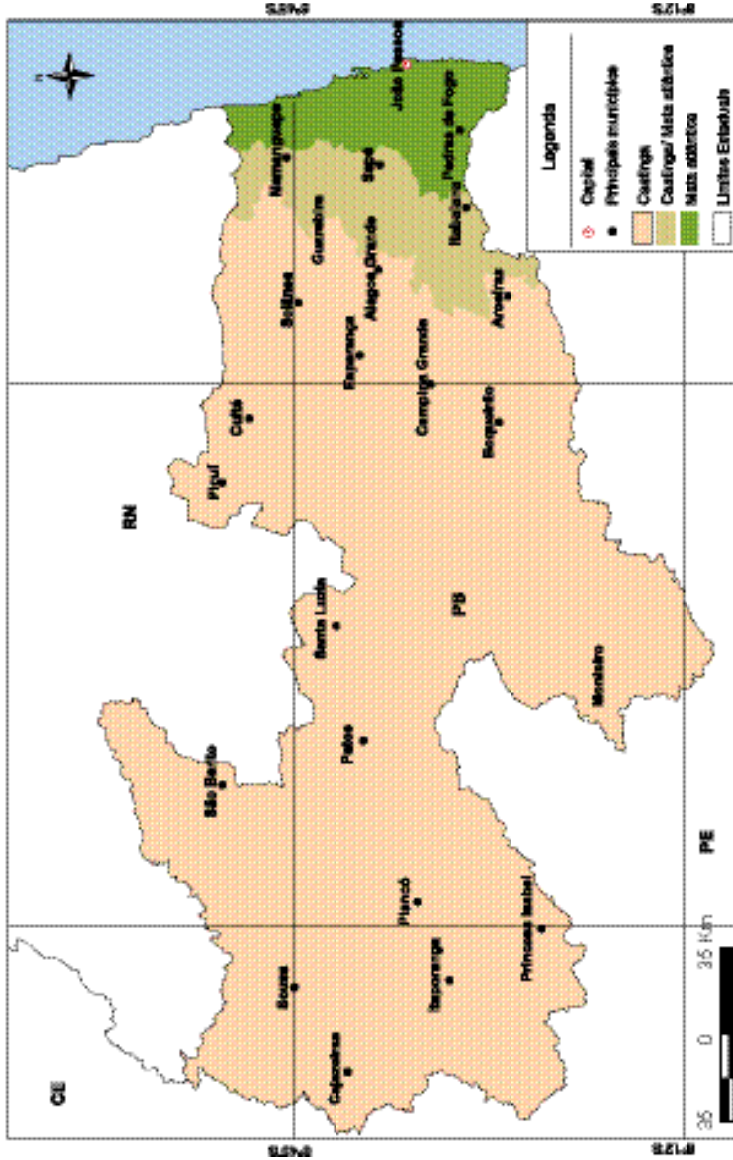
Devido à proximidade com a linha do Equador, a Paraíba não apresenta grandes variações térmicas, ficando a média anual em torno de 25,5°C. Na Baixada Litorânea predomina o clima tropical úmido, com chuvas de outono-inverno e estação seca durante o verão. As chuvas no litoral atingem índices de 1.700 mm anuais. Seguindo para o interior as chuvas diminuem, 800 mm na encosta leste da Borborema, voltando a aumentar o índice pluviométrico no topo do planalto para 1.400 mm, reduzindo-se para menos de 800 mm anuais no oeste da Borborema e no sertão. Essa variação climática do litoral para o interior reflete-se, também, na ocorrência dos principais tipos de vegetação do Estado (ALENCAR JÚNIOR, 2002).

A Paraíba é formada por dois biomas que caracterizam o território brasileiro, apresentando também uma faixa de transição. Na porção leste do Estado localiza-se o bioma da Mata Atlântica, recobrindo a parte litorânea, correspondendo a apenas 6,2% do território. Referida região tem sofrido intensa devastação antrópica, sendo caracterizado por possuir as maiores precipitações do Estado (IBGE, 2004).

O bioma Caatinga cobre substancial parcela da Paraíba, representando 87,1% do território, o que equivale a 49,2 mil km^2. Temperaturas quentes e menores precipitações caracterizam esse bioma, ocupando o território estadual de leste a oeste.

Na faixa de transição entre o clima tropical úmido e o clima semiárido, surge o bioma Caatinga/Mata Atlântica. Essa faixa corresponde a 3,8 mil km^2 do Estado, representando 6,7% do território paraibano. Trata-se de uma vegetação e de um clima intermediário entre a Caatinga e a Mata, com características das duas formações, tratando-se de uma área de transição climática (Mapa 4).

Mapa 4 – Biomas da Paraíba



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

As principais bacias hidrográficas da Paraíba estão representadas pelos rios Piranhas, Paraíba e Mamanguape. Nas bacias do litoral estão os rios Camaratuba, Miriri e Gramame. Finalmente, na Bacia da Borborema Setentrional, encontra-se o Rio Curimataú. A hidrografia do Estado é dividida em dois tipos de rios a seguir especificados. Inicialmente, os rios litorâneos, que nascem no Planalto da Borborema e deságuam no litoral paraibano, a exemplo do Rio Paraíba, maior do Estado com 360 km de curso d'água (AGÊNCIA EXECUTIVA..., 2010).

Os Rios Sertanejos, por sua vez, seguem em direção ao norte em busca de terras baixas e deságuam no litoral do Rio Grande do Norte. O Rio Piranhas é o maior representante desse grupo, pois é através dele que grande parte das terras no sertão paraibano são irrigadas.

Apesar de o Estado contar com vários cursos d´água no seu território, a mais forte característica dos rios paraibanos é o fato de, a maioria, serem temporários, diminuindo de volume ou mesmo secando nos períodos de estiagem, principalmente no sertão. Os rios que nascem na Serra da Borborema e na Planície Litorânea são perenes.

A Paraíba possui litoral de 153 km, o segundo menor da costa nordestina (5.175 km), desde o estuário do rio Grajaú ao Norte, limitando-se com o Rio Grande do Norte, até outro estuário, do rio Goiana ao sul, limitando-se com Pernambuco (IBGE, 2010).

Apesar da existência de um marco ambiental regulatório, inclusive com 28 áreas de preservação ambiental, a pressão antrópica tem gerado efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios paraibanos.

Referências

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA. **Caracterização das bacias hidrográficas.** Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/perh/relatorio_final/Capitulo%202/pdf/2.1%20-%20CaracBaciasHidrograficas.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2014.

ALENCAR JÚNIOR, J. S. **Perfil econômico da Paraíba**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. **Documento referência.** Brasília, DF, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Mapa de Biomas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas_e_Mapas/Mapas_Murais/biomas_pdf.zip>. Acesso em: 12 dez. 2014.

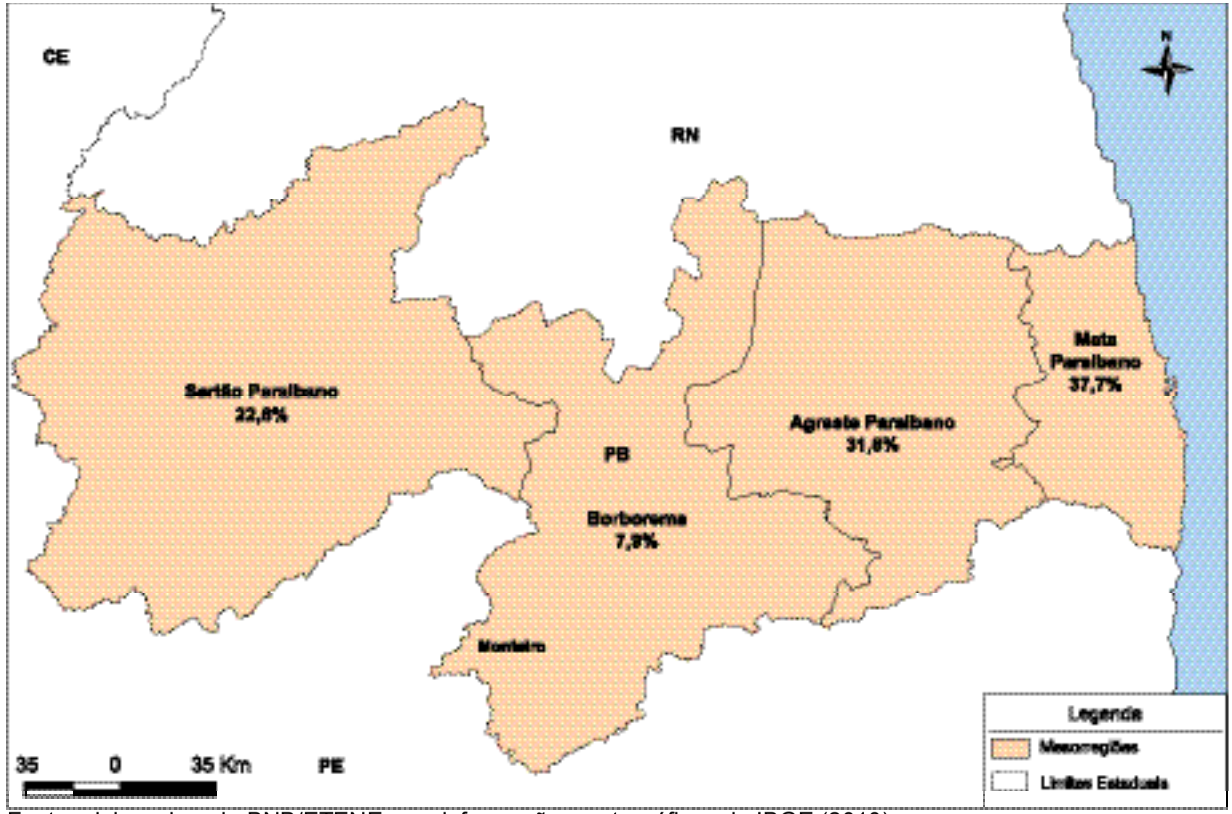
Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho
Economista. Mestre em Economia Rural

A Paraíba possui população de 3,94 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2014, quantitativo 4,7% superior ao registrado no censo de 2010 (3,77 milhões de habitantes). Possui densidade demográfica de 69,8 habitantes por km^2, a quarta da Região, tendo em seu território o ponto mais oriental das Américas, a ponta do Cabo Branco, em João Pessoa, considerada a capital mais verde do Brasil.

A Paraíba tem 223 municípios, perdendo apenas para Bahia e Piauí, em termos de número de municipalidades, com a capital João Pessoa concentrando 19,8% da população total. A estimativa populacional do IBGE para 2030 é de 4,27 milhões de residentes, representando aumento de 13,5% sobre o resultado do censo de 2010. A taxa de urbanização da população paraibana, em 2012, foi de 80,6%, a segunda no Nordeste, superior à regional (73,1%) e próxima à nacional (84,3%).

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população da Paraíba

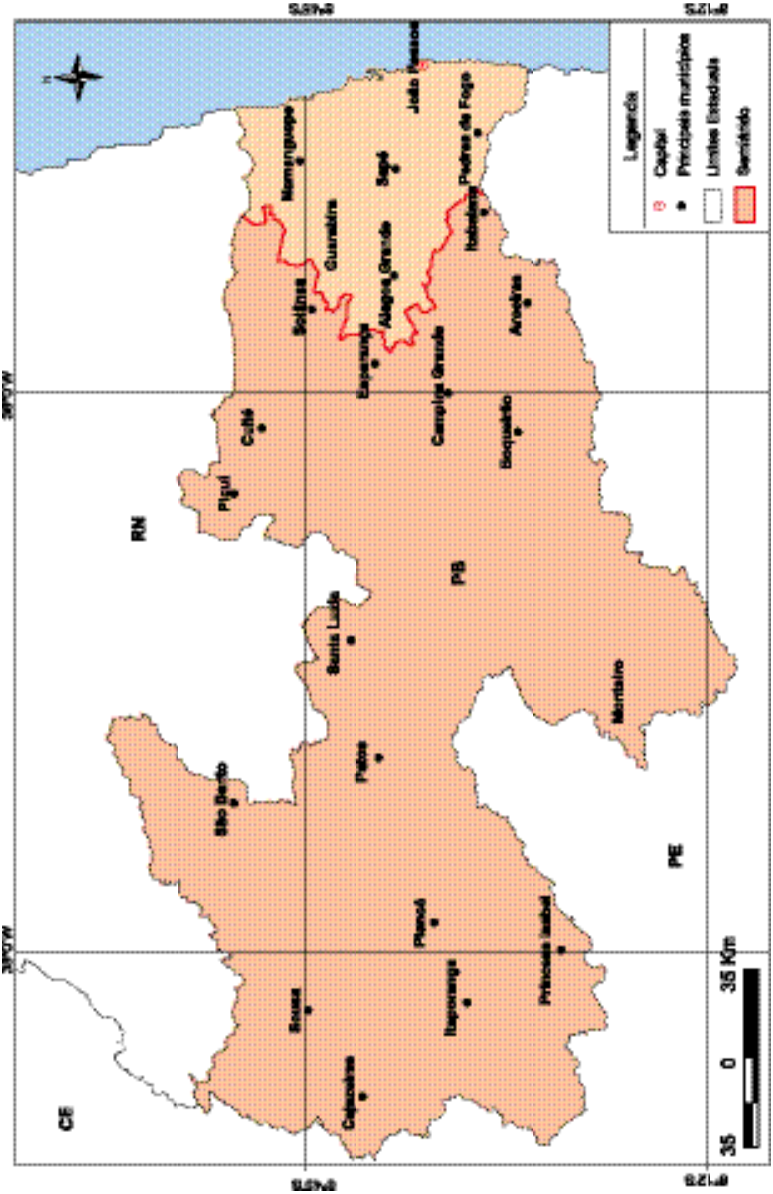


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

A mesorregião da Mata Paraibana (porção litorânea) concentra o maior contingente populacional do Estado (37,7%), seguida pelo Agreste (31,8%). A mesorregião do Sertão soma 22,6% e a da Borborema apenas 7,9% da população da Paraíba (Mapa 1).

Além da capital João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos são os municípios mais populosos, concentrando 36% da população total (1,42 milhões de habitantes), segundo dados do IBGE para 2014 (Mapa 2). Santa Rita é município vizinho de João Pessoa, um antigo distrito emancipado da capital, tendo grande produção de abacaxi e cana-de-açúcar. Campina Grande, a 130 quilômetros de João Pessoa, no Planalto da Borborema, é o segundo maior polo industrial e tecnológico da Paraíba, destacando-se em eletrônica e informática, sendo um dos mais avançados centros de tecnologia de programas de computador no Brasil. Patos, a 290 quilômetros da capital, possui algumas indústrias de produtos alimentares, calçados e minerais não metálicos. Além destes, Souza e Cajazeiras, localizados no sertão, são municípios que possuem mais de 60 mil habitantes. A primeira guarda vestígios e rastros de animais pré-históricos, às margens do Rio do Peixe. Cajazeiras, já próxima da divisa com o Ceará, tem um distrito com indústrias alimentícia, têxtil e de construção civil, além de couro e tintas.

Mapa 2 – Principais municípios da Paraíba



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões

Na Paraíba, a esperança de vida ao nascer era de 67,1 anos em 2000, elevando-se para 71,2 anos em 2010, a mesma do Nordeste e pouco abaixo da nacional (73,9 anos). O número de médicos por mil habitantes, neste mesmo intervalo, era de 0,92, tendo subido para 1,19, cobertura superior à regional (1,09 por mil habitantes), mas ainda abaixo da nacional (1,86 por mil). Em termos de leitos hospitalares, são 2,16 para cada mil habitantes, índice também superior ao regional (2,02) e próximo ao indicador nacional (2,26).

Ainda segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, do IBGE, a Paraíba tinha 98,9% dos domicílios com água canalizada internamente, 81,7% com coleta direta de lixo e 64,5% com rede de esgoto ou fossa séptica, estando os dois indicadores iniciais entre os segundos melhores do Nordeste.

A Paraíba tem três universidades públicas: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que até 2002 era ligada à UFPB, contando também com o Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFPB) e sete instituições de ensino superior particulares. É um dos estados nordestinos com o ensino superior mais interiorizado, tendo campi distribuídos em vários municípios (Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Cuité, Guarabira, Lagoa Seca, Mamanguape, Monteiro, Patos, Pombal, Sousa e Sumé), sendo também um centro de excelência nas áreas de eletroeletrônica e de informática. O Estado também conta com unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), objetivando o aperfeiçoamento da mão de obra local.

A taxa de analfabetismo da população paraibana entre os maiores de 15 anos reduziu-se de 23,5%, em 2008, para 18,2%, em 2013, mas ainda é a quinta maior da Região, sendo superior à nordestina (16,9%) e à nacional (8,5%), para este ano (IPEA, 2014).

A Paraíba tinha Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (calculado utilizando indicadores de saúde, educação e renda) de

0,382 em 1991, evoluiu para 0,631 em 2010; ainda assim, para este ano, é o menor indicador na Região (melhor quanto mais próximo de 1). Portanto, faz-se necessário intensificar as políticas públicas voltadas para educação, saúde e renda, que melhorem o IDH no Estado, visto que as Unidades Federativas vizinhas avançaram mais rápido no mesmo período (Tabela 1).

Entre 1990 e 2013, a desigualdade de renda também se reduziu, com o índice de Gini estadual (melhor quanto mais próximo de zero) caindo de 0,655 para 0,525, ainda abaixo do índice regional (0,537) e semelhante ao nacional (0,527), evolução que, em parte, pode ser explicada pelos programas governamentais de transferência de renda, incremento do salário mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho. Foi a segunda maior redução do índice na Região.

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Paraíba, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Paraíba	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,382	0,405	0,501
IDH (2010)	0,631	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,655	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,525	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipea. Ipeadata (2014).

Uma questão importante a considerar no desenvolvimento do Estado é a demografia. Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,8 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (639,7 mil) e superior a 64 anos (320,3 mil), somando 960,0 mil, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo, portanto, o chamado “bônus demográfico”. A Paraíba tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas voltadas para assistência previdenciária e médica para a população idosa e de educação profissional para os que entrarão no mercado de trabalho (IBGE, 2010).

O menor crescimento populacional na Paraíba, a exemplo do que ocorre no Nordeste e no Brasil, é resultado da diminuição combinada das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que seguem a mesma tendência de queda regional e nacional; estas também são influenciadas pelo aumento do processo de urbanização, pela maior presença feminina no mercado de trabalho e pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Paraíba, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Paraíba	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,4	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,9	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	26,2	26,8	23,4
Natalidade (2011)	16,3	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	11,2	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	6,9	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Em resumo, o panorama social da Paraíba obteve melhorias no período analisado, embora alguns dos indicadores estudados sejam inferiores às médias regionais e nacionais. Levando-se em conta o déficit social ainda existente e as mudanças demográficas

dos últimos trinta anos, é fundamental se investir no fortalecimento de políticas públicas para este Estado.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013 >. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota
Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse Estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de multiplicar riqueza.

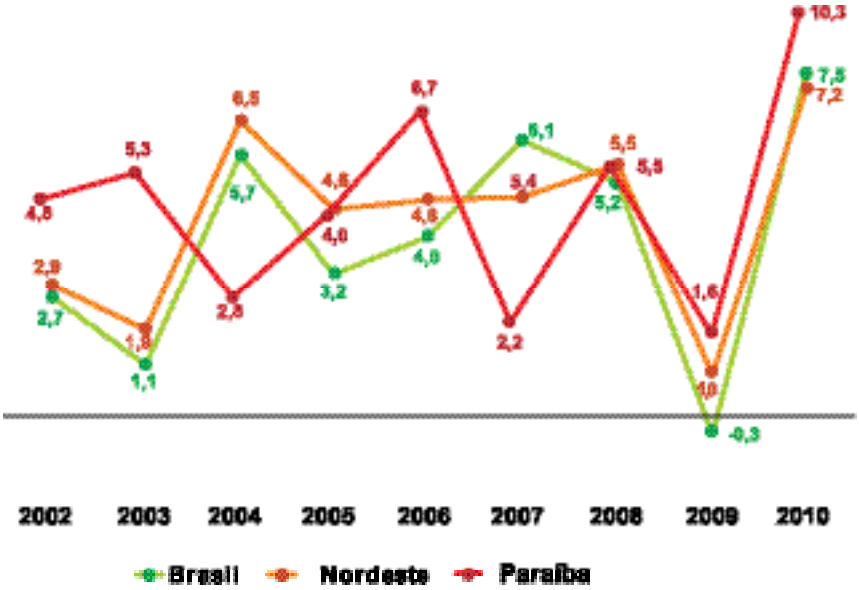
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que beneficiaram notadamente o Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza, mas também retrata o início da crise econômica e financeira internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também os países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise compreende dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracterizou por registrar uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), apresentou taxa de expansão de 2,1%, período em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional (Gráfico 1).

Na trajetória da economia paraibana destacam-se dois períodos: o primeiro (2003-2007), em que o crescimento do PIB estadual se descola das taxas regional e nacional, passando a seguir um curso próprio. O segundo, a partir de 2008, quando a economia paraibana volta a acompanhar os movimentos da economia regional e nacional. Registre-se que, em 2010, o PIB do Estado expandiu 10,3%, ficando acima da média regional (7,5%) e nacional (7,2%).

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - Em %

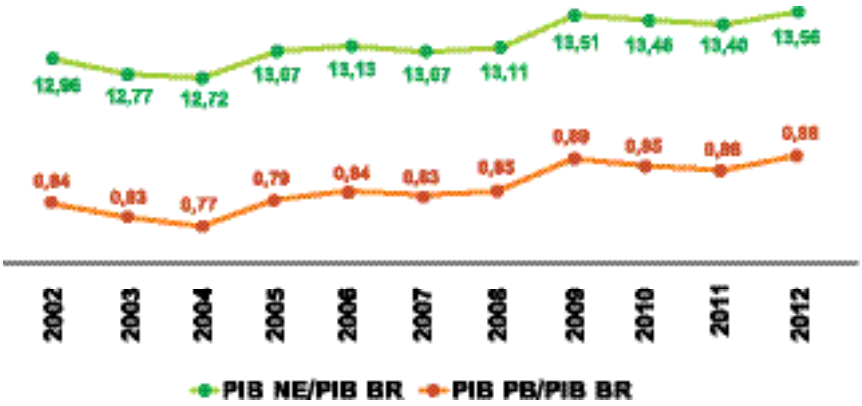


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

A participação do PIB paraibano no PIB nacional cresceu um ponto percentual de 2002 a 2012, tendo passado de 0,8% para 0,9% nesse período. Em termos de Nordeste, a participação da economia regional no PIB nacional aumentou de 13,0% para 13,6% no mesmo período (Gráfico 2).

Referidos resultados foram influenciados, dentre outros fatores, pela combinação de grandes investimentos públicos e privados realizados na Região e tendo em vista a implementação dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

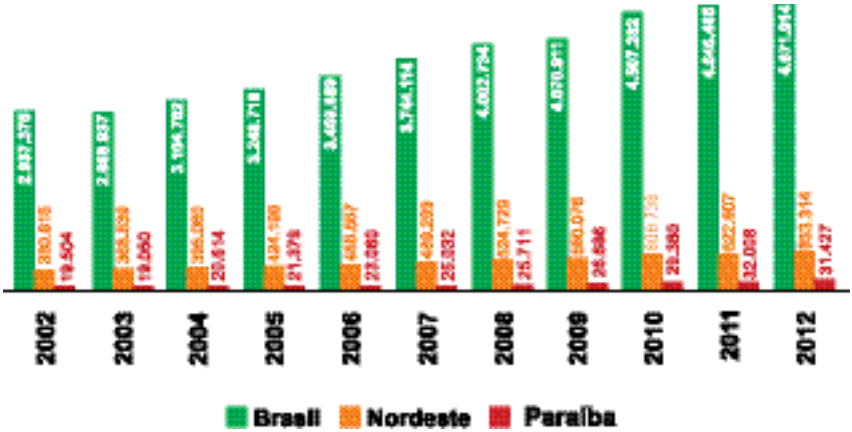
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB da Paraíba em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida na Paraíba atingiu o montante de R$ 41,2 bilhões, em 2012, o que significou um aumento de 66,7%, em termos reais, em relação ao valor registrado no início da série, R$ 24,7 bilhões. Referido desempenho superou os resultados registrados no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (R$ milhões)



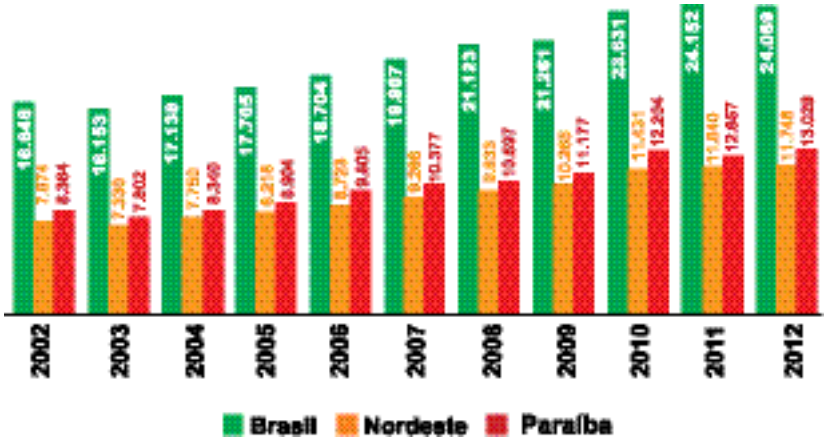
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

Contudo, é importante registrar que o PIB da Paraíba se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A mesorregião da Mata, que abrange a área metropolitana de João Pessoa, concentra 53,7% do PIB estadual. Seguem o Agreste (27,0%), o Sertão (14,7%) e a Borborema (4,6%), Mapa 1.

A evolução do PIB *per capita* da Paraíba, considerando o crescimento populacional, apresentou desempenho acima do observado para a média regional e nacional ao longo do período estudado. Entre 2002 e 2012, o PIB *per capita* da Paraíba cresceu 55,8% em termos reais, alcançando R$ 13.029 no último ano da série. Os PIBs *per capita* do Nordeste e do Brasil cresceram 53,1% e 44,7%, respectivamente, tendo atingido R$ 11.748 e R$ 24.089 em 2012. Destaque-se ainda que o PIB *per capita* da Paraíba apresentou valores acima dos observados para a média regional em toda a série estudada (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - Em R$ - (valores constantes)

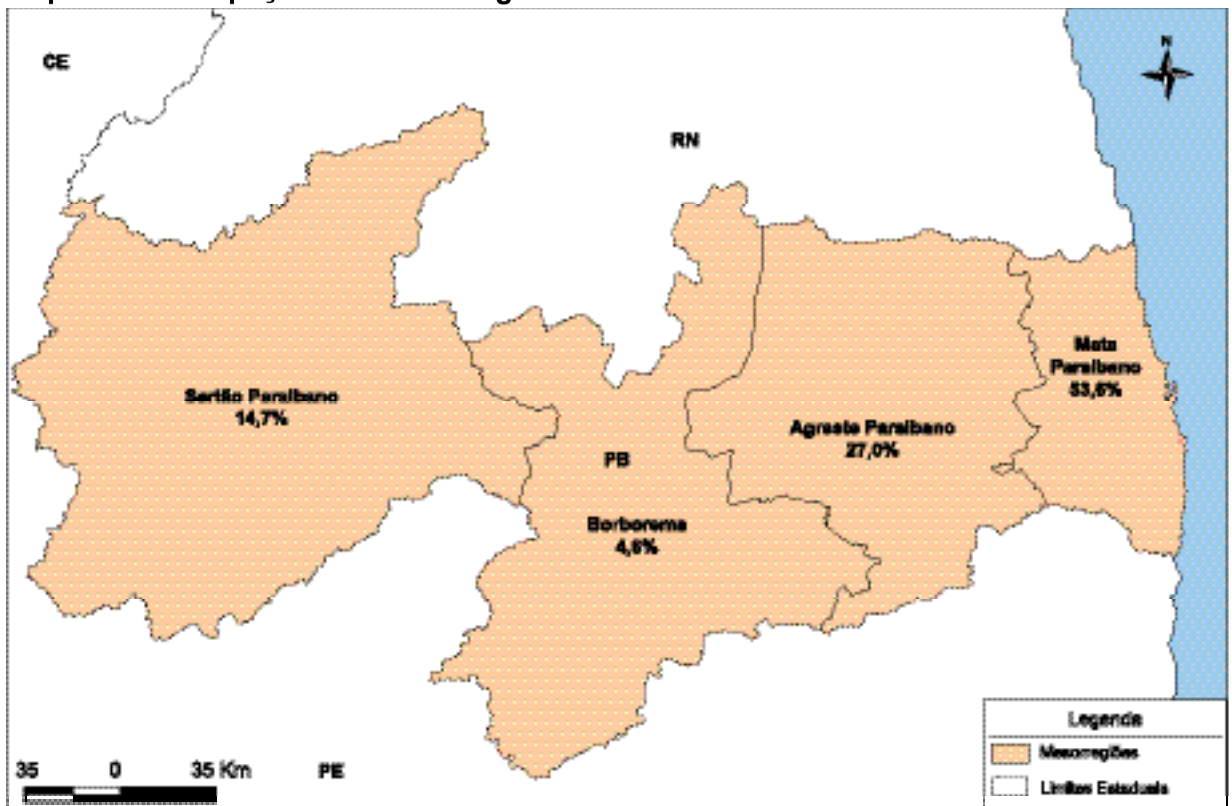


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado são concentradas no setor de serviços, que vem ganhando participação desde 2002, quando respondia por 68,8% do VAB, e passou para 73,7%, em 2012. Por outro lado, a indústria paraibana, segundo setor que mais contri-

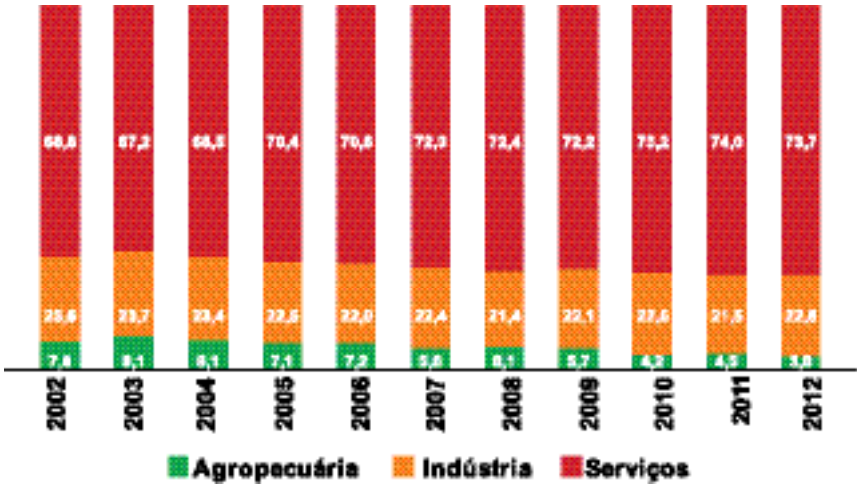
Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB da Paraíba



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010b).

bui para o VAB, reduziu sua participação, passando de 23,6%, em 2002, para 22,8%, em 2012. Destaca-se, também, a perda de 4,9 pontos percentuais na participação da agropecuária nesse período, tendo passado de 7,6% em 2002 para 3,6% em 2012 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total da Paraíba - 2002 a 2012 - Em%



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com base nos dados do IBGE (2014a).

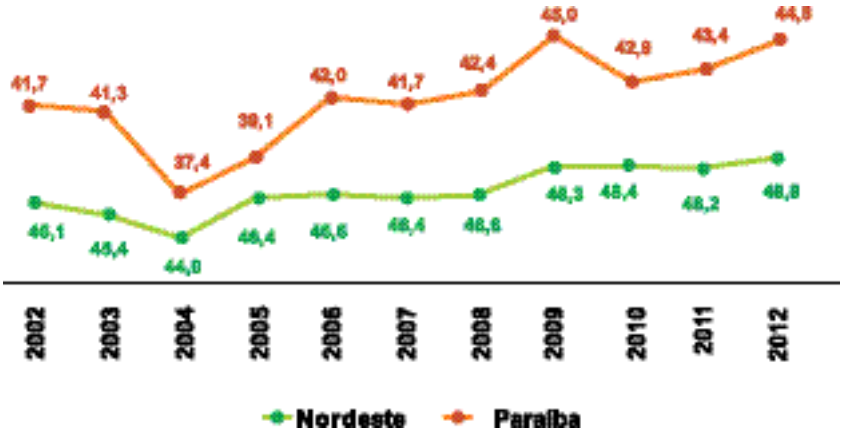
Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs *per capita* da Paraíba e do Brasil, um dos indicadores utilizados na literatura de desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para o Nordeste, a fim de posicionar a desigualdade do Estado no âmbito da Região. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença em entre o PIB per capita do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

A evolução da desigualdade dos PIBs *per capita* da Paraíba e do Nordeste entre 2002 e 2008 pode ser visualizada no Gráfico 6. A proporção entre o PIB *per capita* do Nordeste e o PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, reduzindo a desigualdade econômica do Nordeste em comparação com o País.

Por sua vez, o PIB *per capita* da Paraíba em relação ao PIB *per capita* do Brasil passou de 41,7% em 2002, para 44,8%, em 2012, o que significou aumento de 3,1 pontos percentuais nessa medida, diminuindo a desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

A Paraíba também incrementou a vantagem para a Região, pois a relação PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste passou de 108,9% em 2002 para 110,9% em 2012. Esse resultado implica dizer que a Paraíba mantém um PIB *per capita* superior em comparação com o da média do Nordeste. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Estado paraibano possa ser beneficiado.

Gráfico 6 – PIB *per capita do* Nordeste e da Paraíba em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010a**.** (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade:** 1980-2050. Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Conforme mencionado no capítulo sobre as características territoriais, a Paraíba possui três grandes regiões geoeconômicas: o litoral, caracterizado por clima úmido e constituído predominantemente por remanescente da Mata Atlântica; o agreste-brejo, região de transição entre o litoral e o semiárido, com vegetação composta por espécies da Mata Atlântica, mas principalmente por espécies da Caatinga, e; o sertão, onde o clima é seco e as chuvas são irregulares. Esta diversidade fitogeográfica confere à Paraíba amplas possibilidades de produção agrícola, de forma que são encontradas no Estado exploração de cana-de-açúcar na zona da mata, cultivos de subsistência em todo o semiárido e culturas irrigadas no sertão.

Poucos rios da Paraíba são perenes, entre os rios litorâneos destaca-se o Rio Paraíba que é o maior do Estado. No sertão, o rio mais importante é o Piranhas, ao longo do qual se realiza a irrigação.

A lavoura temporária é predominante na Paraíba. Em 2012, respondeu por mais de 80,0% do valor da produção agrícola do Estado, tendo inclusive aumentado sua participação em relação a 2002, resultado do expressivo crescimento da participação da cana-de-açúcar que passou de 29,2% para 39,4% e do abacaxi que saiu de 19,8% para 31,0% do total gerado pela agricultura no Estado (Tabela 2).

A cana-de-açúcar é a principal cultura do Estado, tanto em termos de valor de produção quanto de área colhida, sendo de grande importância na geração de postos de trabalho e multiplicação de renda na zona da mata paraibana.

A Paraíba é o maior produtor nordestino de etanol. A demanda crescente pelo produto no período analisado ocorreu em função do aumento da frota de veículos tipo *flex,* resultando no aumento de investimentos no setor produtivo de cana-de-açúcar, daí o aumento

de 27,4% da área colhida entre 2002 e 2012 (Tabela 1). Porém, vale ressaltar que atualmente o setor sucroalcooleiro nordestino passa por grave crise financeira, associada a problemas de mercado e elevação de custos de produção, problemas que foram agravados pela seca de 2012/2013 que provocou a queda de 8,6% na produção de cana do Estado em relação a 2011. Além disso, o setor não está conseguindo se modernizar, o que está aumentado a distância de produtividade e eficiência alcançadas pelo Centro-Sul do País.

O abacaxi é a segunda cultura mais importante na Paraíba em temos de valor de produção. O Estado é o maior produtor nordestino dessa frutícola, respondendo por 48,0% da produção regional. O abacaxi é produzido predominantemente na zona da mata e no agreste paraibano, onde são cultivados quase 10 mil hectares. Apesar dos plantios de abacaxi terem aumentado em área e produtividade, consequentemente na produção, entre 2002 e 2012, a cultura também tem sofrido com a baixa disponibilidade hídrica nos últimos anos.

As demais culturas temporárias analisadas no Estado (mandioca, batata-doce e feijão) sofreram queda de produção entre 2002 e 2012, resultado da redução da área e da produtividade das culturas de sequeiro principalmente nas regiões semiáridas (Tabela 1).

A mandioca, a batata doce e o feijão são culturas cultivadas principalmente por agricultores familiares nas regiões mais secas do Estado e sofreram severas perdas em 2012 por conta da estiagem.

Dentre as culturas analisadas, o feijão foi a mais atingida pela estiagem no Estado, dado que é produzido predominantemente no semiárido. Entre 2002 e 2012, a produção de feijão caiu em mais de 90,0%, resultado da drástica redução da área colhida e também da produtividade (Tabela 1). A queda na produção provocou expressiva redução no valor de produção da cultura. Em 2002, a produção de feijão no Estado representava 10,5% do total gerado pela agricultura enquanto que em 2012 alcançou menos de 1,0% (Tabela 2).

A lavoura permanente contribuiu com apenas 19,3% do valor da produção agrícola do Estado, tendo perdido espaço para as culturas temporárias entre 2002 e 2012 (Tabela 2). Com exceção do sisal, as demais culturas permanentes apresentaram perda de pro-

dução, resultado das reduções da área colhida e da produtividade (Tabela 1).

A banana é a principal cultura permanente no Estado, tendo elevada importância social e econômica. No entanto, no período analisado apresentou expressiva redução no valor da produção (Tabela 2), cedendo espaço para culturas mais rentáveis.

A bananicultura se concentra na microrregião do Brejo Paraibano, integrante da mesorregião do Agreste, que segundo dados do IBGE (2014) detêm aproximadamente 60,0% da produção do Estado, porém também há produção de banana irrigada na mesorregião do Sertão.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos bananicultores podem ser citados os baixos preços na comercialização, ausência de práticas de manejo adequadas, dificuldades para adoção de tecnologia, falta de assistência técnica e incidência de pragas e doenças. Além disso, parte dos pomares estão velhos, de forma que a falta de manejo adequado das touceiras tem contribuído para uma contínua queda de produtividade (LIMA, 2010), situação agravada pela severa estiagem ocorrida em 2012.

A produção de coco na Paraíba se dá em duas regiões: no litoral, em regime de sequeiro e no sertão sob regime de irrigação no perímetro irrigado São Gonçalo, localizado no distrito de mesmo nome, próximo à cidade de Sousa.

O sertão paraibano responde por mais de 60,0% da produção de coco do Estado. De acordo com Silva Neto et al. (2011), o predomínio da cultura no perímetro foi decorrente de melhores oportunidades de mercado e da maior tolerância da cultura a solos salinizados, problema que afeta o perímetro e que inviabiliza a produção de diversas culturas.

Entre 2002 e 2012 a redução de área com o plantio de coco ocorreu totalmente na zona da mata. No entanto, atualmente, a pior situação da cultura do coco se encontra nas áreas irrigadas, pois, devido à prolongada seca o fornecimento de água foi interrompido no perímetro de São Gonçalo causando queda de produtividade e morte de plantas. No litoral a estiagem provocou perda de produção, porém não chegou a causar mortalidade de plantas (Tabela 1).

As áreas ocupadas com as culturas do mamão e do maracujá são relativamente pequenas em relação às demais culturas permanentes analisadas. O mamão é produzido predominantemente no litoral norte do Estado e o maracujá no litoral e agreste sendo conduzido por agricultores familiares sob o regime de irrigação.

Com relação ao sisal, pode-se observar que a cultura cresceu consideravelmente em termos de área colhida e no valor bruto da produção entre 2002 e 2012. No entanto, o aumento da área colhida ocorreu até 2007 quando alcançou 12.645 hectares, a partir de então, tanto a área quanto a produção vêm declinando continuamente.

O principal problema do setor sisaleiro paraibano está relacionado à baixa rentabilidade da cultura, o que afeta negativamente a taxa de renovação das áreas. Essa situação é agravada pelas práticas inadequadas de plantio, baixo índice de aproveitamento da planta, elevado custo de implantação e em função da forte concorrência com fibras sintéticas (CUNHA, 2010).

De acordo com a Associação dos Produtores de Sisal da Paraíba (APROSISAL-PB), a maioria das plantações de sisal do Estado está com idade acima de oito anos, portanto, entrando na fase final do ciclo produtivo. Assim, caso nenhuma política seja adotada para fortalecer os produtores, a tendência é que a área e a produção de sisal no Estado sejam reduzidas de forma acentuada nos próximos anos.

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Paraíba - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (t)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária	**478.666**	**208.082**	**- 56,5**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Cana-de-açúcar	98.897	125.985	27,4	58.110	59.863	3,0	4.985.127	5.865.365	17,7
Abacaxi (mil frutos)	9.344	9.847	5,4	24.903	26.781	7,5	274.208	294.640	7,5
Mandioca	25.684	20.518	- 20,1	9.350	8.111	- 13,3	216.818	157.876	- 27,2
Batata-doce	4.188	3.192	- 23,8	8.863	10.411	17,5	37.731	20.269	- 46,3
Feijão	160.377	25.815	- 83,9	444	293	- 34,0	51.639	3.199	- 93,8
Lavoura permanente	**53.599**	**45.644**	**- 14,8**	-	-	0,0	-	-	-
Banana	16.937	12.830	- 24,2	16.988	11.066	-34,9	287.735	141.974	-50,7
Coco-da- baía (mil frutos)	11.595	9.817	- 15,3	5.757	5.853	1,7	66.754	57.456	-13,9
Mamão	1.394	997	- 28,5	46.809	43.963	-6,1	65.253	43.831	-32,8
Maracujá	786	670	- 14,8	8.687	8.204	-5,6	6.828	5.497	-19,5
Sisal	6.305	9.604	52,3	757	830	9,6	4.776	7.969	66,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: para as culturas do abacaxi e coco-da-baía a quantidade produzida está expressa em mil frutos e a produtividade em mil frutos por hectare.

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Paraíba - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (Mil R$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2000	2012
Lavoura temporária	**769.944**	**833.953**	**8,3**	**76,4**	**80,7**
Cana-de-açúcar	294.196	407.070	38,4	29,2	39,4
Abacaxi	199.864	320.799	60,5	19,8	31,0
Mandioca	47.736	51.543	8,0	4,7	5,0
Batata-doce	17.866	18.403	3,0	1,8	1,8
Feijão	105.305	8.066	-92,3	10,5	0,8
Outros	104.976	28.072	-73,3	10,4	2,7
Lavoura permanente	**237.442**	**199.411**	**-16,0**	**23,6**	**19,3**
Banana	132.113	85.701	-35,1	13,1	8,3
Mamão	43.255	40.755	-5,8	4,3	3,9
Coco-da- baía	22.294	32.122	44,1	2,2	3,1
Maracujá	4.802	8.176	70,3	0,5	0,8
Sisal	3.381	8.122	140,2	0,3	0,8
Outros	31.597	24.535	-22,4	3,1	3,1

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A cana-de-açúcar continua sendo a principal cultura da Paraíba, sendo de grande importância socioeconômica para a região da zona da mata do Estado. A segunda cultura de maior importância é o abacaxi que também é cultivado predominantemente da zona da mata. As culturas características da agricultura familiar se apresentam com grande vulnerabilidade a fatores climáticos adversos.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SISAL DA PARAÍBA. Curimataú e Seridó paraibano: sisal em fase de extinção pede socorro. **Cuité PB online,** 2014. Disponível em: http:<//www.cuitepbonline.com/2013/03/curimatau-e-serido-paraibano-sisal-em.html>. Acesso em: 21 nov. 2014.

CUNHA, M. C. F. **Análise do processo de gestão de custos dos agentes que compõem a cadeia produtiva da cultura do sisal no estado da Paraíba.** 95f. Dissertação (Mestrado)– UnB; UFPB; UFRN, João Pessoa. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>. Acesso em: 19 nov. 2014.

LIMA, E. Q. de. **Diagnóstico da produção de bananas, cultivadas em sistema convencional e orgânico no município de bananeiras**. João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfPKwAB/diagnostico-producao-bananas-cultivadas-sistema-convencional-organico-no-municipio-bananeiras>. Acesso em: 20 nov. 2014.

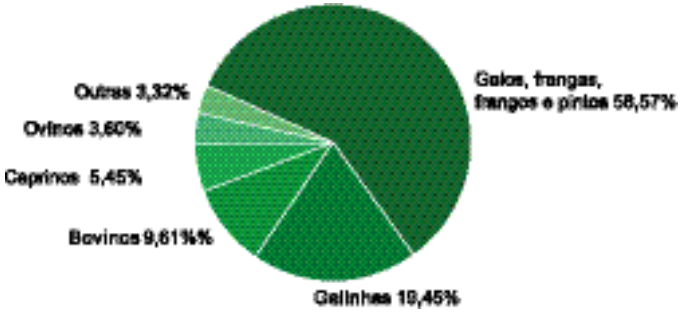
SILVA NETO, M. F. da et. al. Análise do perfil agrícola do perímetro irrigado de São Gonçalo-PB. **Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias,** Guarapuava, PR, v. 5, n. 2, p. 155-172, 2012.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural
Luciano J. F. Ximenes
Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos na Paraíba, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura, com cerca de 80% do plantel total de animais de produção do Estado, considerando a média desse período (Gráfico 1 e Tabela 1). A essa atividade segue a bovinocultura, com 9,61% do efetivo total ou 1.082 mil cabeças; os caprinos e ovinos, com participação respectiva de 5,45% e 3,60% e média de rebanho de 614 mil cabeças de caprinos e 405 mil cabeças de ovinos, respectivamente. As demais atividades respondem por 3,32% do rebanho total, constituídas pela criação de suínos, codornas, asininos, equinos e muares.

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos efetivos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do (2014).

5.1 Avicultura

A criação de codornas foi a atividade que mais cresceu, 220,65%, de 2000 a 2012 (Tabela 1). A quantidade de ovos de codorna também expandiu nesse mesmo período (150,82%) e sua participação em relação ao Nordeste aumentou 33,19%, chegando a 11,80% da produção regional. Os motivos para essa expansão,

do lado da oferta, são o rápido crescimento das codornas, precocidade na produção, pequeno espaço para a implantação da granja, alta produtividade, baixo investimento e retorno de capital em curto prazo. O Brasil e o Japão são os principais produtores de ovos de codorna. Contribui também para esse crescimento, a demanda pela carne e os ovos de codorna, como apreciáveis fontes alternativas de proteína de origem animal. Esses produtos são consumidos em vários países do mundo, principalmente Espanha, Brasil, França, Japão e China (SANTOS, 2011).

A avicultura de corte também obteve o expressivo crescimento de 84,43% no período de 2000 a 2012 (Tabela 1). Estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA (2015) indicam que, para o período de 2010 a 2015, o crescimento da produção de carne de frango no Brasil (6,52%), tem sido impulsionado pelos aumentos das demandas domésticas (2,79%) e mundial (10,24%), que incrementam as exportações (16,90%). Com o crescimento médio anual do Brasil superior ao da China (0,70 e 0,39 % ao ano, respectivamente), estima-se que em 2015 o Brasil seja o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, cuja liderança histórica é dos Estados Unidos. Com aumentos crescentes de produção e de consumo domésticos, as exportações têm se mantido constantes ao longo dos anos em termos relativos, cerca de 30%. O consumo *per capita* do Brasil é de 9,858 kg, pouco acima da média regional de 9,390 kg. Na Paraíba, o consumo de frango (abatido) era de 9,046 kg em 2002 e, em 2008, 9,756 kg, alta de 1,27% ao ano (IBGE, 2010).

A avicultura de postura está em segundo lugar em número de rebanho e obteve um crescimento de 4,72% no período de 2000 a 2012. A produção de ovos de galinha praticamente manteve-se constante (0,13%), e a participação em relação ao Nordeste caiu 25,57%, alcançando 6,25% da produção regional. Este cenário foi devido à escassez de milho e aumento dos custos de produção. Entretanto, os plantéis de poedeiras e a produção de ovos estão se recuperando gradativamente (Tabelas 1 e 2).

5.2 Bovinocultura

Os bovinos estão em terceiro lugar em número de rebanho. A bovinocultura, na Paraíba está diretamente relacionada à produção

de leite e se constitui em importante fonte de renda diária para o produtor rural, contribuindo para sua manutenção no campo.

5.2.1 Bovinocultura leiteira

No período de 2000 a 2012, o rebanho bovino aumentou 1,50%, a de vacas ordenhadas cresceu 5,77%, a produção de leite expandiu 34,68% e o acréscimo na produtividade foi de 27,33%. A produtividade das vacas na Paraíba ao longo desse período esteve sempre acima ou em torno da produtividade do Nordeste. Esses dados mostram que está havendo dinamismo na atividade leiteira, possivelmente em virtude das ações do Governo do Estado, das instituições de pesquisa e do Banco do Nordeste com o objetivo de fortalecer a pecuária na Paraíba.

Em 1996, o Banco do Nordeste financiou uma pesquisa na Estação Experimental de Alagoinha, da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A. (Emepa), para implantação de um sistema de produção de leite com bovinos da raça Sindi. A Estação Experimental é um centro de excelência na área de estudos das raças zebuínas leiteiras Guzerá e Sindi. Hoje, a Emepa tem núcleo de excelência em genética da raça Sindi, que é representativa no Brasil. Conforme dados econômicos estimados, em função de sua produção de leite, de tourinhos de bom potencial genético e de fêmeas com boas características reprodutivas e produtivas, a raça Sindi é considerada pela Emepa de grande viabilidade econômica para o Estado da Paraíba e para a Região Nordeste (NAVARRO FILHO et al., 2014). A raça foi importada do Paquistão, de pequeno porte e muito rústica ao clima semiárido, tem se mostrado excelente opção como raça de dupla aptidão. Na estação experimental da Universidade Federal do Ceará (UFC), no município de Quixadá, há um núcleo de seleção e melhoramento da raça, bem como para avaliação econômica do sistema de produção com a raça pura e do F1, resultado do primeiro cruzamento da raça Sindi com a raça holandesa.

Grande parte do leite produzido pelos pequenos produtores de leite do semiárido paraibano é adquirido através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, além de garantir renda para pequenos produtores com a compra do leite, promove a melhoria da qualidade

de vida das famílias de baixa-renda, diminui o índice de desnutrição e a taxa de mortalidade infantil do País.

5.2.2 Bovinocultura de corte

De acordo com pesquisa do BNB/ETENE (SANTOS et al., 2012), as raças zebuínas Gir, Guzerá e Sindi apresentam expressiva contribuição para formação do plantel misto (carne e leite). Nesse aspecto, as ações governamentais na Paraíba foram extremamente importantes para constituição do Gir leiteiro e pelo melhoramento das demais raças zebuínas. Os bovinos destinados ao corte são oriundos de rebanhos mestiços, destacando-se a influência da raça Nelore na produção de animais com maiores rendimentos. Embora o padrão desejável de bovino para abate seja de animais com menos de 36 meses, é comum, na Paraíba, o abate com até 45 meses e peso variando de 13 a 15 arrobas de carcaça. Entre os criadores pesquisados, observou-se a produção de novilhos Nelore com até 20 arrobas de carcaça. Supõe-se que esse rendimento seja influenciado pela aquisição de bovinos de Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará. Quando da realização da pesquisa no sul do Piauí (região de Corrente), foi constatada a ação de corretores adquirindo garrotes para recriadores da Paraíba.

À época da pesquisa do BNB/ETENE (2012), o Estado contava com nove selecionadores das raças Nelore, quatro da raça Guzerá e 23 da raça Sindi. A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa-PB), em sua Fazenda Experimental de Alagoinhas, figura como selecionadora das raças Sindi, Guzerá e Gir, enquanto a Universidade Federal da Paraíba, na Fazenda Nupeárido, em Patos, é selecionadora da raça Sindi. Para os criadores entrevistados, os principais municípios selecionadores de bovinos por raça, no Estado, são:

a) Nelore: Capim, São José do Rio do Peixe, Pilar, Lagoa Seca, São Miguel do Taipu e Gurinhem;

b) Guzerá: Massaranduba, Areia e Quixaba;

c) Sindi: Alagoa Grande, Patos, São Mamede, Campina Grande e Paud'arco, em Areia.

A produção de bovino do rebanho paraibano não atende a demanda dos frigoríficos e matadouros instalados no Estado. Estima-se que 60 a 70% dos animais abatidos são de raças especializadas para carne, provenientes de Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, sul do Piauí e Pará, cujo rendimento de carcaça é superior à da bovinocultura mista local. A tipologia do animal abatido é a seguinte: idade, 36 a 48 meses; peso, 18 a 20 arrobas; e raça, Nelore. Os recriadores e engordadores paraibanos adquirem garrotes de melhor padrão racial suprido por criadores ou intermediários dos estados de Tocantins, Maranhão e Pará. O frigorífico adquire os bovinos para abate de criadores e intermediários de Tocantins, Minas Gerais, Bahia e, ocasionalmente, da Paraíba. Estimou-se que 90% dos animais abatidos sejam adquiridos diretamente dos criadores e 10%, de intermediários, segundo dados da pesquisa do BNB/ETENE em 2012.

Observou-se que o mercado paraibano de carne bovina é abastecido principalmente de outros Estados, pela aquisição de carcaças e cortes de frigoríficos instalados em regiões produtoras, e pelo abate dos animais do rebanho local. Apesar de o custo do transporte dos animais vindos de outros Estados implicar em maiores despesas, a comercialização dessa carne compete com as carcaças e os cortes adquiridos diretamente dos frigoríficos de outros estados.

O abate clandestino de bovinos, presente em todo o Brasil, constitui o principal concorrente dos matadouros e frigoríficos legalizados, principalmente das empresas de pequeno e médio porte, tanto na aquisição de bovinos para abate como na comercialização da carne. Essa prática funciona sem os serviços de inspeção dos órgãos governamentais, não recolhe impostos, comercializa seus produtos por preços inferiores aos praticados pelas empresas legalizadas e põe em risco a saúde do consumidor. A maior parte dos matadouros apresenta deficiências, seja quanto à estrutura física muitas vezes inadequada, seja em relação ao pessoal por falta de qualificação. Na área Metropolitana de João Pessoa, localizam-se quatro unidades privadas com SIE de abate, sendo três em Santa Rita e uma em João Pessoa. Destas unidades, duas são consideradas frigoríficos e duas, matadouros. Na Paraíba, inexiste indústria de carne de médio e grande portes com o SIF. O segmento de embutidos e de conservas restringe-se a oito pequenas unidades.

Os 220 abatedouros municipais que estão distribuídos por todo o interior do Estado operam precariamente. A maioria desses equipamentos municipais conta com apenas um veterinário, que, por vezes, atende a mais de um município. Apenas 10% desses matadouros operam razoavelmente (SANTOS et al., 2012).

Por fim, a pesquisa identificou os seguintes desafios: o rebanho bovino paraibano é insuficiente para atender à demanda local de carne tanto no quantitativo quanto na qualidade dos animais; a inexistência de competitividade do rebanho paraibano em relação aos bovinos das grandes áreas produtoras do País; dificuldades na aquisição de insumos; pastagens em regime de campo não atendem as necessidades dos bovinos em quantidade e qualidade; dificuldades de se transferirem tecnologias ao pequeno produtor, por se encontrar disperso e desorganizado; ocorrências de secas prolongadas que afetam a sustentabilidade econômica da bovinocultura de corte; nível elevado de abate clandestino de bovinos, agravado pelo funcionamento de abatedouros municipais sem a observação das leis sanitárias e ambientais.

5.3 Caprinos e ovinos

Os caprinos e ovinos estão em quarto e quinto lugares em termos de rebanho mais populoso do Estado. Os principais produtos oriundos dos caprinos e ovinos são a carne, a pele e o leite. O Banco do Nordeste, por intermédio do BNB/ETENE, realizou estudo do mercado desses produtos, no Nordeste, com visitas de campo nos Estados de maior expressão na criação de caprinos e ovinos, levando em conta o tamanho do rebanho, o padrão genético dos plantéis e a importância relativa da atividade, sendo a Paraíba um dos Estados visitados (NOGUEIRA FILHO et al., 2010). Segundo o estudo, uma parcela representativa da produção de carne de ovinos e caprinos se destina ao autoconsumo e a outra, excedente, é comercializada, ambas no âmbito da agricultura familiar. O volume da carne comercializada, formalmente no Nordeste (com inspeção federal ou estadual) não chega a 5%.

A demanda pela carne de ovinos e caprinos tem crescido, nos últimos anos, mas ainda apresenta baixo consumo *per capita* no Brasil. Esse fator, associado à irregularidade da demanda são grandes entraves ao desenvolvimento da atividade no Brasil (SOARES et al.,

2014). Segundo dados do IBGE (2010), a preferência na Paraíba é pela carne caprina (0,366 kg/*per capita*) enquanto que o consumo médio da carne de ovinos é de 0,028 kg/*per capita*. Valores abaixo dos demais estados do Nordeste, a exemplo do Piauí (0,759 e 0,823 kg/habitante, respectivamente), e do Rio Grande do Norte (0,348 e 0,448 kg/habitante, nesta ordem).

A pele é a matéria-prima que admite a mais elevada agregação de valor em toda cadeia produtiva. No entanto, a maior parte das peles apresentam defeitos (refugos) de diversas origens: manejo inadequado, doenças e danos mecânicos. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade industrial, ou seja, sem defeitos (NOGUEIRA FILHO et al., 2010). Entenda-se que as peles de caprinos e, em especial, dos ovinos deslanados são de excepcional qualidade industrial, que atendem aos diversos requisitos da indústria, como a elasticidade.

O leite de cabra e seus derivados, em função de suas características diferenciadas, estão sendo considerados como produtos de grande potencial mercadológico. Com a implantação dos programas institucionais, a caprinocultura, antes considerada uma atividade secundária, passou a ocupar, em alguns municípios, um lugar de destaque entre as atividades rurais (NOGUEIRA FILHO et al., 2010). Com o Programa do Leite na Paraíba, a caprinocultura mudou o cenário improdutivo das duas áreas denominadas de "cariris". Em agosto de 2001, quando foi iniciado o Programa, a região do Cariri Paraibano tinha apenas sete produtores de leite caprino e, no final de 2007 já existiam mais de 130 produtores de leite de cabra. Destaca-se, como exemplo, o Programa Pacto Novo Cariri (Paraíba). A instalação de mini usinas de pasteurização no ano 2001 foi o início de um negócio que, já em 2006, injetou R$ 3,6 milhões apenas com a compra governamental do leite de cabra para os programas sociais do Estado. Permitiu, ainda, a instalação de laticínios especializados na produção de queijos finos, iogurte, licor e outros derivados. Os 11 laticínios atualmente em funcionamento partiram de projetos-piloto em cinco municípios do Cariri Paraibano: Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro, Cabaceiras e Prata1

[1] Informação pessoal, em palestra no BNB/ETENE do Sr. Aldomário Rodrigues.

Na análise de Costa e Ferreira (2010) sobre o Pacto Novo Cariri, torna-se fundamental mudar a mentalidade e a atitude das pessoas desse território no sentido de desenvolver a capacidade organizativa impulsionadora da participação política e do espírito empreendedor e cooperativo. Nos locais em que os gestores públicos aderiram ao Pacto, esse movimento já começa a dar os primeiros passos. Um aspecto de destaque entre as dificuldades identificadas é quanto à importância da participação do governo local nas ações.

Neste mesmo sistema de produção, considerando quatro níveis tecnológicos, os resultados de rentabilidade indicaram que os sistemas (fazendas) de alta tecnologia apresentaram riscos menores pelo desempenho alcançado, devido à relação favorável entre o valor do capital investido e o volume de produção. O sistema de produção de menor adoção tecnológica teve margem líquida reduzida. Contudo, essa condição não invalida a exploração da caprinocultura leiteira, por ocorrer a remuneração da mão de obra familiar e a amortização da depreciação, mas não do capital empatado, que somente poderá ser compensado no longo prazo (DAL MONTE et al., 2009).

A produção de leite de cabra está bem aquém da capacidade e da necessidade que o País poderia ofertar e pela elevada demanda insatisfeita, considerando:

a) a importância nutricional do leite de cabra para crianças e idosos (ALVES; XIMENES, 1999);

b) que o Brasil tem milhões de pessoas em situação de extrema pobreza;

c) os caprinos são dóceis e de fácil manejo;

d) as condições climáticas favoráveis (2/3 de área tropical);

e) genótipos para as várias regiões, interação genótipo -ambiente positiva;

f) atividades que se confundem com a própria paisagem de ecossistemas, especialmente do semiárido;

g) a dupla aptidão em produzir carne de excelente qualidade, além de outras vantagens. Entenda-se, o Brasil é o 22º maior produtor do mundo, com 150 mil toneladas e a Somália, quinto maior produtor mundial produziu 500 mil toneladas. O Brasil com 8,52 milhões de km² e IDH de 0,744, enquanto que a Somália tem área menor que o próprio semiárido brasileiro, pouco mais de 637 mil km² e IDH de 0,367. (FAOSTAT, 2015).

O Governo do Estado da Paraíba, por meio do Programa Desenvolvimento de Sistemas Eficientes de Produção de Leite Caprino no Semiárido (Sisleite), está incentivando o desenvolvimento de pesquisas pela Emepa-PB, com o objetivo de aumentar a regularidade da oferta de leite e desenvolver modelos de sistemas de produção econômicos.

5.4 Apicultura

A produção de mel obteve o considerável crescimento de 526,49% no período de 2000 a 2012, aumentando 204,95% sua participação relativa regional (Tabela 2). Vale destacar que mais de 90% da produção de mel provém do semiárido, confirmando que essa região possui condições propícias para o desenvolvimento dessa atividade, aumentando o leque de oportunidades a serem desenvolvidas onde há baixa disponibilidade de recursos hídricos (KHAN et al., 2012).

Segundo estudo do BNB/ETENE, a apicultura é uma atividade recente para diversos municípios da Paraíba. Além disso, as quantidades produzidas por aqueles que a desenvolvem por mais tempo são pouco significativas, relativamente a municípios de outros Estados, com exceção de Catolé do Rocha, que é o maior produtor de mel da Paraíba. Em 2006, este município apresentou um salto na taxa de crescimento de 930,3%, passado de 16,5 toneladas para 170 toneladas, mostrando o potencial que possui a região para o desenvolvimento da atividade (KHAN et al., 2012).

5.5 Considerações finais

A Paraíba possui características edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da avicultura, bovinocultura, caprino e ovinocul-

tura e apicultura. Todas essas atividades são exercidas principalmente por pequenos produtores e se constituem em importantes alternativas de fontes de renda. Essas atividades têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de tecnologias e dos incentivos de programas institucionais. Contudo, há espaço para o crescimento de todas essas atividades, considerando a demanda insatisfeita de seus produtos, do potencial edafoclimático do Estado e o apoio institucional existente.

Tabela 1 – Principais rebanhos existentes na Paraíba - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Período		Variação (%)	Proporção média anual (%)
	2000	2012		
Galos, frangas, frangos e pintos	4.964	9.156	84,45	59,87
Galinhas	2.249	2.355	4,71	20,60
Bovinos	953	967	1,47	8,61
Caprinos	526	473	-10,08	4,53
Ovinos	344	374	8,72	3,20
Suínos	124	134	8,06	1,15
Codornas	54	174	222,22	0,92
Asininos	62	37	-40,32	0,47
Equinos	51	45	-11,76	0,44
Muares	26	20	-23,08	0,21

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Produtos de origem animal - 2000 a 2012

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)	Variação a.a. (%)
	2000	2012		
Leite (Mil litros)	105.843	142.546	34,68	2,51
Ovos de galinha (Mil dúzias)	32.848	32.890	0,13	0,01
Ovos de codorna (Mil dúzias)	732	1.836	150,82	7,96
Mel de abelha (Quilogramas)	30.036	188.172	526,49	16,52
Leite (PB/NE)	4,90	4,07	-16,95	-1,54
Ovos de galinha (PB/NE)	8,39	6,25	-25,57	-2,43
Ovos de codorna (PB/NE)	8,86	11,80	33,19	2,42
Mel de abelha (PB/NE)	0,80	2,44	204,95	9,74

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

Ano	2000	2012	Variação (%)	Variação a.a. (%)
Região/Estado	Vacas ordenhadas (cabeças)			
Nordeste	3.413.365	4.493.504	31,64	2,32
Paraíba	176.368	186.540	5,77	0,47
Participação PB/NE	5,17	4,15	-19,66	-1,81
Leite (mil litros)				
Nordeste	2.159.230	3.501.316	62,16	4,11
Paraíba	105.843	142.546	34,68	2,51
Produtividade (litro/vaca)				
Nordeste	633	779	23,18	1,75
Paraíba	600	764	27,33	2,03

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

COSTA, M. S.; FERREIRA, M. R. L. Desenvolvimento local e participação popular: a experiência do Pacto do Novo Cariri. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.15, n. 56, p. 29-48, 2010.

DAL MONTE, H. L. B. et al. Mensuração dos custos e avaliação de rendas em diferentes sistemas de produção de leite caprino nos Cariris Paraibanos. In: XIMENES, L. J. F. et al. (Orgs.). **As ações do Banco do Nordeste do Brasil em P&D na arte da pecuária de caprinos e ovinos no Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. p. 93-130.

FAOSTAT. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/download/Q/QL/E>. Acesso em: 12 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**. Aquisição domiciliar *per capita*. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2010. 282p.

_____. **Produção pecuária municipal.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

JANK, M. S. Cenário da avicultura de corte no Brasil e no mundo. In: ENCONTRO TECNOLÓGICO DA AVICULTURA, 2, 2014, Mato Grosso do Sul. **Palestra...** Disponível em: <http://famasul.com.br/assessoria_interna/brasil-e-o-2-maior-consumidor-de-carne-de-frango-e-desafio-e-ampliar-exportacoes/27401/>. Acesso em: 03 dez 2014.

KHAN, A. S. et al. **Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

NAVARRO FILHO, H. R. et al. **Sistema de produção de leite para a Raça Sindi no estado da Paraíba.** Disponível em: <http://www.emepa.org.br/publicac/gado_sindi.html>. Acesso em: 02 dez. 2014.

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. **Mercado de carne, leite e pele de caprinos e**

ovinos no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 125 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

SANTOS, P. A. dos. **Avaliação do farelo de mamona processado na alimentação de codornas japonesas.** 2011. 79f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia)– Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, J. A. N. ET al. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE **Broiler meat summary selected countries.** Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>. Acesso em: 9 jan. 2015.

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra
Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção

A indústria constitui elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extrativas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extrativas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto[1] (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por estado apenas ao nível de seção. Visando à análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no Estado da Paraíba, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixa densidade tecnológica. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial na Paraíba, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extrativas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos serviços industriais de utilidade pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria da Paraíba

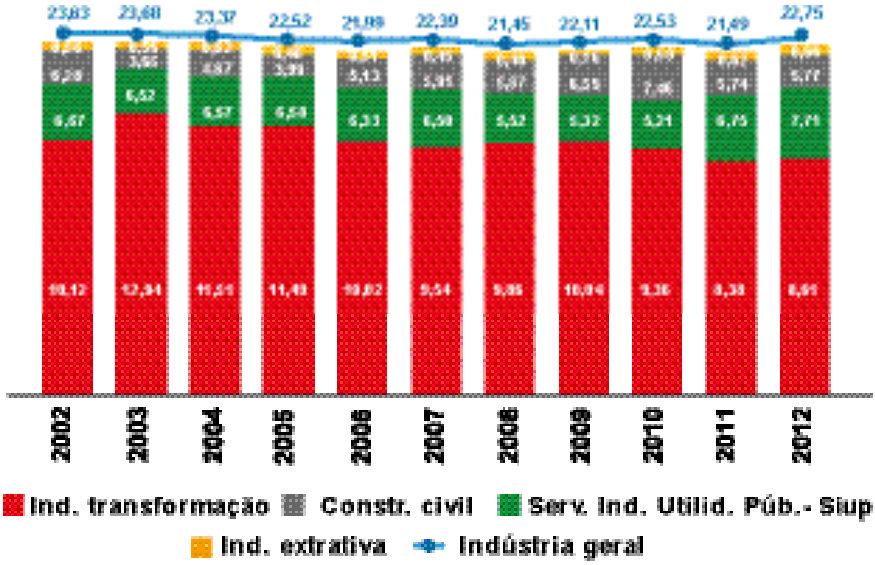
No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas da Paraíba oscilou entre 21,4% (2008) e 23,7% (2003), configurando uma leve tendência de baixa no período (Gráfico 1). Particularmente no ano de 2012, a indústria paraibana adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R$ 8,3 bilhões, destacando-se principalmente o segmento das indústrias de transformação, que contribuiu com R$ 3,1 bilhões, cifra correspondente a 8,6% do VAB total das atividades econômicas.

Além das indústrias de transformação, são relevantes na composição industrial da Paraíba os Serviços Industriais de Utilidade

[1] Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014a).

Pública (Siup) e a indústria da construção. Consoante com o que se observa para a maioria dos estados brasileiros, as indústrias extrativas são pouco representativas na composição estrutural da indústria da Paraíba, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em %

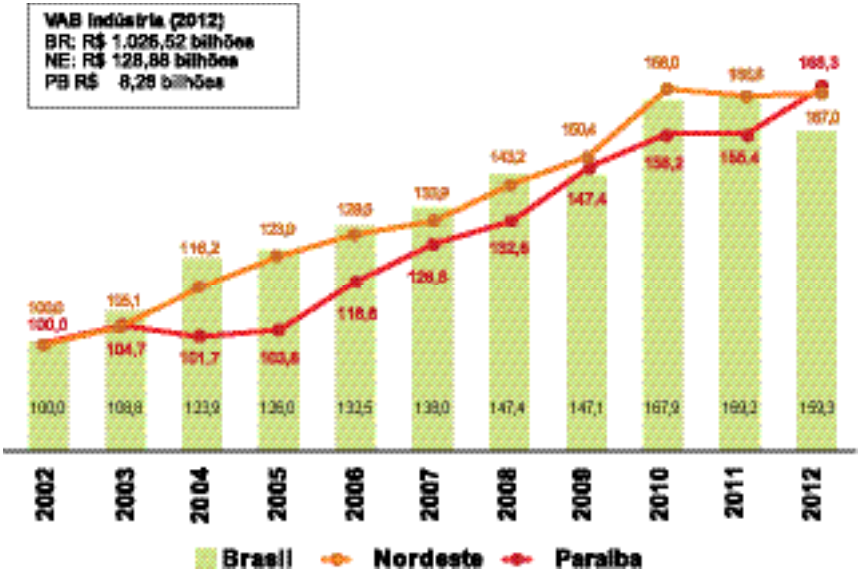


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A indústria da Paraíba obteve crescimento real de 68,3% entre 2002 e 2012, apresentando comportamento similar ao verificado para o Nordeste (67,0%) e melhor do que o alcançado pelo Brasil (59,3%) no período, considerando o Valor Adicionado Bruto (Gráfico 2).

Nos últimos anos, a participação da Paraíba no VAB da indústria do Nordeste manteve-se estável em torno de 6,0% tendo, em 2012, correspondido a 6,4%, ocasião em que o total do VAB da indústria do Estado foi de R$ 8,3 bilhões, conforme já informado, e o da Região somou R$ 128,9 bilhões.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

A atividade industrial na Paraíba é concentrada em João Pessoa e Campina Grande. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2013b), existiam na indústria do Estado, ao final de 2013, 6.200 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 137.703 empregos formais, dos quais mais da metade dos estabelecimentos e dos vínculos empregatícios encontravam-se nesses dois municípios (Figura 1).

Figura 1 – Perfil da indústria da Paraíba - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral

Valor Adicionado Bruto (VAB)	R$ milhões		8.275,78	100,0%
	Part. Ind. NE		6,4%	-
Estabelecimentos	Total:		8.200	100,0%
	João Pessoa	36,2%	Campina Grande	18,4%
Empregos	Total:		137.703	100,0%
	João Pessoa	37,8%	Campina Grande	20,3%

Subsetores da indústria

	Extrativa		Transformação		Siup		Construção	
VAB (R$ milhões):	236,6	(2,9%)	3.131,66	(37,8%)	2.806,82	(33,9%)	2.100,10	(25,4%)
Estabelecimentos:	116	(1,5%)	2.990	(48,2%)	178	(2,9%)	2.916	(47,0%)
Empregos:	1.457	(1,1%)	77.678	(56,4%)	8.215	(6,0%)	50.353	(36,6%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da indústria de transformação

	Em VAB				Em número de empregos		
	Fabricação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagem e calçados	Fabricação de produtos têxteis	Fabricação de produtos alimentícios		Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagem e calçados	Fabricação de produtos têxteis
R$ milhões	672,1	556,4	332,4	Qde postos	17.318	15.146	9.658
% Ind. transf.	21,5%	17,8%	10,6%	% Ind. transf.	22,3%	19,5%	12,4%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de IBGE (2014), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

(1) VAB: dados de 2012, a preços de dez./2013; Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;

(2) dados percentuais dos subsetores são relativos à Indústria Geral;

(3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da Indústria de transformação.

Analisando-se a indústria por porte, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam 97,1% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 2,9% do total. Concernente ao número de empregos, os grandes empreendimentos, com 500 ou mais funcionários, absorvem cerca de 30% da mão de obra formal da indústria estadual, enquanto os microempreendimentos empregam aproximadamente 20% da força de trabalho industrial (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/vínc.	Porte estab.	Subsetores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	97	2.505	144	2.419	5.165	83,3
	De 20 a 99	18	394	21	425	858	13,8
	De 100 a 499	1	72	10	65	148	2,4
	500 ou mais	-	19	3	7	29	0,5
	Total	116	2.990	178	2.916	6.200	100,0
	Part.(%)	1,9	48,2	2,9	47,0	100,0	-
Número de vínculos	De 1 a 19	556	12.941	940	12.248	26.685	19,4
	De 20 a 99	740	15.867	954	17.605	35.166	25,5
	De 100 a 499	161	17.525	2.584	12.401	32.671	23,7
	500 ou mais	-	31.345	3.737	8.099	43.181	31,4
	Total	1.457	77.678	8.215	50.353	137.703	100,0
	Part.(%)	1,1	56,4	6,0	36,6	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

Na Paraíba, existem oportunidades de investimento em diversos segmentos industriais, tanto em áreas nascentes como nos setores tradicionais. Particularmente no subsetor da indústria de transformação tradicional, entre os segmentos do Estado com maior valor adicionado e que possuem potencial de expansão estão: beneficiamento de couro e fabricação de calçados e outros artefatos, indústria têxtil e fabricação de produtos alimentícios. Dentre os segmentos nascentes, destaca-se a implantação de um Estaleiro do grupo *McQuilling Partners*, destinado ao atendimento das necessidades de manutenção e reparo de navios mercantes, representando investimentos da ordem de US$ 800 milhões.

No subsetor da indústria extrativa mineral, o Estado apresenta potencialidades para produção, dentre outros bens minerais, de areias industriais, de rochas ornamentais de excelente padrão cromático e de argilas com propriedades apropriadas para a fabricação de cerâmica de revestimento e de produtos refratários.

No que se refere aos Siup, o litoral da Paraíba possui elevado potencial de geração eólica, já tendo sido implantados 13 parques eólicos com capacidade de 69 MW, de acordo com levantamento realizado em 23/01/2015 no sítio da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel (2015). Com o aumento da competitividade da tecnologia fotovoltaica, cujos custos vêm decrescendo ao longo dos anos, renascem as esperanças para utilização dessa energia limpa e renovável em escala comercial, possibilitando ao Estado a inserção de empreendimentos de geração em razão das vantagens decorrentes do elevado nível de insolação característico de seu território.

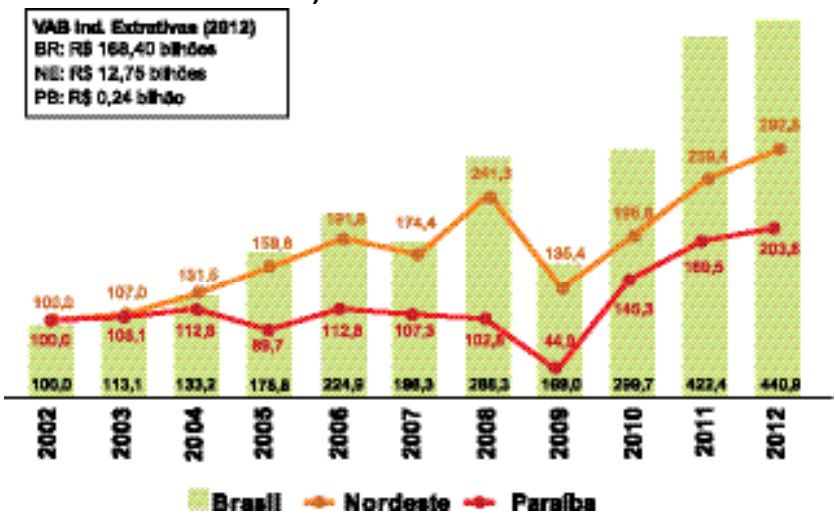
Considerando que o capital humano é importante fator para atrair segmentos industriais de maior conteúdo tecnológico, pode-se afirmar que a Paraíba possui potencial de atração de empreendimentos de média e alta tecnologia, dada a oferta de recursos humanos qualificados, particularmente nas engenharias. Como exemplo, cita-se o município de Campina Grande, que abriga um dos maiores polos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Brasil, graças à excelência do ensino de nível superior nas áreas de engenharia da Universidade Federal de Campina Grande, instituição considerada referência internacional no campo da TI.

Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria da Paraíba, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

6.2 Indústrias extrativas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extrativas da Paraíba cresceram 103,6% entre 2002 a 2012, evoluindo de R$ 117 milhões para R$ 238 milhões no período. O desempenho da indústria extrativa da Paraíba esteve aquém de suas congêneres regional e nacional, que cresceram, respectivamente, 192,8% e 340,9% no mesmo período (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extrativas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extrativa da Paraíba reunia 116 empreendimentos e 1.457 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extrativa, sobressai-se a extração de minerais não-metálicos, com 102 dos estabelecimentos (88% do total) e 1.149 dos empregos formais (79% do total). A indústria de extração de

minerais metálicos não é muito expressiva quanto ao número de empregos, porquanto disponibiliza 190 postos formais de trabalho, 13% do total (Tabela 2).

Do ponto de vista geográfico, a atividade de extração de minerais não-metálicos é mais intensa no município de Campina Grande (207 empregos), seguido de Pedras de Fogo (115 empregos), enquanto a de extração de minerais metálicos possui maior número de empregos formais no município de Mataraca.

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2010), em 2009[2], destacaram-se as seguintes atividades no setor mineral paraibano, em termos de valor comercializado: bentonita e argilas descorantes (R$ 65,0 milhões), rochas (britadas) e cascalho (R$ 57,3 milhões) e água mineral (R$ 48,1 milhões) – dados em valores correntes. Com base nessas informações, depreende-se que as duas principais atividades minerais da Paraíba estão relacionadas com o suprimento de insumos para a cadeia produtiva da construção civil. No que concerne à comercialização de minerais metálicos, cabe registrar a produção e venda, em 2009, de zircão (primário) – R$ 43,6 milhões, Titânio (Ilmenita) – R$ 13,0 milhões e Titânio (Rutilo) – R$ 2,8 milhões, em valores de 2009.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP (2014) figuram entre os principais bens minerais lavrados atualmente na Paraíba: bentonita, ilmenita, zirconita, cianita, caulim, calcário sedimentar e cristalino, granito, feldspato e argilas comuns e plásticas. Com relação à bentonita, o Estado é responsável por 90% da produção brasileira, em estado bruto.

[2] Dados mais recentes indisponíveis.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios na indústria extrativa mineral - Principais municípios - 2013

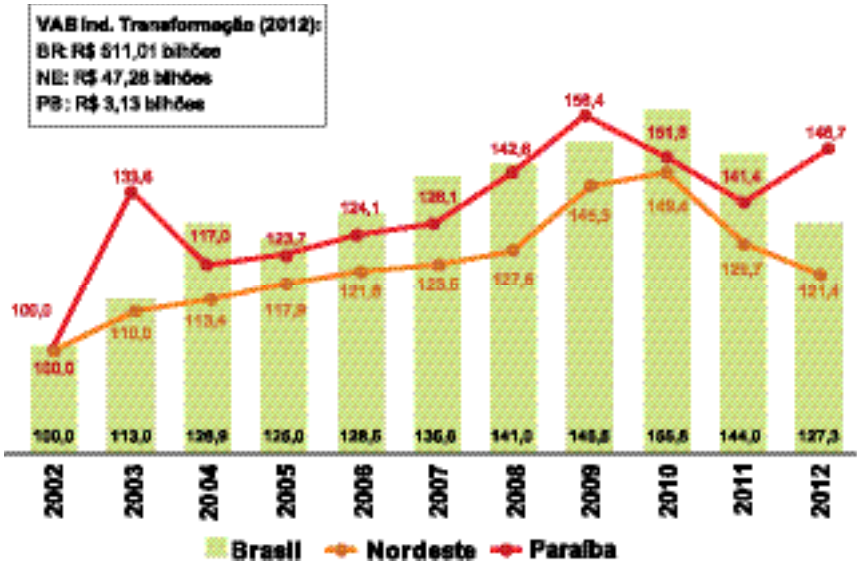
Município	Número de estabelecimentos				Número de vínculos				
	Extração de minerais não-metálicos	Extração de minerais metálicos	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não-metálicos	Extração de minerais metálicos	Outros segmentos	Total	Part. total vínculos (%)
Campina Grande	6	1	0	7	207	5	0	212	14,6
Mataraca	0	1	0	1	0	161	0	161	11,1
Junco do Seridó	12	0	1	13	100	0	16	116	8,0
Pedras de Fogo	3	0	0	3	115	0	0	115	7,9
João Pessoa	7	0	2	9	37	0	65	102	7,0
Santa Rita	7	0	3	10	56	0	17	73	5,0
Várzea	2	0	0	2	65	0	0	65	4,5
Sobrado	1	0	0	1	56	0	0	56	3,8
Picuí	2	0	0	2	54	0	0	54	3,7
Queimadas	6	0	0	6	50	0	0	50	3,4
Outros	56	4	2	62	409	24	20	453	31,1
Total	102	6	8	116	1.149	190	118	1.457	100,0
Part. Total (%)	87,9	5,2	6,9	100,0	78,9	13,0	8,1	100,0	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação da Paraíba, embora tenham tido desempenho inferior ao dos demais segmentos industriais analisados, obtiveram crescimento real de 48,7% entre 2002 e 2012, aumentando o valor adicionado de R$ 2,1 bilhões para R$ 3,1 bilhões, a preços constantes de dezembro de 2013. O desempenho poderia até ter sido melhor não fosse a queda na atividade de transformação industrial paraibana observada entre 2009 e 2011. Contudo, o desempenho do Estado superou o do Brasil (27,3%) e o do Nordeste (21,4%) entre 2002 e 2012, demonstrando maior dinamismo no período (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que o segmento de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados participa com 21,5% do VAB da indústria de transformação da Paraíba. Os segmentos de fabricação de produtos têxteis (17,8%) e a fabricação de produtos alimentícios (10,6%) constituem a segunda e a terceira

atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado. Essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por cerca de metade do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação da Paraíba.

No que se refere aos empregos disponibilizados, a indústria de transformação da Paraíba detinha, ao final de 2013, 77.678 empregos formais e 2.990 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo, conforme mostrado na Figura 1. Sob a ótica setorial, as atividades de fabricação de produtos alimentícios (22,3%), preparação de couro e seus artefatos (19,5%) e fabricação de produtos têxteis (12,4%) são as mais expressivas da indústria de transformação na Paraíba no que concerne à disponibilização de empregos, concentrando 54,2% dos postos de trabalho formais do setor (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, Campina Grande reúne 24,0% dos vínculos empregatícios da indústria de transformação do Estado. Juntamente com João Pessoa (20,6%), são responsáveis por 44,6% dos postos de trabalho formal disponibilizados pela indústria de transformação na Paraíba.

Na atividade de fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, os segmentos de fabricação e refino de açúcar (6.263 empregos) e moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (2.217 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios concentram aproximadamente 4 mil empregos formais.

Na atividade de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados destaca-se, em função do número de postos formais de trabalho, o segmento de fabricação de calçados (14.251 empregos), Na atividade têxtil, sobressaem-se a preparação e fiação de fibras têxteis (4.286 empregos) e a tecelagem de tecidos planos (3.588 empregos). No segmento de fabricação de produtos de minerais não-metálicos, a fabricação de produtos cerâmicos é a mais expressiva na geração de postos de trabalho, disponibilizando 4.460 empregos formais, dos quais 1.773 somente em João Pessoa. Também merece destaque a fabricação de biocombustíveis (4.442 empregos), pertencente ao segmento e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis.

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

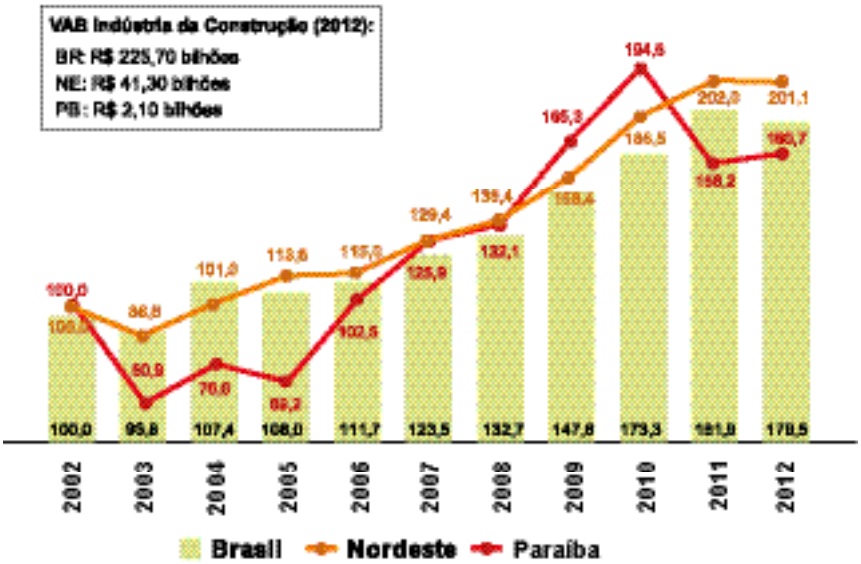
Município	Fabricação de produtos alimentícios	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Fabricação de produtos têxteis	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Outras atividades	Total (qde)	Total (%)
Campina Grande	1.519	9.169	1.760	546	21	733	4.857	18.605	24,0
João Pessoa	1.974	666	4.507	1.773	7	987	6.070	15.984	20,6
Santa Rita	2.847	2.250	904	632	1.483	923	1.089	10.128	13,0
Cabedelo	1.727	0	5	306	82	28	1.226	3.374	4,3
Guarabira	1.257	252	2	333	0	795	396	3.035	3,9
Caaporã	15	0	0	278	2.441	0	0	2.734	3,5
Mamanguape	2.267	0	0	139	0	0	57	2.463	3,2
Bayeux	119	929	104	245	0	15	736	2.148	2,8
Patos	397	390	10	84	0	153	569	1.603	2,1
Pedras de Fogo	1.456	0	0	10	0	26	16	1.508	1,9
Outros Municípios	3.740	1.490	2.366	3.689	503	770	3.538	16.096	20,7
Total	17.318	15.146	9.658	8.035	4.537	4.430	18.554	77.678	100,0
Total (%)	22,3	19,5	12,4	10,3	5,8	5,7	23,9	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

Embora a indústria da construção paraibana tenha apresentado taxa de crescimento superior à de sua congênere brasileira e nordestina na segunda metade da década de 2000, nos anos seguintes (2011 e 2012) houve queda nessa atividade, tendo o desempenho estadual sido superado pelo País e pela Região (Gráfico 5). Desta forma, quando se analisa o desempenho da indústria da construção paraibana (60,7%) entre 2002 e 2012, verifica-se crescimento inferior ao brasileiro (79,5%) e ao nordestino (101,1%) no período. Para o ano de 2012, a indústria da construção adicionou à economia paraibana o montante de R$ 2,10 bilhões, correspondentes a 5,8% do VAB total.

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 50.353 empregos formais existentes na indústria da construção da Paraíba ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, a construção de edifícios (36.169 empregos) concentrava 71,8%, principalmente na capital.

Em todo o País e na Paraíba, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implantação de obras de infraestrutura, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital paraibana e em Campina Grande e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional da Paraíba de 11,2%, correspondente a cerca de 120 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), pode-se afirmar que há possibilidades para a expansão da construção civil no Estado.

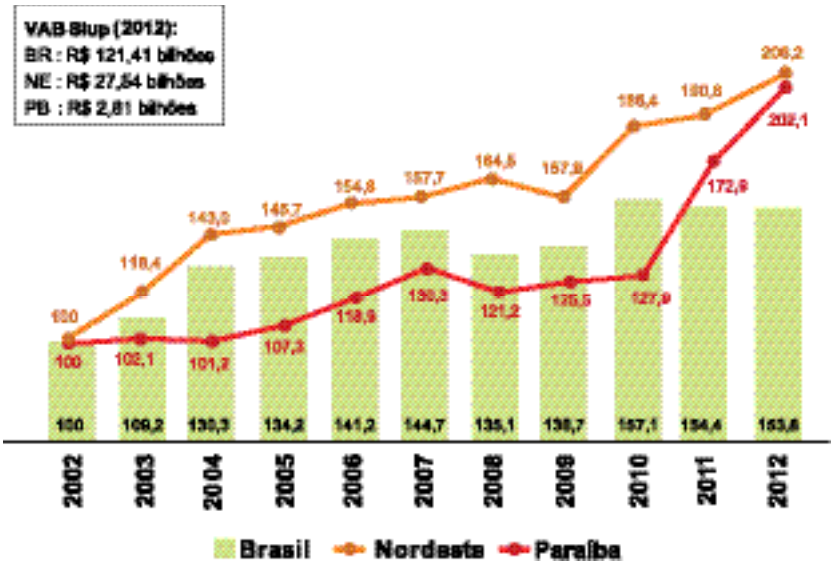
6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

O Valor Adicionado Bruto dos Siup na Paraíba cresceu 102,1% entre 2002 e 2012. Nesse período, cabe destacar o forte crescimento verificado nos três últimos anos, conforme mostrado no Gráfico 6. A título de comparação, o desempenho nos Siup do Estado foi similar ao do Nordeste (106,2%) e o dobro do Brasil (53,8%). O valor adicionado dos Siup no Estado somou 2,81 bilhões, a preços de dezembro de 2013, corrigidos pelo IPCA.

No que concerne aos serviços de esgotamento sanitário e suprimento de água, observa-se que ainda há muito a percorrer para se alcançar a universalização. No entanto, comparativamente aos demais estados nordestinos, a Paraíba é o segundo melhor em rede de abastecimento de água e o primeiro em acesso à rede de esgotamento sanitário, com aproximadamente 3/4 dos domicílios urbanos com acesso a água tratada e cerca de metade das moradias urbanas com acesso à rede de esgoto.

Gráfico 6 – Siup: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./ 2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

No que concerne às atividades econômicas da Paraíba, a indústria representa 22,8% do VAB total, indicador um pouco menor do que o do Nordeste e o do Brasil, que correspondem a 23,5% e 26,0%, respectivamente – dados de 2012. Por esse critério, os subsetores das indústrias de transformação e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são os mais expressivos, seguidos da indústria da construção. Já as indústrias extrativas têm participação diminuta no valor adicionado, como também na geração de postos de trabalho e no número de estabelecimentos do Estado, embora sejam importantes fornecedoras de insumos para a construção civil e a indústria de transformação.

A participação paraibana no VAB da indústria nordestina é relativamente pequena, tendo oscilado em torno de 6,0% entre 2002 e 2012, alcançando, nesse último ano, o montante de R$ 8,28 bilhões contra 128,8 milhões da Região, a preços de dezembro de 2013.

Mais da metade da indústria da Paraíba concentra-se na Capital e em Campina Grande, tanto em número de estabelecimentos como também em número de empregos formais. Do ponto de vista setorial, o subsetor das indústrias de transformação é o mais representativo na ocupação da mão de obra formal, ofertando 56,4% dos empregos industriais do Estado. Ainda concernente ao emprego, sobressaem-se, nesse subsetor, os segmentos de fabricação de produtos alimentícios, de preparação e fabricação de calçados e artefatos de couro e de fabricação de produtos têxteis. Em conjunto, essas três atividades são responsáveis por mais da metade dos postos formais de trabalho disponibilizados pelo subsetor das indústrias de transformação.

Com relação ao VAB da indústria de transformação, destacam-se os segmentos de preparação e fabricação de artefatos de couro, fabricação de produtos têxteis e fabricação de produtos alimentícios. Essas três atividades representam cerca de metade do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação da Paraíba.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de informações de geração.** Capacidade de geração no estado da Paraíba. 2015. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/CapacidadeEstado.cfm?cmbEstados=PB:PARAÍBA >. Acesso em: 23 jan. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS.** Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 12 nov. 2014.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA. **Polo Mineral da Paraíba.** Disponível em: <http://www.cinep.pb.gov.br/site/modulo4_16.htm>. Acesso em: 03 dez. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL. **Anuário Mineral Brasileiro 2010.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura da CNAE 2.0.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov. 2014.

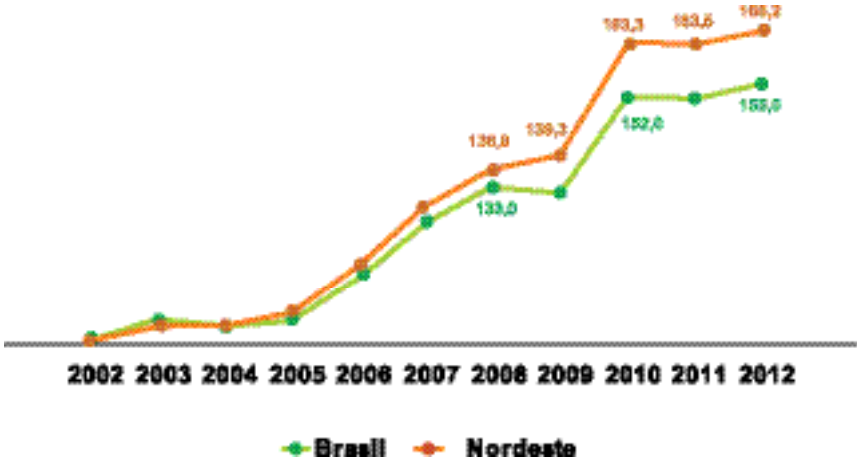
_____.Tabela 3 – Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default_xls_2002_2012.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno
Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, tendo registrado forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados mais recentes divulgados. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período (Gráfico 1).

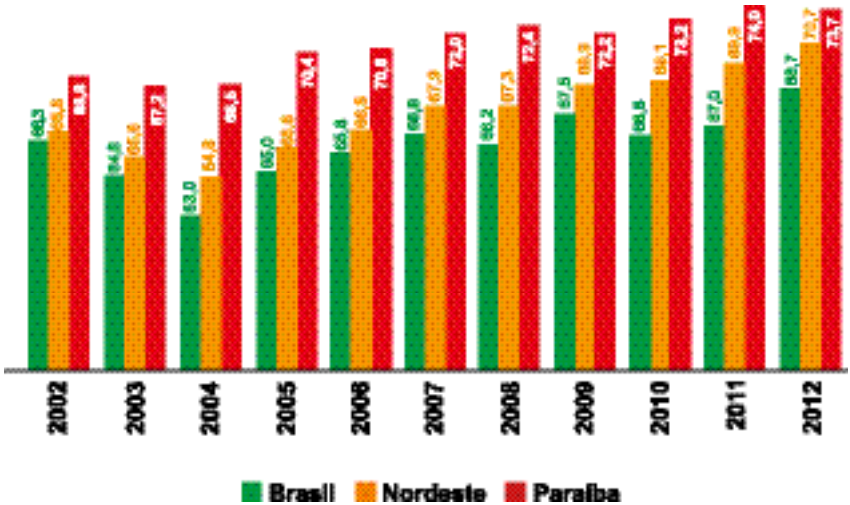
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente na Paraíba, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 68,8% do VAB estadual em 2002. Essa relação elevou-se para 73,7% em 2012, participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano, 68,7% e 70,7%, respectivamente (Gráfico 2).

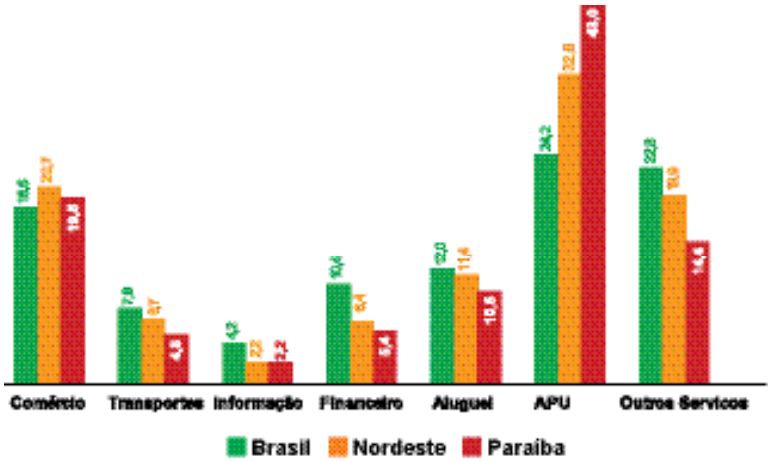
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e da Paraíba - Em%



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A Administração Pública (APU) é expressiva na Paraíba, tendo representado 43,0% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste, a participação foi de 32,6% nesse mesmo ano. Para o Brasil essa relação é ainda menor, ou seja, 24,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição do VAB - Comércio e serviços por atividade - Brasil, Nordeste e Paraíba - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme IBGE (2014), a Paraíba possui 7,1% da população do Nordeste. Referido Estado participa com 6,6% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e serviços do Estado representam 6,9% do VAB desse setor na Região. Dessa forma, o setor de comércio e serviços possui participação ligeiramente superior em comparação com a participação econômica do Estado no Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

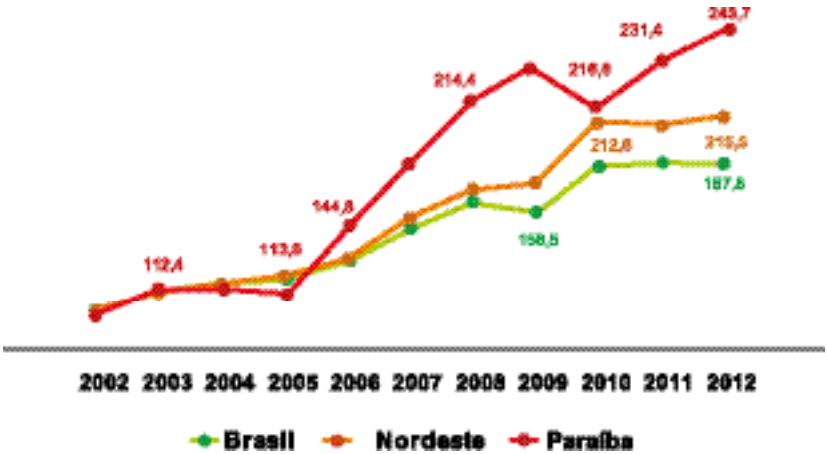
Participação (%) da população da Paraíba no Nordeste	7,07
Participação (%) do VAB de comércio e serviços da Paraíba no VAB do Nordeste	6,91
Participação (%) do VAB da Paraíba no VAB do Nordeste	6,64

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O valor agregado bruto do Comércio paraibano obteve crescimento superior à média nordestina e brasileira no período de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 143,7%, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 87,8% no mesmo período (Gráfico 4).

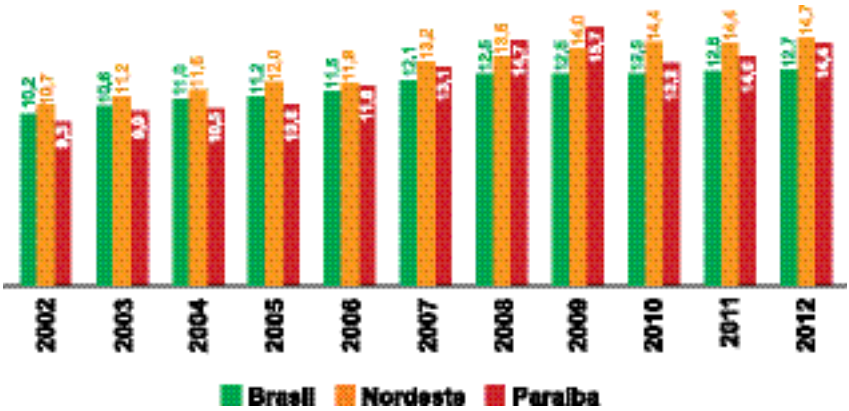
Gráfico 4 – Evolução do VAB - Comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. Na Paraíba essa atividade se tornou mais representativa e cresceu de 9,3% em 2002 para 14,4% no mesmo período. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

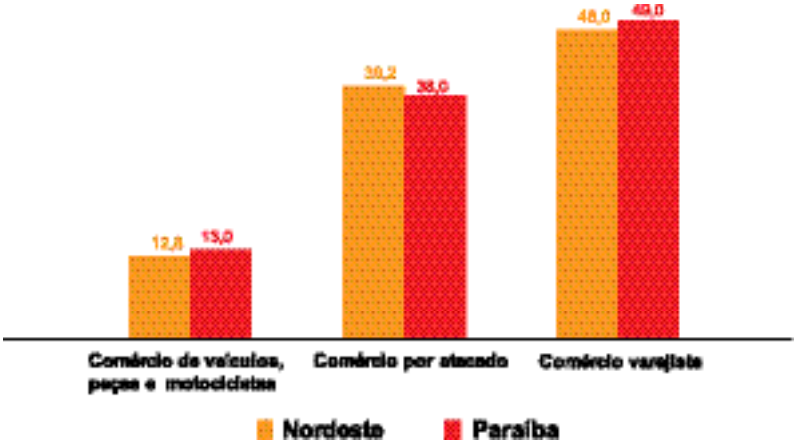
Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Paraíba - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O comércio varejista é representativo em termos da geração de receitas brutas do setor tanto no Nordeste quanto na Paraíba. Nesse Estado, o comércio varejista respondeu por 49,9% das receitas brutas setoriais, seguido pelo comércio atacadista (38,0%) e pelo comércio de veículos e auto peças (13,0%), conforme o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Paraíba por atividade em 2012 - Em %

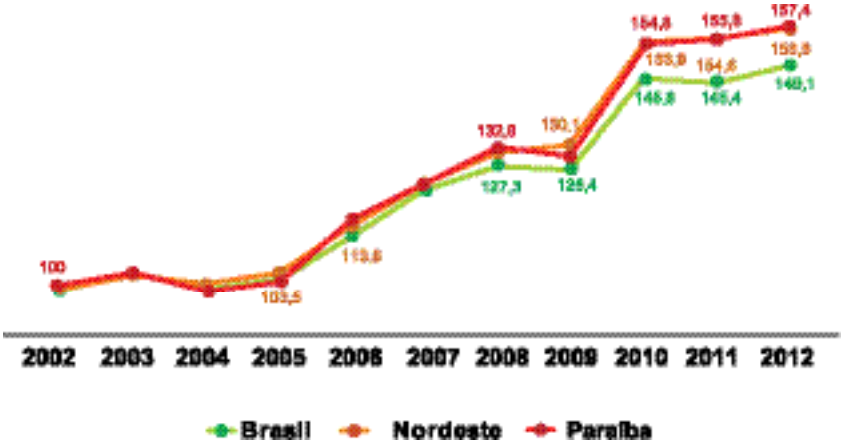


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia da Paraíba, exclusive comércio, também obteve crescimento superior na comparação com o desempenho brasileiro e regional, no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 57,4% na Paraíba, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

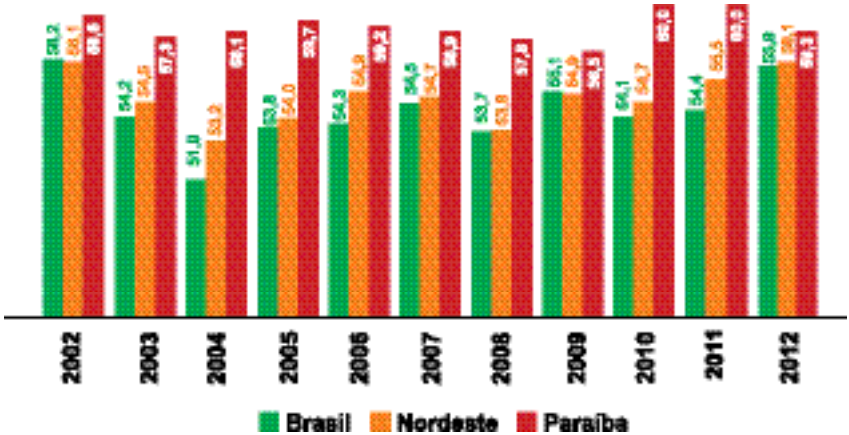
Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB estadual obteve pequena redução de 59,5% em 2002 para 59,3% em 2012, enquanto que no Nordeste, a participação não se alterou nos mesmos anos analisados. No Brasil, a participação registrou uma pequena redução de 56,2% para 55,9% no mesmo período.

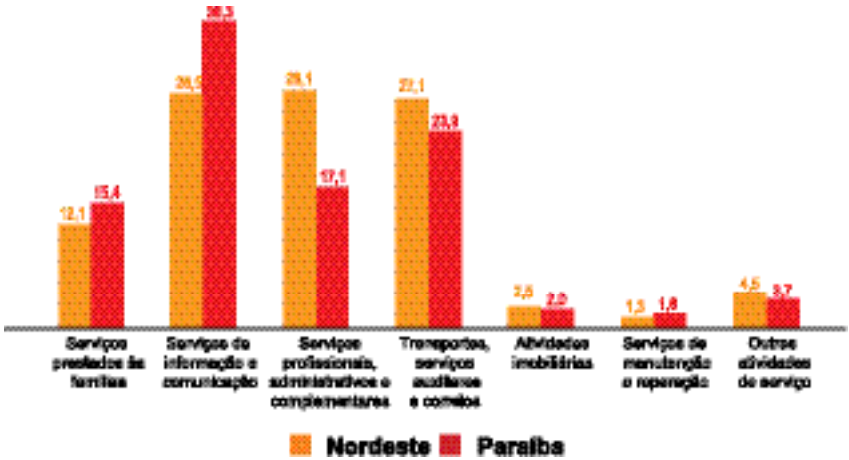
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Paraíba - Exclusive comércio



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços de informação e comunicação são expressivos tanto no Nordeste quanto na Paraíba, seguidos pelos serviços profissionais e administrativos e os serviços de transporte (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Paraíba por atividade em 2011 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou crescimento na Paraíba nos últimos anos, tendo alcançado 73,7% da economia estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 43% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, tanto o comércio quanto os serviços cresceram na Paraíba acima das médias regional e nacional no período de 2002 a 2012. O comércio cresceu 143,7% e o restante dos serviços cresceu 57,4%.

A participação do comércio aumentou de 9,3% para 14,4% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representou 49% de todo o comércio. As demais atividades de serviços, exceto comércio, perderam participação no Estado. O VAB serviços, exceto comércio, representou 59,3% do VAB estadual em 2012.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Economia: sistema de contas nacionais. In: **Contas regionais do Brasil.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 13 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual de serviços**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Pesquisa anual do comércio.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home >. Acesso em 11 nov. 2014.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista
Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes
Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

OO presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo -Produto apresenta uma visão sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A Matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está divido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo estado da Paraíba em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compra e vendas realizadas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia paraibana.

8.1 Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial da Paraíba, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. A Paraíba produz bens finais que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, as compras da Paraíba com insumos intermediários totalizaram R$ 11,8 bilhões em 2009. A maior parte das aquisições foi oriunda da própria Paraíba, ou seja, R$ 5,7 bilhões ou 48,0% do total das compras realizadas. Isto implica dizer que a Paraíba adquiriu R$ 6,1 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores da Paraíba com R$ 2,3 bilhões no ano estudado. Seguem Pernambuco com R$ 707,1 milhões, Rio de Janeiro com R$ 439,3 milhões, Rio Grande do Sul com R$ 375,7 milhões e Paraná com R$ 331,0 milhões. Portanto, a economia da Paraíba possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sudeste e do Sul e com Pernambuco, no Nordeste (Tabela 1).

O setor serviços aparece como o mais relevante em termos de compras no Estado, correspondendo a R$ 5,8 bilhões ou 48,9% do total das aquisições paraibanas. O principal fornecedor foi a própria

Paraíba, com R$ 3,2 bilhões. Portanto, o setor serviços da Paraíba adquiriu um total de R$ 2,6 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R$ 327,9 milhões), Rio de Janeiro (R$ 238,8 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 120,6 milhões) e Paraná (R$ 100,4 milhões).

A indústria é o segundo setor mais representativo em termos de compras, isto é, R$ 5,6 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas na própria Paraíba (R$ 2,3 bilhões). Assim, o setor industrial paraibano comprou R$ 3,3 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R$ 1,0 bilhão), Pernambuco (R$ 357,9 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 224,7 milhões), Minas Gerais (R$ 210,8 milhões) e Paraná (R$ 201,1 milhões).

A agropecuária paraibana adquiriu R$ 430,5 milhões de insumos intermediários em 2009, dos quais R$ 112,1 milhões do próprio Estado e R$ 318,4 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R$ 88,3 milhões), Minas Gerais (R$ 33,5 milhões), Rio Grande do Sul (R$ 30,3 milhões), Paraná (R$ 29,5 milhões) e Pernambuco (R$ 21,3 milhões).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária		Indústria		Serviço		Total	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nordeste		**183,35**	**42,59**	**3.138,69**	**56,18**	**3.765,70**	**65,35**	**7.087,74**	**60,17**
	AL	1,61	0,37	53,86	0,96	16,93	0,29	72,40	0,61
	BA	18,27	4,24	172,96	3,10	77,94	1,35	269,16	2,28
	CE	15,41	3,58	121,81	2,18	62,87	1,09	200,09	1,70
	MA	5,11	1,19	34,95	0,63	16,98	0,29	57,04	0,48
	PB	112,14	26,05	2.323,78	41,59	3.224,30	55,95	5.660,21	48,05
	PE	21,34	4,96	357,89	6,41	327,91	5,69	707,15	6,00
	PI	1,85	0,43	6,08	0,11	2,32	0,04	10,26	0,09
	SE	3,36	0,78	26,78	0,48	6,32	0,11	36,46	0,31
	RN	4,25	0,99	40,59	0,73	30,13	0,52	74,97	0,64
Sudeste		**136,26**	**31,65**	**1.472,57**	**26,36**	**1.558,96**	**27,05**	**3.167,79**	**26,89**
	ES	3,26	0,76	57,33	1,03	26,61	0,46	87,20	0,74
	MG	33,54	7,79	210,77	3,77	78,81	1,37	323,12	2,74
	RJ	11,19	2,60	189,29	3,39	238,80	4,14	439,28	3,73
	SP	88,28	20,50	1.015,18	18,17	1.214,74	21,08	2.318,20	19,68

continua...

continuação

Norte		**13,12**	**3,05**	**181,33**	**3,25**	**78,15**	**1,36**	**272,60**	**2,31**
	AC	2,99	0,69	8,09	0,14	4,41	0,08	15,48	0,13
	AP	0,61	0,14	4,76	0,09	0,54	0,01	5,91	0,05
	AM	2,88	0,67	29,16	0,52	45,08	0,78	77,11	0,65
	PA	2,97	0,69	89,36	1,60	16,08	0,28	108,41	0,92
	RO	2,07	0,48	23,25	0,42	4,86	0,08	30,19	0,26
	RR	0,21	0,05	1,50	0,03	1,08	0,02	2,79	0,02
	TO	1,39	0,32	25,21	0,45	6,11	0,11	32,70	0,28
Centro-Oeste		**28,45**	**6,61**	**258,85**	**4,63**	**96,55**	**1,68**	**383,86**	**3,26**
	DF	1,49	0,35	14,74	0,26	31,41	0,55	47,64	0,40
	GO	11,24	2,61	90,45	1,62	30,73	0,53	132,42	1,12
	MT	11,59	2,69	113,90	2,04	20,70	0,36	146,20	1,24
	MS	4,14	0,96	39,76	0,71	13,71	0,24	57,61	0,49
Sul		**69,36**	**16,11**	**535,49**	**9,58**	**263,22**	**4,57**	**868,07**	**7,37**
	PR	29,47	6,84	201,08	3,60	100,44	1,74	330,98	2,81
	SC	9,59	2,23	109,67	1,96	42,17	0,73	161,43	1,37
	RS	30,30	7,04	224,74	4,02	120,61	2,09	375,66	3,19
Total		**430,54**	**100,00**	**5.586,93**	**100,00**	**5.762,60**	**100,00**	**11.780,07**	**100,00**

Fonte: BNB/ETENE.

As quinze principais atividades compradoras da Paraíba em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R$ 8,2 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 69,4% do total das aquisições do Estado. Desses R$ 8,2 bilhões adquiridos por essas 15 atividades, R$ 4,1 bilhões foram comprados na própria Paraíba e R$ 4,1 bilhões foram obtidos nas demais Unidades Federativas.

Dessas quinze atividades, dez são do setor de serviços (administração pública, comércio varejista, serviços de informação, saúde pública, intermediação financeira, comércio atacadista, serviços de alimentação, outros serviços, educação pública e transporte de carga e correios), que foram responsáveis por R$ 5,0 bilhões de compras.

As cinco atividades restantes advêm do setor industrial (distribuição de energia elétrica construção civil, artefatos de couro e calçados, têxteis e bebidas), que compraram R$ 3,2 bilhões. Quanto às atividades do setor agropecuário, nenhuma delas compareceu na classificação utilizada.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Administração pública e seguridade social	1.318,07	11,19	11,19
2	Construção	1.102,05	9,36	20,54
3	Artefatos de couro e calçados	794,67	6,75	27,29
4	Têxteis	566,59	4,81	32,10
5	Comércios varejista	543,76	4,62	36,72
6	Serviços de Informação	538,98	4,58	41,29
7	Saúde pública	497,49	4,22	45,51
8	Intermediação financeira e seguros	424,18	3,60	49,12
9	Distribuição de energia elétrica	411,32	3,49	52,61
10	Comércio atacadista	377,47	3,20	55,81
11	Serviços de alimentação	368,00	3,12	58,93
12	Outros serviços	326,16	2,77	61,70
13	Educação pública	318,02	2,70	64,40
14	Bebidas	294,80	2,50	66,91
15	Transporte de carga e correios	293,18	2,49	69,39
16	Demais 67 setores	3.605,33	30,61	100,00
	Total	**11.780,07**	**100,00**	

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 Vendas de insumos intermediários

A economia paraibana vendeu R$ 10,5 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi à própria Paraíba, R$ 5,7 bilhões ou 53,9% do total das vendas. Assim, a Paraíba comercializou R$ 4,8 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

O estado de São Paulo absorveu R$ 901,8 milhões ou 8,6% do total vendido pelos setores produtivos paraibanos. Segue Pernambuco que comprou R$ 421,8 milhões, Ceará com R$ 389,4 milhões, Minas Gerais com R$ 374,2 milhões e Rio Grande do Sul com R$ 323,3 milhões (Tabela 3).

Em termos setoriais, os serviços foram os principais fornecedores de insumos intermediários com R$ 4,9 bilhões, seguido da indústria com R$ 4,8 bilhões e da agropecuária com R$ 770,9 milhões.

A própria Paraíba é o principal destino dos insumos intermediários provenientes do setor de serviços, tendo totalizado R$ 3,5 bilhões, enquanto que R$ 1,4 bilhão foi comercializado para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 195,1 milhões), Rio de Janeiro (R$ 140,7 milhões), Distrito Federal (R$ 117,1 milhões), Pernambuco (R$ 106,6 milhões) e Minas Gerais (R$ 105,4 milhões).

Em termos de indústria, a própria Paraíba absorveu R$ 1,9 bilhão de insumos intermediários, enquanto que R$ 2,9 bilhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R$ 589,5 milhões), Ceará (R$ 310,4 milhões), Minas Gerais (R$ 242,3 milhões), Rio Grande do Norte (R$ 242,2 milhões) e Pernambuco (R$ 224,6 milhões).

Já a agropecuária vendeu R$ 260,3 milhões para a própria Paraíba e R$ 510,6 milhões para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R$ 117,3 milhões), Pernambuco (R$ 90,7 milhões), Santa Catarina (R$ 79,5 milhões), Paraná (R$ 40,5 milhões) e Rio Grande do Sul (R$ 33,9 milhões).

Verifica-se, portanto, que a Paraíba realiza vendas mais expressivas com estados do Sudeste, do Nordeste e do Sul em comparação com os estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 (R$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária Valor	%	Indústria Valor	%	Serviços Valor	%	Total Valor	%
Nordeste		**416,51**	**54,03**	**2.988,20**	**61,63**	**3.862,76**	**79,10**	**7.267,47**	**69,19**
	AL	8,94	1,16	52,41	1,08	10,90	0,22	72,25	0,69
	BA	9,65	1,25	182,47	3,76	70,89	1,45	263,01	2,50
	CE	17,43	2,26	310,40	6,40	61,60	1,26	389,43	3,71
	MA	0,95	0,12	31,16	0,64	3,55	0,07	35,65	0,34
	PB	260,31	33,77	1.892,44	39,03	3.507,47	71,82	5.660,21	53,89
	PE	90,66	11,76	224,59	4,63	106,57	2,18	421,83	4,02
	PI	1,80	0,23	20,18	0,42	4,90	0,10	26,88	0,26
	SE	2,15	0,28	32,36	0,67	27,85	0,57	62,37	0,59
	RN	24,62	3,19	242,19	4,99	69,04	1,41	335,85	3,20
Sudeste		**151,06**	**19,60**	**1.038,67**	**21,42**	**447,84**	**9,17**	**1.637,57**	**15,59**
	ES	1,43	0,18	45,59	0,94	6,70	0,14	53,71	0,51
	MG	26,52	3,44	242,32	5,00	105,40	2,16	374,25	3,56
	RJ	5,81	0,75	161,30	3,33	140,67	2,88	307,79	2,93
	SP	117,30	15,22	589,46	12,16	195,07	3,99	901,83	8,59

continua...

continuação

Norte		**11,92**	**1,55**	**151,51**	**3,12**	**110,28**	**2,26**	**273,71**	**2,61**
	AC	1,17	0,15	17,64	0,36	3,45	0,07	22,26	0,21
	AP	0,30	0,04	3,89	0,08	0,61	0,01	4,79	0,05
	AM	1,41	0,18	37,40	0,77	69,20	1,42	108,01	1,03
	PA	6,56	0,85	66,43	1,37	20,99	0,43	93,98	0,89
	RO	1,33	0,17	9,76	0,20	1,98	0,04	13,07	0,12
	RR	0,09	0,01	2,98	0,06	0,56	0,01	3,64	0,03
	TO	1,06	0,14	13,40	0,28	13,49	0,28	27,95	0,27
Centro-Oeste		**37,46**	**4,86**	**267,56**	**5,52**	**249,27**	**5,10**	**554,29**	**5,28**
	DF	3,19	0,41	144,83	2,99	117,12	2,40	265,14	2,52
	GO	11,65	1,51	49,56	1,02	8,35	0,17	69,57	0,66
	MT	15,48	2,01	36,87	0,76	94,56	1,94	146,91	1,40
	MS	7,14	0,93	36,29	0,75	29,24	0,60	72,66	0,69
Sul		**153,96**	**19,97**	**403,02**	**8,31**	**213,50**	**4,37**	**770,49**	**7,34**
	PR	40,51	5,25	116,54	2,40	45,37	0,93	202,42	1,93
	SC	79,51	10,31	128,81	2,66	36,45	0,75	244,76	2,33
	RS	33,94	4,40	157,68	3,25	131,68	2,70	323,30	3,08
Total		**770,91**	**100,00**	**4.848,97**	**100,00**	**4.883,65**	**100,00**	**10.503,53**	**100,00**

Fonte: BNB/ETENE.

Considerando o detalhamento de 82 setores gerado pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos são responsáveis por 75,5% ou R$ 7,9 bilhões das vendas paraibanas de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R$ 2,6 bilhões do restante das vendas. As 15 atividades especificadas na Tabela 4 venderam R$ 4,5 bilhões na própria Paraíba e R$ 3,4 bilhões para as demais Unidades Federativas.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Comércio atacadista	1.822,83	17,35	17,35
2	Têxteis	828,51	7,89	25,24
3	Intermediação financeira e seguros	685,65	6,53	31,77
4	Serviços de informação	680,24	6,48	38,25
5	Serviços prestados às empresas	516,10	4,91	43,16
6	Outros produtos de minerais não-metálicos	487,82	4,64	47,80
7	Transporte de carga e correios	421,94	4,02	51,82
8	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	419,46	3,99	55,81
9	Artigos de borracha e plásticos	380,70	3,62	59,44
10	Distribuição de energia elétrica	338,42	3,22	62,66
11	Construção	287,49	2,74	65,40
12	Gás encanado	270,07	2,57	67,97
13	Bebidas	269,81	2,57	70,54
14	Cana-de-açúcar	264,07	2,51	73,05
15	Jornais, revistas, discos	261,87	2,49	75,55
16	Demais 67 setores	2.568,56	24,45	100,00
	Total	**10.503,53**	**100,00**	

Fonte: BNB/ETENE.

Desses quinze setores, nove são atividades relacionadas com a indústria, cinco pertencem aos serviços e somente uma faz parte da agropecuária. As atividades de serviços são comércio atacadista, intermediação financeira e seguros, serviços de informação, serviços prestados às empresas e transporte de carga, que em conjunto foram responsáveis por 42,5% ou R$ 4,4 bilhões das vendas intermediárias da Paraíba.

As principais atividades industriais, explicitadas na Tabela 5, por sua vez, responderam por 33,7% ou R$ 3,5 bilhões das vendas, isto é, têxteis, outros produtos de minerais não-metálicos, água, esgoto e serviços de limpeza urbana, artigos de borracha e plásticos, distribuição de energia elétrica, construção, gás encanado, bebidas além de jornais, revistas e discos. A atividade agropecuária em destaque é a de cana-de-açúcar, responsável por 2,5% ou R$ 264,1 milhões do total das vendas.

8.3 Balanço das compras e vendas

As compras interestaduais da Paraíba com insumos intermediários somaram R$ 6,1 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R$ 4,8 bilhões, implicando déficit comercial com as demais Unidades Federativas de R$ 1,3 bilhão em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se à movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. A Paraíba produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público da Paraíba adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas. No referido balanço não estão computadas as compras e vendas realizadas com o exterior.

Portanto, a economia paraibana apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário em relação às Regiões Nordeste (R$ 179,7 milhões de saldo), Norte (R$ 1,1 milhão) e Centro-Oeste (R$ 170,4 milhões), e deficitário em relação ao Sudeste (R$ 1,5 bilhão) e Sul (R$ 97,6 milhões).

Os serviços venderam R$ 1,4 bilhão, e compraram R$ 2,6 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R$ 1,2 bilhão. A indústria também apresentou déficit de R$ 0,4 bilhão ao Estado, resultado das vendas de R$ 2,9 bilhões e compras de R$ 3,3 bilhões. Por outro lado, a agropecuária foi o único setor superavitário, com R$ 192,2 milhões, pois vendeu R$ 510,6 milhões e adquiriu R$ 318,4 milhões.

Assim, os resultados negativos dos serviços e da indústria não foram suficientes para cobrir o superávit apresentado pela agropecuária, ocasionando um saldo comercial negativo de R$ 1,3 bilhão. É possível concluir que o setor produtivo paraibano é um importante comprador de insumos intermediários para diferentes segmentos produtivos do País.

8.4 Análise da agregação de valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia paraibana. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros setores e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analisando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor serviços é preponderante na economia paraibana em termos de geração de ICMS, remunerações, valor da produção, valor adicionado e pessoal ocupado. A indústria detém o segundo posto quanto aos itens citados anteriormente, exclusive em pessoal ocupado, enquanto que a agropecuária é o segundo setor no que se refere a pessoal ocupado.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva na agropecuária (73,78%), pois esse segmento adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais setores. Os serviços e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços têm a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. Os serviços também obtiveram a maior relação valor adicionado/pessoal ocupado (R$ 18.465,54), acompanhada por indústria (R$ 17.902,52), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R$ 3.562,86).

Tabela 5 – Valor adicionado e valor da produção por grandes setores - 2009 - (R$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
ICMS	30,50	3,3	411,75	43,9	496,07	52,9	938,33	100,0
Remunerações	443,40	3,1	2.297,61	16,2	11.401,25	80,6	14.142,27	100,0
Valor Adicionado Bruto	1.462,75	5,7	5.590,17	21,8	18.555,74	72,5	25.608,66	100,0
Valor da produção	1.982,57	5,0	12.374,17	31,1	25.473,71	64,0	39.830,45	100,0
Pessoal ocupado	410.555	23,8	312.256	18,1	1.004.885	58,2	1.727.696	100,0
Valor adicionado/Valor da produção (%)	73,78		45,18		72,84		64,29	
Remunerações/Valor adicionado (%)	30,31		41,10		61,44		55,22	
Valor adicionado/Pessoal ocupado	3.562,86		17.902,52		18.465,54		14.822,44	

Fonte: BNB/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais geram pessoal ocupado e valor adicionado. As atividades agropecuárias, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas enquanto que os serviços, o comércio e a construção civil são preponderantes em termos de geração de valor adicionado.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado e valor adicionado - 2009 - (R$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Comércio Varejista	208.643	Administração pública e seguridade social	4.442,62
Outras culturas/extrativismo vegetal	144.765	Educação pública	2.360,95
Fruticultura	131.242	Comércios varejista	2.093,96
Construção	125.748	Serviços imobiliários e aluguel	1.953,71
Serviços domésticos	119.843	Comércio atacadista	1.851,31
Administração pública e seguridade social	118.076	Construção	1.686,65
Educação pública	108.167	Saúde pública	1.302,05
Comércio atacadista	81.553	Intermediação financeira e seguros	916,97
Outros serviços	62.858	Água, esgoto e serv de limp urbana	602,90
Serviços prestados às empresas	53.813	Artefatos de couro e calçados	524,17
Têxteis	52.978	Outros serviços	522,05
Serviços de alimentação	52.502	Serviços domésticos	473,58
Artefatos de couro e calçados	45.885	Têxteis	452,82
Saúde pública	39.664	Serviços de informação	424,05
Cana-de-açúcar	36.771	Fruticultura	422,00

Fonte: BNB/ETENE.

A economia paraibana apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País em 2009. O déficit em bens intermediários alcançou R$ 1,3 bilhão. O Estado mostrou-se superavitário em relação às regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste. Porém, apresentou déficit em relação ao Sudeste e ao Sul.

A indústria representa o setor que mais realiza compras e vendas, vindo a seguir os serviços e a agropecuária. Indústria e serviços registraram déficits enquanto que a agropecuária registrou superávit.

Administração pública, construção civil e intermediação financeira se constituíram em importantes compradores. No lado das vendas, cabe destacar o comércio atacadista, têxteis e intermediação financeira.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo da expansão da fruticultura, produtos alimentícios, calçados, têxteis, construção civil além de modernos setores comerciais e de serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica da Paraíba necessita ser fortalecida nos três setores econômicos.

Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria é basicamente formada por segmentos tradicionais. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste.** Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do nordeste e Estados:** metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico
Iara Amaral Lourenço
Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

O Governo paraibano tem se empenhado na atração de turistas com o objetivo de gerar emprego e renda para o Estado, que é possuidor de rico patrimônio natural e cultural. Os investimentos têm se dirigido principalmente para a oferta hoteleira, com um aumento no número de leitos; para o policiamento, com o trabalho de prevenção e vigilância nos principais atrativos turísticos; para a qualificação da mão de obra, com projetos de capacitação em parceria com o Sebrae através do Pronatec; e para a divulgação, através da participação em eventos turísticos nacionais e internacionais divulgando o "Destino Paraíba" (PARAÍBA, 2014).

Nesse sentido, a Secretaria de Turismo (SETUR) estabeleceu quatro polos turísticos no Estado: Litoral, Brejo, Cariri e Sertão, de acordo com as características territoriais locais. Detalha-se a seguir cada um desses polos.

O litoral paraibano, com 138 km de extensão, possui clima tropical úmido, tendo cerca de 55 praias naturais e urbanizadas, onde as areias claras, mar verde-azulado é incrementado por enseadas, barras, estuários, restingas, cordões litorâneos, tabuleiros, falésias tendo em vários trechos coqueiros, cajueiros, maçarandubas e guajirus.

A capital do Estado, João Pessoa, dispõe de praias urbanizadas, a exemplo de Tambaú, Gramane e Cabo Branco, com infraestrutura de hospedagem, equipamentos de lazer e uma reconhecida potencialidade histórico-cultural presente em seus monumentos e na riqueza de sua cultura popular. Na capital se encontra o ponto extremo leste da América continental, a praia de Ponta do Seixas.

Ainda no litoral norte cabe destacar os municípios de Mataraca, com as praias da Baleia e Camaratuba, Baia da Traição com

as praias de Itambá e Forte, Rio Tinto com Mamanguape e Oiteiro, Lucena com Costinha e Gameleira, Cabedelo com Areia Vermelha e Intermares, Conde com Coqueirinho e Tambaba. O litoral sul engloba o município de Pitimbu e as praias de Azul e Mariscos.

O Brejo paraibano compreende um conjunto de paisagens serranas com altitude media de 550 m, possui rios, cachoeiras, trilhas e Mata Atlântica, além do patrimônio histórico das cidades centenárias que promovem eventos em nichos turísticos relacionados com a aventura, a ecologia e a religiosidade.

O Polo conta com equipamentos hoteleiros e restaurantes servindo a rica gastronomia regional. Trata-se de importante região produtora da rapadura artesanal e da cachaça de alambique.

O Polo do Cariri está localizado na mesorregião da Borborema e se caracteriza por apresentar elevadas temperaturas e poucas chuvas ao longo do ano. O Cariri é um dos destinos turísticos mais procurados do interior paraibano, onde são encontrados atrativos paisagísticos e culturais em toda a região, que abrange 29 municípios, dos quais 12 são apontados como possuidores de potencial turístico, a exemplo de Cabaceiras, São João do Cariri, Serra Branca, Monteiro e Prata.

Nesta região é possível conhecer sítios arqueológicos com inscrições e figuras rupestres da tradição agreste em Itacoatiara. As manifestações populares, folclóricas e os festejos religiosos são uma marca do Cariri. No folclore regional encontram-se as manifestações ligadas ao ciclo do gado, como as vaquejadas, corridas de argolinhas, a pega do boi, o aboio, emboladores de coco, as congadas, repentistas e romarias. A musicalidade está presente em toda a população do Cariri.

O Polo do Sertão é detentor de uma diversidade histórica, cultural e paisagística. São vários os pontos turísticos potenciais que se estendem pelo sertão paraibano. Destaques para o Vale dos Dinossauros, em Sousa; a Fazenda Acauã, em Aparecida e a Estância Termal Brejo das Freiras, em São João do Rio do Peixe. É no sertão que a Paraíba abriga importantes sítios paleontológicos, com mais de 50 tipos de pegadas de animais pré-históricos, espalhadas por toda a bacia sedimentar do Rio do Peixe.

A oferta hoteleira tem se expandido na Paraíba. Em 2013, o Estado possuía 173 meios de hospedagem, 6.321 unidades habitacionais e 16.062 leitos. O número de restaurantes, bares e cafeterias, cadastrados no Ministério do Turismo tem se expandido. Observa-se ainda um aumento na oferta de locadoras de veículos (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou a Paraíba. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 5,4 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 192,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Paraíba e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Paraíba	**127.919**	**104.440**	**23.479**	**134.760**	**110.535**	**24.225**
Internacional de João Pessoa / Presidente Castro Pinto	114.677	102.102	12.575	121.101	108.073	13.028
Internacional Campina Grande / Presidente João Suassuna	13.242	2.338	10.904	13.659	2.462	11.197
Nordeste	4.931.449	4.316.191	615.258	5.476.364	4.846.208	630.156

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Especificamente na Paraíba, o fluxo de passageiros desembarcados procedentes de voos nacionais saltou de 134,7 mil, em 2003, para 675,5 mil passageiros, em 2013, o que significou um incremento de 401,3% no período (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Paraíba e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Paraíba	**698.418**	**683.204**	**15.214**	**675.574**	**662.542**	**13.032**
Internacional de João Pessoa / Presidente Castro Pinto	625.528	621.227	4.301	604.702	600.625	4.077
Internacional Campina Grande / Presidente João Suassuna	72.890	61.977	10.913	70.872	61.917	8.955
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Infraero (2014).

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, saltando de 266 mil em 2003 para 436 mil em 2013 (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Paraíba e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Paraíba	**13**	**-**	**13**	**10**	**-**	**10**
Internacional de João Pessoa / Presidente Castro Pinto	13	-	13	10	-	10
Internacional Campina Grande / Presidente João Suassuna	-	-	-	-	-	-
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

A Paraíba ainda não apresenta voos regulares internacionais, de forma que o fluxo dessa categoria de turista ainda é pequeno. Em 2013, foram registrados apenas três desembarques do tipo não regular no Estado (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Paraíba e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Paraíba	1	-	1	3	-	3
Internacional de João Pessoa / Presidente Castro Pinto	-	-	-	-	-	-
Internacional Campina Grande / Presidente João Suassuna	1	-	1	3	-	3
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Turismo em João Pessoa

João Pessoa, fundada em 1585, é a terceira capital mais antiga do País. Conta com expressivo patrimônio natural, a exemplo de praias, áreas verdes e parques, além de atrativos culturais, cabendo destacar a culinária, o folclore, os monumentos históricos e modernos equipamentos de lazer formando um conjunto atrativo para os visitantes.

João Pessoa é um importante centro comercial, de negócios e de turismo do Nordeste. Conta com 780 mil habitantes, sendo que sua área metropolitana tem doze municípios com cerca de 1,2 milhões de habitantes de acordo com o IBGE.

A capital tem um clima tropical e com temperaturas médias anuais em torno de 26º C. A cidade é banhada por doze rios, além de um litoral com 24 km de extensão. No total, são nove praias de areias brancas, águas mornas e cristalinas sendo propícias para banho.

Dentre as principais atrações do litoral, cabe destacar a Praia de Tambaú, com 8 km de extensão, sendo composta de areia batida e fina, com águas de cor verde azulada. A urbanizada Praia de Manaíra, por sua vez, tem águas claras, sendo formada por recifes, o que torna as suas ondas fracas. Possui diversos quiosques e bares, além de quadras de esportes.

A capital paraibana possui duas grandes reservas de Mata Atlântica, ou seja, o Parque Arruda Câmara e o Jardim Botânico. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, João Pessoa recebeu o título de “segunda capital mais verde do mundo”. Possui 7 m² de floresta por habitante, ficando atrás apenas de Paris, capital da França.

O município está localizado na Ponta do Seixas, que é o local mais oriental das Américas, o que faz a cidade ser conhecida como o lugar “onde o sol nasce primeiro nas Américas”, sendo uma das atrações turísticas locais.

Considerada uma das capitais de melhor qualidade de vida do Nordeste, possui diversos locais que auxiliam a população a obter uma vida saudável. Suas praças contam com equipamentos para a prática de esportes. João Pessoa é também uma das capitais menos desiguais do Nordeste. A cidade foi ainda destacada pela organização *International Living*, como uma das melhores cidades do mundo para se desfrutar a aposentadoria. Portanto, João Pessoa pode combinar os atrativos de sol, praia, ecologia, esporte, lazer, eventos e negócios para os turistas.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Referencias

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo.** Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em: <http://www.infraero.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Turismo. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/joaopessoa/apresentacao/>. Acesso em 20 dez. 2015.

PARAÍBA. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. **Roteiros.** Disponível em: <http://www.destinoparaiba.pb.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista. Mestre em Economia

As exportações da Paraíba representaram 1,1% do total do Nordeste, em 2013, totalizando US$ 187,9 milhões, em comparação com US$ 77,6 bilhões em 2000, crescimento de 142,2% no período, conforme dados do Brasil (2014).

A análise das exportações por fator agregado revela que as vendas de produtos manufaturados vêm aumentando de participação, atingindo 86,6% em 2013. Os produtos básicos que contribuíram com 20,6% das vendas em 2000 passaram a representar 13,4% em 2013 (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	15.965	20,57	25.141	13,38	57,48
Industrializados	61.615	79,39	162.826	86,63	164,26
Semimanufaturados	3.850	4,96	12.232	6,51	217,71
Manufaturados	57.764	74,42	150.594	80,12	160,71
Op. especiais	34	0,04	---	---	---
Total	**77.614**	**100,00**	**187.966**	**100,00**	**142,18**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Contudo, a pauta de exportações do Estado é pouco diversificada, de modo que quase 90% das vendas externas estão concentradas em apenas dez produtos (Tabela 2). As exportações de calçados, que respondem por metade das vendas externas, geraram US$ 105,0 milhões de receita em 2013. Em termos de valor, o Estado é o segundo maior exportador de calçados do Nordeste e quarto do Brasil. Porém, segundo o número de pares transacionados (28.547 mil), perde apenas para o Ceará (51.796 mil pares).

Os principais países compradores do produto calçadista paraibano foram Austrália, Angola, França e Filipinas em 2013, cujas vendas foram realizadas essencialmente pela empresa Alpargatas S.A.

Outros importantes produtos da pauta paraibana como outros açúcares de cana (6,4%), álcool etílico (5,8%) e outros açúcares de cana ou de beterraba e sacarose, que fazem parte do setor sucroalcooleiro, têm sofrido com a redução dos preços internacionais do açúcar.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Roupas de toucador/ cozinha, de tecidos atoalhados de algodão	14.211	18,32	Calcados de borracha/ plast.c/ parte super.em toneladas	97.268	51,75
Outros calcados de couro natural	9.351	12,05	Outros açúcares de cana	11.991	6,38
Cordéis de sisal/outs. fibras “agave”, p/ atadeiras/enfard	7.527	9,7	Outros álcool etílico n/desnaturado	10.960	5,83
Álcool etílico n/ desnaturado c/vol. teor alcoólico>=80%	6.773	8,73	Ilmenita (minérios de titânio)	10.829	5,76
Outros peixes congelados, exc. files, outros carnes, etc.	5.285	6,81	Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim	9.569	5,09
Outs. calçados de couro natural e sola exterior de couro	4.663	6,01	Sucos (sumo) de outras frutas, n/ fermen.s/adic	8.403	4,47
Albacoras/atuns de barbatana amarela, congeladas, exc.files,etc	4.341	5,6	Outs. calcados de matéria têxtil, sola de borracha	5.141	2,74
Açúcar de cana, em bruto	3.730	4,81	Mamões (papaias) frescos	4.490	2,39
Atuns-brancos ou germões, congelados, exc. files,etc.	3.682	4,74	Granito cortado em blocos ou placas	4.360	2,32
Tapete de outra matéria têxtil, de ponto nodado/ enrolado	3.578	4,61	Outros tecidos atoalhados, de algodão	4.329	2,30
Demais produtos	14.472	18,65	Demais produtos	20.625	10,97
Total	**77.614**	**100,00**	**Total**	**187.966**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os Estados Unidos, em 2000, absorviam 44,3% das exportações paraibanas, em 2005, esse percentual atingiu 57,6%, passando para 9,9% em 2013. Apesar da queda da participação do mercado norte-americano nas exportações paraibanas, agravada pela crise financeira internacional, o país ainda é o segundo principal parceiro do Estado. Entretanto, a diversificação dos destinos, ao longo dos últimos anos, reduziu o grau de dependência que a Paraíba tinha com a economia estadunidense.

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	34.345	44,25	Franca	24.896	13,24
Argentina	7.405	9,54	Estados Unidos	18.673	9,93
Espanha	7.294	9,40	Austrália	17.952	9,55
Japão	4.492	5,79	Angola	16.626	8,85
Trinidad e Tobago	4.187	5,4	Argentina	13.266	7,06
Países Baixos (Holanda)	3.418	4,40	Filipinas	7.861	4,18
Rússia, Federação da	2.378	3,06	Paraguai	4.715	2,51
Bélgica - Luxemburgo	1.879	2,42	Portugal	4.621	2,46
Paraguai	1.166	1,5	Cuba	4.516	2,40
Turquia	1.007	1,3	Turquia	4.373	2,33
Demais Países	10.006	12,94	Demais Países	70.468	37,49
Total	**77.614**	**100,00**	**Total**	**187.966**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As importações paraibanas, em 2013 e segundo as categorias de uso, estavam concentradas em bens intermediários (62,1%) com destaque para os insumos industriais (35,3%), alimentos e bebidas destinados à indústria (22,4%) e em bens de consumo não duráveis (24,6) (Tabela 4).

Tabela 4 - Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	40.795	27,15	79.479	12,12	94,83
Bens intermediários	103.874	69,12	407.255	62,09	292,07
Bens de consumo	3.628	2,41	169.135	25,79	4.561,97
Bens de consumo duráveis	856	0,57	7.619	1,16	789,67
Bens de consumo não duráveis	2.772	1,84	161.515	24,63	5.727,65
Combustíveis e lubrificantes	1.980	1,32	3,26	---	-99,84
Total	**150.277**	**100,00**	**655.872**	**100,00**	**336,44**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

As compras de calçados esportivos foi o produto com maior valor importado em 2013, tendo como origem, principalmente, o Vietnã (US$ 106.296 mil). A entrada do produto no mercado nacional vem incomodando os produtores calçadistas e acirrando a concorrência (Tabela 5).

As empresas Alpargatas S.A. (21,6%), M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos (13,3%), Companhia de Bebidas das Américas - Ambev (8,9%), Terminal de Combustíveis da Paraíba Ltda. (4,1%) estão entre os principais importadores do Estado.

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	34.408	22,9	Calcados p/esportes,etc.de mat.text. sola borr	117.439	17,91
Outros tipos de algodão nao cardado nem penteado	16.129	10,73	Out.trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc	87.260	13,3
Milho em grão,exceto para semeadura	11.445	7,62	Malte nao torrado, inteiro ou partido	58.251	8,88
Malte não torrado, inteiro ou partido	6.125	4,08	Coque de petroleo nao calcinado	36.180	5,52
Álcool etílico n/desnaturado c/vol.teor alcoólico>=80%	5.971	3,97	Alcool etilico n/desnaturado	17.958	2,74
Fiadeira-bobinadora automat. p/fiacao de matéria têxtil	5.645	3,76	Outros pneus novos para onibus ou caminhoes	15.978	2,44
Couro/pele bovina, prepar.apos curtim.plena flor	5.422	3,61	Laminado ferro/aco	11.583	1,77
Outs.maqs.e apars.p/impressão ofsete, alim. por bobinas	2.900	1,93	Borracha de estireno-butadieno, em outs.formas	11.386	1,74
Outras maquinas p/fiação de matéria têxtil	2.535	1,69	Tecido de filam. poliester textur>=85%,tintos,	7.970	1,22
Outras maquinas e aparelhos de impressão por offset	2.430	1,62	Pneus novos para automoveis de passageiros	6.918	1,05
Demais produtos	57.268	38	Demais produtos	3.613	0,55
Total	**150.277**	**100,00**	**Total**	**655.872**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US$ 1.000 FOB

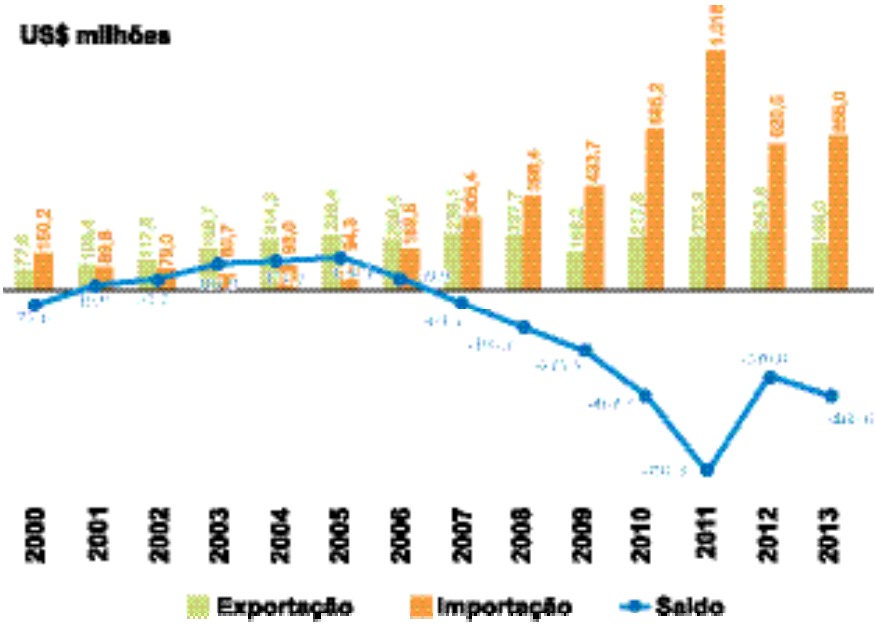
2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	24.240	16,13	China	153.954	23,47
Alemanha	18.774	12,49	Estados Unidos	116.080	17,70
Argentina	17.948	11,94	Vietnã	112.346	17,13
Itália	12.100	8,05	Argentina	78.187	11,92
Costa do Marfim	8.132	5,41	Uruguai	25.420	3,88
Suíça	7.034	4,68	México	21.769	3,32
África do Sul	6.422	4,27	Alemanha	14.541	2,22
Franca	6.389	4,25	Coréia do Sul	13.365	2,04
Mali	6.292	4,19	Índia	12.366	1,89
México	4.656	3,10	Canadá	10.520	1,60
Demais Países	38.291	25,48	Demais Países	97.324	14,84
Total	**150.277**	**100,00**	**Total**	**655.872**	**100,00**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da Balança Comercial da Paraíba. Observa-se que a partir de 2007 a Balança Comercial do Estado vem registrando déficits.

Na verdade, ocorreu um desaquecimento das exportações do Estado e o aumento das importações a partir de 2007/2008, gerando-se déficits comercias com pico em 2011. Esse comportamento foi ocasionado em parte pela crise econômica internacional, que provocou a redução no quantum exportado, a oscilação dos preços internacionais e o redirecionamento da produção para o mercado interno dos principais produtos exportados como roupas de toucador/cozinha, de tecidos atoalhados e os derivados da cana-de-açúcar.

Gráfico 1 - Balança Comercia 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

ABICALÇADOS. **Comércio exterior de calçados.** Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>. Acesso em: 20 nov 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial:** Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 10 nov. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana
Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura na Paraíba, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em três estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: GLEN/UFC (2012), Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO) elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

A Paraíba tem o território cortado por onze rodovias federais, algumas delas com apenas pequenos trechos em seu território, sendo que as principais são a BR-101, BR-104, BR-230 e BR-412. As rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal. A rede rodoviária da Paraíba possui um total de 35,2 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação na Paraíba

	Planejada	Rede não pavimentada					Rede pavimentada				Total
		Leito Natural	Em obras implantação	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista Simples	Em obras duplicação	Pista dupla	Subtotal	
Federal	383,20	18,30	0,00	0,00	26,00	44,30	979,70	2,90	274,30	1.256,90	1.684,40
Estadual coincidente	0,00	65,60	0,00	27,60	0,00	93,20	256,00	0,00	0,00	256,00	349,20
Estadual	43,40	1.270,50	0,00	891,10	240,40	2.402,00	2.211,00	0,00	6,50	2.217,50	4.662,90
Municipal	0,00	28.797,00	0,00	70,00	0,00	28.867,00	50,00	0,00	0,00	50,00	28.917,00
Total	**426,60**	**30.085,80**	**0,00**	**961,10**	**266,40**	**31.313,30**	**3.240,70**	**2,90**	**280,80**	**3.524,40**	**35.264,30**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes – CNT (2014), que avaliou uma extensão de 1.665 km das principais rodovias do Estado, com grande predominância da malha federal, 39,9% das rodovias pesquisadas encontram-se em situação geral boa ou ótima, 32,1% em condições regulares e 28,0% sendo classificadas ruim ou péssimas, considerando estado do pavimento, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam condições gerais mais favoráveis quando comparado com as rodovias estaduais. Trata-se de uma situação geral boa em relação aos demais Estados do Nordeste.

Entre os principais gargalos rodoviários da Paraíba, pode-se destacar a necessidade de construção dos trechos planejados da BR-110 no Estado, de modo a criar um eixo rodoviário entre Mossoró-RN e Salvador-BA, passando pelos municípios paraibanos de São Bento, Patos e Monteiro, entre outros, constituindo uma alternativa no sentido Norte-Sul às já existentes BR-101 e BR-116. Ademais, é importante a adequação da BR-104 entre Campina Grande e a divisa PB/PE, obra prevista para execução no âmbito do PAC.

No transporte ferroviário, a Paraíba possui atualmente 660 km de malha sob responsabilidade da concessionária Transnordestina Logística (TNL), antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que no sentido Norte-Sul liga a capital João Pessoa a Recife-PE e Natal-RN, com um ramal até Cabedelo, enquanto no sentido Leste-Oeste cruza o Estado passando por Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras, até encontrar o trecho cearense da ferrovia.

Entretanto, toda essa malha está em péssima condição de conservação e não vem sendo utilizada regularmente pela concessionária, ficando o transporte de cargas restrito a algumas cidades da Região Metropolitana de João Pessoa, na mesma linha em que ocorre um pequeno volume de transporte de passageiros. Nesse sentido, a não disponibilidade do uso do modal ferroviário pelas empresas do Estado constitui um importante gargalo e, por isso, é importante que a malha atual seja melhorada.

A revitalização da malha que liga o Porto de Cabedelo ao trecho cearense da TNL (sentido Leste-Oeste) pode propiciar a ligação do porto à Nova Ferrovia Transnordestina, atualmente em construção, aumentando a importância desse equipamento logístico para a economia regional, já que o mesmo poderia atuar de forma com-

plementar aos portos de Pecém-CE e Suape-PE, que constituem os dois extremos do atual traçado a ferrovia ora em implantação.

O Porto de Cabedelo é um porto público administrado pela Companhia Docas da Paraíba, constituindo-se no único componente da infraestrutura de transporte aquaviário do Estado. O porto tem apresentado uma crescente movimentação de cargas nos últimos anos, passando de 1.279 toneladas em 2009 para 1.971 toneladas em 2013, o que representa um crescimento de quase 50%. Considerando esse grande incremento observado na movimentação de cargas no Porto de Cabedelo, torna-se importante que seja efetuada uma ampliação de suas instalações, especialmente a criação de um Terminal de Múltiplo Uso (TMUT), que prevê investimentos da ordem de R$ 320 milhões, bem como a conclusão das obras de dragagem e aprofundamento do canal de acesso, em execução no âmbito do PAC.

Com relação ao transporte aéreo, a Paraíba possui dois aeroportos com voos regulares, ambos administrados pela Infraero, o Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, localizado em Bayeux, na Região Metropolitana de João Pessoa, e o Aeroporto Presidente João Suassuna, em Campina Grande. O aeroporto de João Pessoa passou por obras de ampliação entre os anos de 2005 e 2007, aumentando sua capacidade de movimentação para 2,3 milhões de passageiros/ano. Apesar dessa reforma recente, já existem estudos em curso para uma nova ampliação de sua capacidade, dessa vez com a construção de um novo terminal de passageiros, tendo em vista o grande crescimento observado nos últimos anos na quantidade de voos e de passageiros que utilizam o aeroporto, que movimentou 1,23 milhão de pessoas e 3.044 toneladas de carga em 2013. Já o aeroporto de Campina Grande movimentou 143.766 passageiros e 257 toneladas de carga no mesmo ano.

A Tabela 2 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução na Paraíba.

Tabela 2 – Obras de infraestrutura de transportes previstas na Paraíba

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Trens urbanos de João Pessoa - modernização da linha e aquisição de VLTs	202	Iniciada	20%
Pavimentação do Anel Rodoviário do Cariri (124 km)	89	Iniciada	50%
Pavimentação da Rodovia da Integração, PB-228 (76 km)	69	Em projeto	NI
Pavimentação da PB-313 (23 km)	15	Em projeto	NI
Pavimentação da PB-306 (35 km)	28	Iniciada	NI
Pavimentação da PB-150 (24 km)	22	Iniciada	NI
Construção do Trevo de Mangabeira (João Pessoa)	22	Iniciada	NI
Pavimentação da PB-196 (31 km)	15	Iniciada	NI
Total	**462**		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

A Paraíba atualmente tem a segunda menor capacidade de geração de energia do Nordeste, totalizando 641 MW de capacidade instalada, o que corresponde a 2,9% da capacidade de geração regional e 0,51% do total do Brasil (Tabela 3). A concessionária distribuidora de energia elétrica na Paraíba é a Energisa, dividida em Energisa Paraíba e Energisa Borborema. Trata-se de um empresa privada do grupo de mesmo nome, que controla treze distribuidoras em nove Estados brasileiros.

Tabela 3 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica na Paraíba - 2006 a 2013

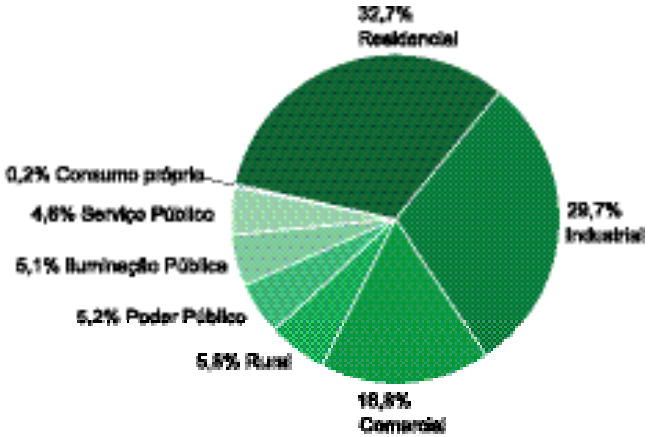
Serviço	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil (2013)
Capacidade Instalada (MW)	51	61	106	110	291	639	665	641	0,51
Energia Gerada (GWh)	166	238	319	232	405	389	1.010	1.854	0,33
Energia Consumida (GWh)	3.279	3.412	3.622	3.714	4.181	4.257	4.570	4.910	1,06

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

É importante destacar que houve um incremento considerável da geração de energia do Estado nos últimos anos (1.156% entre 2006 e 2013), como consequência da entrada em operação de algumas usinas eólicas e também de usinas térmicas, mas ainda não suficiente para atender plenamente à demanda local.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe o grande peso dos segmentos residencial, industrial e comercial, nessa ordem, os quais, em conjunto, são responsáveis por 79,2% do consumo.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica da Paraíba por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir de dados do EPE (2014).

Apesar da melhoria observada no que diz respeito à relação entre geração e consumo, é importante que sejam feitos maiores investimentos no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica no Estado. Entretanto, no momento há previsão de implantação de apenas um projeto relacionado ao sistema elétrico, que se trata da Linha de Transmissão Luiz Gonzaga-Garanhuns-Pau Ferro, totalizando 666 km entre municípios dos estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, obra em implantação no âmbito do PAC que envolve recursos da ordem de R$ 742 milhões.

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem-estar e melhores condições de vida para a população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução na Paraíba no período de 2002 a 2012 (Tabela 4). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 98,5% das residências atendidas, estando próximo dos indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e Brasil (99,5%).

Tabela 4 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura básica na Paraíba - 2002 e 2012

Serviço	Quantidade (mil unid.)		% Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Iluminação elétrica	861	1.187	86,9	98,5
Abastecimento de água	661	970	75,4	81,6
Coleta de lixo	599	945	68,3	79,5
Esgotamento sanitário	244	632	27,8	53,2

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 75,4% das residências em 2002 foi ampliado para 81,6% dos domicílios em 2012, acima portanto da média do Nordeste (80,6%) mas ainda abaixo da média brasileira (85,4%) em termos de domicílios atendidos em 2012.

No que se refere à coleta de lixo, o Estado contava com 79,5% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, pouco mais da metade das residências paraibanas contavam com esse tipo de serviço em 2012. As necessidades de investimentos nesse tipo de serviço são prementes, pois o indicador da Paraíba ainda encontra-se abaixo da média nacional (63,3%), embora acima do indicador regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste).

Apesar de ter havido uma melhoria em todos os indicadores de infraestrutura básica do Estado em 2012 em relação a 2002, é fundamental que haja investimento para um incremento ainda maior, especialmente dos indicadores de saneamento, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existem diversos projetos em execução ou planejados que poderão trazer contribuições, estando os principais listados na Tabela 5, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação.

Entre as obras apresentadas na Tabela 5, destacam-se os eixos Norte e Leste da transposição do Rio São Francisco, constituído de canais, estações de bombeamento, reservatórios, túneis e aquedutos. Após concluída essa obra, haverá aumento da oferta hídrica, tanto para consumo humano, como para subsidiar atividades econômicas que demandam permanentemente água, tais como a fruticultura irrigada. A obra tem a conclusão prevista para 2015, conforme as últimas previsões divulgadas.

Tabela 5 – Obras de infraestrutura de saneamento e irrigação previstas na Paraíba

Obra	Orçamento (R$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Ampliação abastecimento de água em João Pessoa (PAC)	153	Iniciada	NI
Obras de abastecimento de água em Pocinhos	15	Iniciada	NI
Ampliação abastecimento de água em Mamanguape (PAC)	26	Iniciada	NI
Ampliação abastecimento de água em Areia (PAC)	12	Iniciada	NI
Ampliação abastecimento de água em Lucena (PAC)	7	Iniciada	NI
Ampliação abastecimento de água em Queimadas (PAC)	5	Iniciada	NI
Ampliação abastecimento de água em Sapé (PAC)	3	Iniciada	NI
Barragem Pitombeiras (PAC)	7	Iniciada	NI
Vertente Litorânea (PAC)	758	Iniciada	27%
Adutora Pajeú (2a etapa) (PAC)	366	Contratada	0%
Sistema Adutor Nova Camará (PAC)	83	Iniciada	NI
Adutor Boqueirão (PAC)	22	Iniciada	NI
Adutor Camalaú (PAC)	22	Iniciada	NI
Adutora Natuba (PAC)	19	Iniciada	NI
Adutora de Aroeiras (PAC)	10	Iniciada	NI
Implantação esgotamento sanitario vários municípios	462	Em projeto	0%
Ampliação sistema de esgoto sanitário em João Pessoa	33	Iniciada	NI
Sistema de esgoto sanitário em Areia (PAC)	17	Iniciada	NI
Sistema de esgoto sanitário em Coremas (PAC)	8	Iniciada	NI
Sistema de esgoto sanitário em São Bento (PAC)	14	Iniciada	NI
Esgotamento sanitario em Cajazeiras	12	Iniciada	NI
Transposição do Rio São Francisco - Eixo Norte (PAC)	5286	Iniciada	59%
Transposição do Rio São Francisco - Eixo Leste (PAC)	2.944	Iniciada	58%
Total	**10.284**		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Referências

ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos:** relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014.** Relatório gerencial. Disponível em: < http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>. Acesso em 12 nov. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014.** Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário estatístico de energia elétrica 2011.** Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014.** Rio de Janeiro: EPE, 2014.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC. **Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico da regi**ão Nordeste enquanto suporte à localização de e**mpreendimentos:** foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está divido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego na Paraíba no período de 2001 e 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 e 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12.1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O objetivo central desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)[1] realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 2.808 mil pessoas, em 2001, representando 80,0% da população total da Paraíba. Vale ressaltar que neste período 75,1% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 3.337 mil pessoas, representando 85,3% da população total. Quanto à população urbana, verificou-se acréscimo em 24,4%, de forma que a população domiciliada no meio urbano chegou a participar com 79,9% da PIA em 2013 (Tabela 1).

[1] Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registrou-se um significativo aumento da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2001, a PEA era de 1.482 pessoas, correspondendo a uma Taxa de Participação da força de trabalho de 52,7%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 1.808 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 1,67% ao ano, resultando em um incremento de 326 mil pessoas. Neste ano de 2013, também se verificou aumento na taxa de participação, que correspondeu a 54,1% (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	3.507	3.914	407	11,61	0,92
População em Idade Ativa – PIA	2.808	3.337	529	18,84	1,45
População Economicamente Ativa – PEA	1.482	1.808	326	22,00	1,67
População Ocupada – POC	1.368	1.656	288	21,05	1,60
População Desocupada	114	152	38	33,33	2,43
Taxa de Participação % (1)	52,8	54,2	1,4	2,66	0,22
Nível de Ocupação % (2)	48,7	49,6	0,9	1,86	0,15
Taxa de Ocupação % (3)	92,3	91,6	-0,7	-0,77	-0,06
Nível de Desocupação % (4)	4,1	4,6	0,5	12,20	0,96
Taxa de Desocupação % (5)	7,7	8,4	0,7	9,29	0,74

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

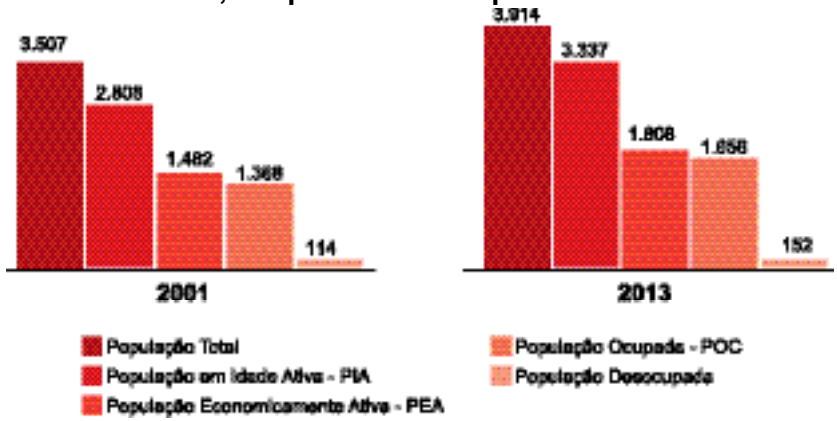
(2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;

(3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;

(4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;

(5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 1.368 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação de 92,3%. Nesse mesmo ano, a composição de arranjos segundo a classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, apontava para uma maior concentração de trabalhadores que recebiam até três salários mínimos, com 62,6% do total das pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa de incremento da POC foi da ordem de 21,1%, alcançando um estoque de 1.656 mil pessoas. Nesta nova configuração da força de trabalho, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal que recebem entre um e dois salários mínimos, com acréscimo de 143 mil pessoas (taxa de crescimento de 3,6% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 12,2% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, tendo ocorrido uma redução de 30,3% em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até três salários mínimos respondia por 77,7% da POC, enquanto que a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a três salários mínimos representava apenas 9,2% do total empregado (Tabela 2). Neste caso, percebe-se a distribuição assimétrica de renda, e confirman-

do com esta análise, o Índice de Gini calculado para a Paraíba foi de 0,52 no ano de 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	207	15,1	285	17,2	78	37,7	2,7
Mais de 1/2 a 1 SM	380	27,8	481	29,0	101	26,6	2,0
Mais de 1 a 2 SM	270	19,7	413	24,9	143	53,0	3,6
Mais de 2 a 3 SM	81	5,9	110	6,6	29	35,8	2,6
Mais de 3 a 5 SM	61	4,5	80	4,8	19	31,1	2,3
Mais de 5 a 10 SM	44	3,2	49	3,0	5	11,4	0,9
Mais de 10 a 20 SM	22	1,6	18	1,1	-4	-18,2	-1,7
Mais de 20 SM	11	0,8	5	0,3	-6	-54,5	-6,4
Sem rendimento	290	21,2	202	12,2	-88	-30,3	-3,0
Sem declaração	2	0,1	13	0,8	11	550,0	16,9
Total	**1.368**	**100,0**	**1.656**	**100,0**	**288**	**21,1**	**1,6**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota:

(1) pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo desse novo quadro pode ser comprovado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 1.368 mil em 2001 para 1.656 mil em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,60% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 288 mil no período de 2001 a 2013. Portanto, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho do estado da Paraíba no período analisado.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos anos nos setores do comércio e nas indústrias de transformação. Espe-

cificamente na indústria de transformação, na fabricação de máquinas e equipamentos, destaca-se a implantação de uma unidade industrial de produtos eletrodomésticos em João Pessoa, gerando 130 empregos diretos em sua fase de construção. De acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI), o projeto foi orçado em US$ 3,0 milhões e visa atender o mercado consumidor interno, que vem sendo estimulado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal - RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objetos de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 332.264 vagas na Paraíba em 2000, com forte concentração na administração pública (46,2%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 651.909 vagas, com aumento em 96,2% no período estudado. Além desse incremento, a Paraíba apresentou uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho (Tabela 3 e Gráfico 2).

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 32,4% do emprego formal no ano 2000, passaram a representar por 38,7% dos empregos formais, fornecendo 252.185 postos de trabalho no Estado em 2013. Vale destacar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, a exemplo da expansão de *shopping centers* no município de Campina Grande[2], com a duplicação da área do *Boulevard* Campina Grande, o qual ganhará 80 novas lojas que por sua vez são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2014).

---

[2] O Grupo PARTAGE, somente no primeiro semestre de 2014, investiu R$ 151.260.504 para a reforma do empreendimento em Mossoró e construção de novos *shopping centers* em Natal (RN) e Campina Grande (PB), com a duplicação da área do Boulevard Campina Grande, o qual ganhará 80 novas lojas (BRASIL, 2014a).

Destaca-se também o desenvolvimento do setor da construção civil que registrou aumento no número de postos de emprego em 260,3% se comparado a 2000, ou seja, incremento em 33.976 novos postos de trabalho (Tabela 3 e Gráfico 2).

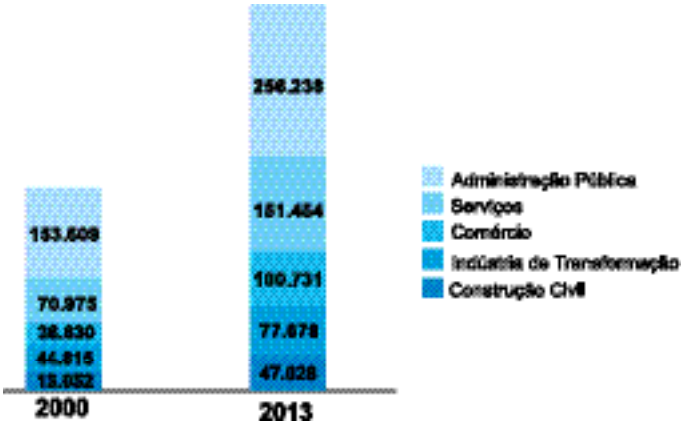
Na indústria de transformação, o crescimento na geração de empregos formais foi de 73,3%, entre o período de 2000 e 2013, com saldo de 77.678 novos postos de trabalho. Especificamente no setor de produção e distribuição de eletricidade, no município de Coremas-PB, tem-se destacado a construção de uma usina solar com a geração de 2.500 empregos diretos em sua fase de construção, e 800 empregos diretos quando estiver concluída. Referida usina solar terá uma área de 236 hectares, com a possibilidade de expandir mais 200 hectares, com potência de 50 MW e capacidade de atender 850 mil habitantes. Os investimentos realizados na usina solar foram da ordem de US$ 197,4 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI (BRASIL, 2014a).

Tabela 3 − Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Administração pública	153.609	46,2	256.238	39,3	102.629	66,8
Serviços	70.975	21,4	151.454	23,2	80.479	113,4
Comércio	36.630	11,0	100.731	15,5	64.101	175,0
Indústria de transformação	44.815	13,5	77.678	11,9	32.863	73,3
Construção civil	13.052	3,9	47.028	7,2	33.976	260,3
Agropecuária, extração vegetal, caça...	6.506	2,0	13.099	2,0	6.593	101,3
Servicos Industriais de Utilidade Pública	5.177	1,6	4.246	0,7	-931	-18,0
Extrativa mineral	1.500	0,5	1.435	0,2	-65	-4,3
Total	**332.264**	**100,0**	**651.909**	**100,0**	**319.645**	**96,2**

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Gráfico 2 − Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa[3], no ano 2000 as firmas de grande porte respondiam por 39,5% dos empregos formais do Estado, enquanto que as Micro, Pequenas e Médias empresas ofereciam 60,5% das vagas. Em 2013, as oportunidades cresceram de forma considerável em todos os segmentos, e de forma especial nas empresas de grande porte, que passaram a contar com 42,4% das vagas, ou seja, 276.409 empregos formais.

A organização das indústrias de transformação e extrativa mineral, em particular, revelavam a existência de 46.315 postos de trabalhos com vínculos empregatícios, em 2000, observando-se uma concentração no subsetor de fabricação de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (20,7%), que empregava 9.596 pessoas.

No ano de 2013, houve considerável incremento de 32.798 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, alcançando 79.113 postos, ou seja, 70,8% a mais em rela-

[3] O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

ção ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produtos alimentícios e bebidas (com acréscimo de 10.611 postos de empregos formais), artefatos de couro e calçados (aumento em 6.215 postos de trabalho) e produtos de minerais não metálicos, com criação de 3.950 postos de trabalho com vínculo empregatício (Tabela 4).

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados U$S 704,5 milhões nestes subsetores, ou seja, cerca de 99,8% dos investimentos totais do estado da Paraíba no período. Somente na indústria cimenteira nos municípios de Pitimbu e Alhandra, os investimentos foram na ordem de US$ 503,7 bilhões, ou seja, 71,4% dos valores totais investidos no estado da Paraíba no período de 2011 a 2013, de acordo com a RENAI (BRASIL, 2014a).

Tabela 4 – Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença absoluta	Var. %
	Absoluto	Part. (%)	Absoluto	Part. (%)		
Indústria de transformação (A)						
Produtos alimentícios e bebidas	9.596	20,7	20.207	25,5	10.611	110,6
Artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	8.931	19,3	15.146	19,1	6.215	69,6
Produtos têxteis	8.070	17,4	9.658	12,2	1.588	19,7
Produtos de minerais não metálicos	4.085	8,8	8.035	10,2	3.950	96,7
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	2.841	6,1	4.537	5,7	1.696	59,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.527	7,6	4.430	5,6	903	25,6
Artigos de borracha e plástico	1.571	3,4	4.315	5,5	2.744	174,7
Produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	885	1,9	2.923	3,7	2.038	230,3
Móveis e indústrias diversas	833	1,8	2.769	3,5	1.936	232,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	1.728	3,7	1.456	1,8	-272	-15,7
Celulose, papel e produtos de papel	441	1,0	889	1,1	448	101,6
Produtos químicos	434	0,9	838	1,1	404	93,1
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	170	0,4	653	0,8	483	284,1
Máquinas e equipamentos	206	0,4	401	0,5	195	94,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	418	0,9	345	0,4	-73	-17,5
Metalurgia	262	0,6	316	0,4	54	20,6
Produtos de madeira	240	0,5	300	0,4	60	25,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	390	0,8	183	0,2	-207	-53,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	96	0,2	128	0,2	32	33,3
Produtos do fumo	68	0,1	109	0,1	41	60,3
Outros equipamentos de transporte	23	0,0	40	0,1	17	73,9

continuação

Indústria de extração mineral (B)						
Pedra, areia e argila	6	0,0	693	0,9	687	11.450,0
Outros minerais não metálicos	0	0,0	456	0,6	456	-
Minerais metálicos não ferrosos	652	1,4	189	0,2	-463	-71,0
Carvão mineral	0	0,0	86	0,1	86	-
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	154	0,3	10	0,0	-144	-93,5
Minério de ferro	688	1,5	1	0,0	-687	-99,9
Total (A+B)	**46.315**	**100,0**	**79.113**	**100,0**	**32.798**	**70,8**

Fonte: Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Quanto aos dados disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais que saltou de 332.264 postos de trabalho, em 2000, para 651.909 no ano de 2013, aumento em 96,2% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e grande portes. Somente na indústria de transformação, grande parte da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2013 foram injetados U$S 506,8 milhões neste subsetor, ou seja, cerca de 70% das inversões totais no período do Estado. Estes números de crescimento são reflexos dos aportes de capital na economia da Paraíba em setores estratégicos, como a indústria de transformação, bem como na produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

A vocação econômica do estado da Paraíba para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 16.724 novos estabelecimentos (aumento de 106,2% em relação ao ano de 2000). Somente estes dois setores alcançaram 32.470 firmas no ano de 2013, representando 77,8% do total do número de estabelecimentos da Paraíba.

O crescimento do comércio e serviços impulsiona outros setores, a exemplo da construção civil que gerou 33.976 novos empregos formais em 2013, aumento em 260,3% em relação ao ano de 2000. Outro indicador que também possibilita mensurar o favorável desenvolvimento do setor da construção civil é o aumento do consumo de cimento na Paraíba. Segundo o Sindicato da Indústria de

Cimento Nacional (SICN, 2014), o ano de 2013 finalizou com consumo de 1.205 mil toneladas, registrando incremento de 812 mil toneladas, ou seja, aumento de 206,6% em relação ao ano de 2003.

Por sua vez, a expansão da construção civil no Estado vem impulsionando o setor da indústria de transformação. Segundo a Rede Nacional de Informações sobre Investimento, foram alocados US$ 503,7 milhões na implantação de duas indústrias de fabricação de cimento, ou seja, 71,4% dos investimentos totais na Paraíba no período de 2011 a 2013. No município de Alhandra-PB, tem-se uma unidade de fabricação de cimento com produção anual de 1 milhão de toneladas, com investimento orçado em US$ 162,1 milhões, ou 22,9% dos investimentos do Estado.

Destaca-se também a instalação de mais uma nova fábrica de cimento na Paraíba, especificamente no município de Pitimbu, que possui fonte de matéria-prima, ou seja, o calcário. O empreendimento no valor de US$ 341,6 milhões deverá gerar 1.800 novos postos de trabalho (BRASIL, 2014a).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de Investimento por Setor e Divisão Econômica. In**: Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI.** Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/conteudo/index/item/34>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua , 2014.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PETROBRAS. **Refinaria**. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp>. Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins
Economista. Mestre em Economia

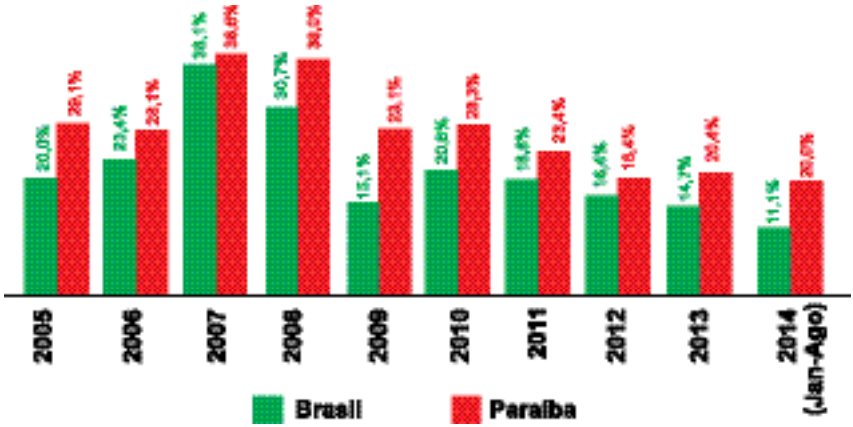
A intermediação financeira se constitui em um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, a Paraíba conta atualmente com 10 instituições financeiras, que atuam através de 247 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no montante de R$ 1,4 bilhão, além de R$ 3,5 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R$ 6,3 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

A Paraíba vem apresentando desempenho superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 27,3% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 21,8%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito na Paraíba beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 30,0%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 23,0% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro na Paraíba alcançou R$ 23,4 bilhões, com a participação relativa no Nordeste e Brasil, de 6,4% e 0,8%, respectivamente.

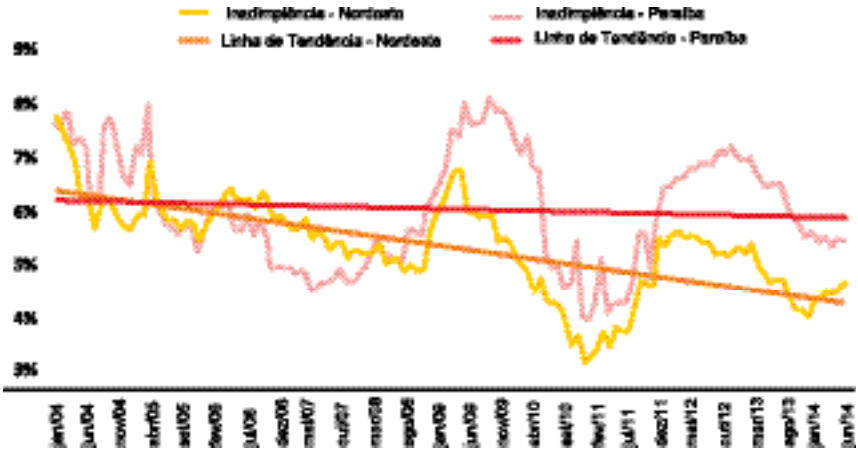
Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e da Paraíba - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Os Índices de Inadimplência de operações de crédito na Paraíba têm oscilado entre 3,6% e 6,0%, com a linha de tendência situando-se abaixo de 5,0%. No Nordeste, referido indicador tem variado entre 3,2% e 5,4% nos últimos dez anos, com a linha de tendência caminhando para 4,0%. Vale salientar que des¬de fevereiro de 2013, o Índice de Inadimplência do Estado vem apresentando tendência de convergência com os números observados na Região Nordeste (Gráfico 2).

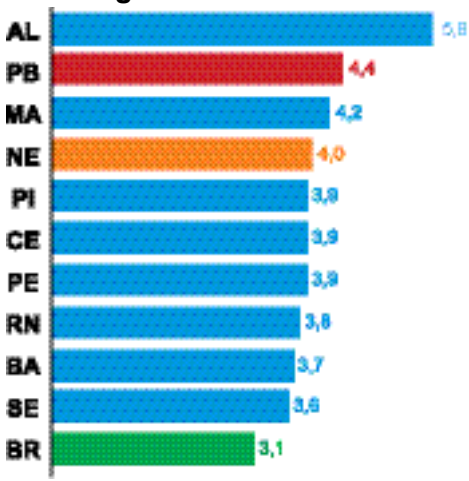
Gráfico 2 - Índices de Inadimplência no Nordeste e Paraíba - 2004 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência das operações de crédito da Paraíba registrou 4,4%, ligeiramente acima do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a inadimplência das pessoas físicas (5,0%) apresentou-se superior ao índice das pessoas jurídicas (3,2%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Índices de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento[4] são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e relocalização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores paraibanos obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda (Tabela 1).

No período de 2005 a 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um fator de 5,8, resultado de uma taxa de crescimento anual de 24,6%, com destaque para os setores "habitação" e "comércio", que registraram taxa de crescimento anual de 42,6% e 34,4%, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	Habitação	Outros	Total
2005	0,78	0,55	0,15	0,14	0,18	0,24	0,51	2,55
2006	0,71	0,51	0,26	0,14	0,23	0,33	0,62	2,81
2007	0,75	0,64	0,38	0,16	0,82	0,51	0,80	4,05
2008	0,76	0,74	0,53	0,24	1,18	0,69	0,97	5,11
2009	0,79	0,85	0,75	0,28	1,01	0,87	1,18	5,73
2010	0,75	0,87	0,74	0,60	1,13	1,39	1,64	7,11
2011	0,67	0,92	0,94	0,92	1,38	2,09	1,94	8,85
2012	0,78	1,11	1,28	1,12	1,47	2,96	2,57	11,29
2013	0,87	1,56	1,62	1,42	1,82	4,14	3,36	14,80

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

[4] Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte "Micro" possui maior participação relativa (66,0%), haja vista contemplar as microempresas, em grande medida devido à presença nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, o porte "Pequeno", com 27,1%, apresentou a taxa anual de crescimento mais elevada na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013.

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	1,50	0,22	0,21	0,61	2,55
2006	1,88	0,24	0,25	0,43	2,81
2007	2,51	0,32	0,26	0,96	4,05
2008	2,77	0,44	0,32	1,58	5,11
2009	3,11	0,67	0,51	1,44	5,73
2010	4,15	0,83	0,58	1,56	7,11
2011	5,35	0,93	0,74	1,83	8,85
2012	7,28	1,22	0,99	1,81	11,29
2013	9,77	1,53	1,23	2,27	14,80

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais.** v 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em < http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas Estatais.** Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>. Acesso em: 14 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste

José Alci Lacerda de Jesus
Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia e Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas
Geógrafo. Mestre em Geografia Física

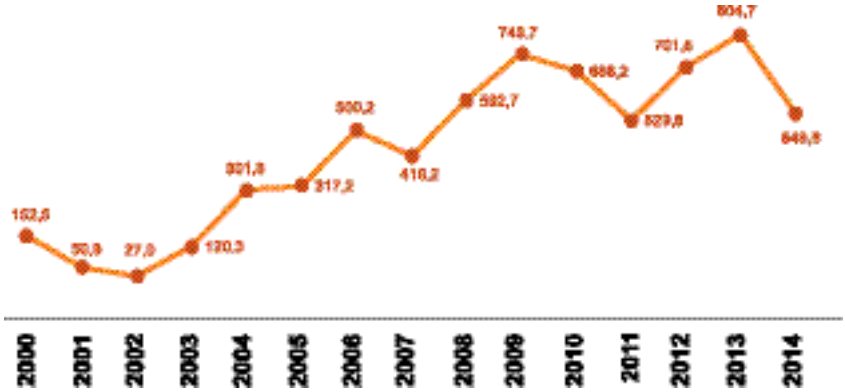
Sâmia Araújo Frota
Economista. Mestre em Administração

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região, contribuindo, enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de empregos, além do aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um aumento substancial nos valores contratados com recursos do FNE na Paraíba, evoluindo de R$ 152,5 milhões em 2000 para R$ 549,6 milhões em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R$ 6,5 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um incremento expressivo, saltando de aproximadamente 7,3 mil em 2000 para mais de 38 mil em 2014, ampliando-se substancialmente o acesso ao crédito para os empreendedores paraibanos.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE na Paraíba - (R$ milhões)

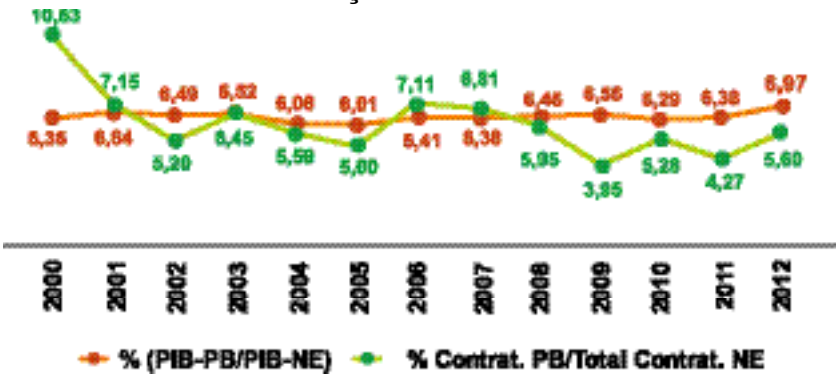


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

A participação do PIB da Paraíba no total da economia do Nordeste oscilou entre 6,4% e 7,0%, entre 2000 e 2012. Por sua vez, a participação do Estado no total de financiamentos do FNE tem variado em torno dessa porcentagem, ora acima, ora abaixo, verificando-se uma tendência de aproximação à linha da participação percentual da Paraíba no PIB Regional nos últimos anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação da Paraíba no PIB regional e no total das contratações do FNE - 2000 a 2012 - Em %

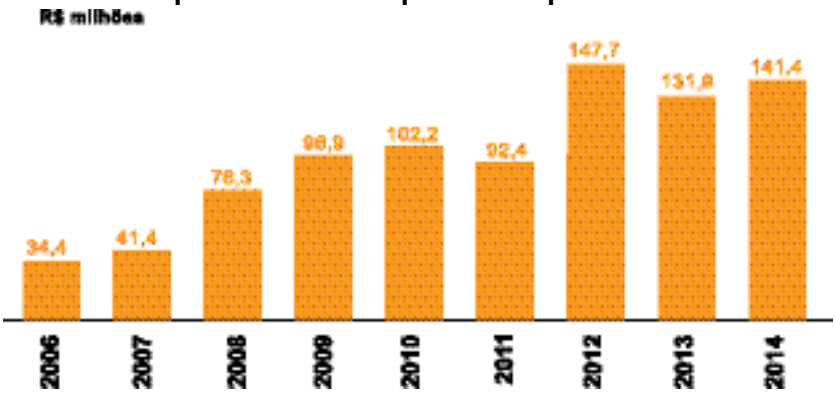


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em relação ao atendimento às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal, qual seja a mesorregião diferenciada do Seridó e o semiárido paraibano, considerando somente o período de 2006 a 2014, os financiamentos com recursos do FNE alcançaram cerca de R$ 159 milhões e R$ 2,6 bilhões, respectivamente, em valores atualizados.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), a Paraíba elevou as aplicações do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento dos financiamentos do FNE para comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Nesse segmento, foram contratados na Paraíba aproximadamente R$ 34,4 milhões em 2006, atingindo-se um montante de R$ 141,4 milhões financiados em 2014, representando um incremento real de aproximadamente 311%.

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas na Paraíba



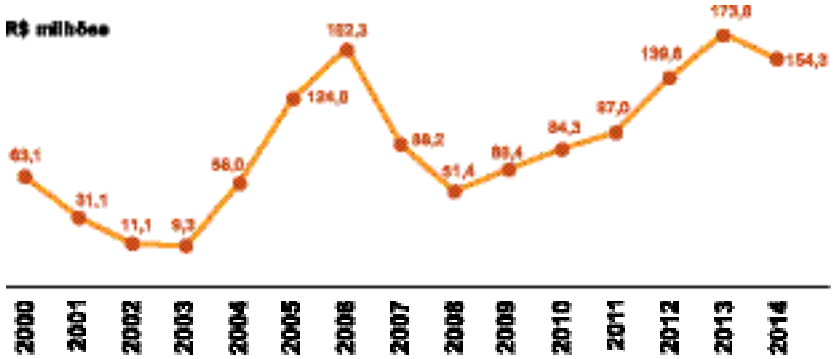
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do Programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R$ 63,1 milhões, em 2000, para R$ 154,3 milhões em 2014. Registre-se, contudo, que os efeitos acumulados da estiagem, que

prosseguiu em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 10% na contratação de recursos no âmbito do Programa, em relação à posição atualizada de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Gráfico 4 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Agricultura Familiar na Paraíba

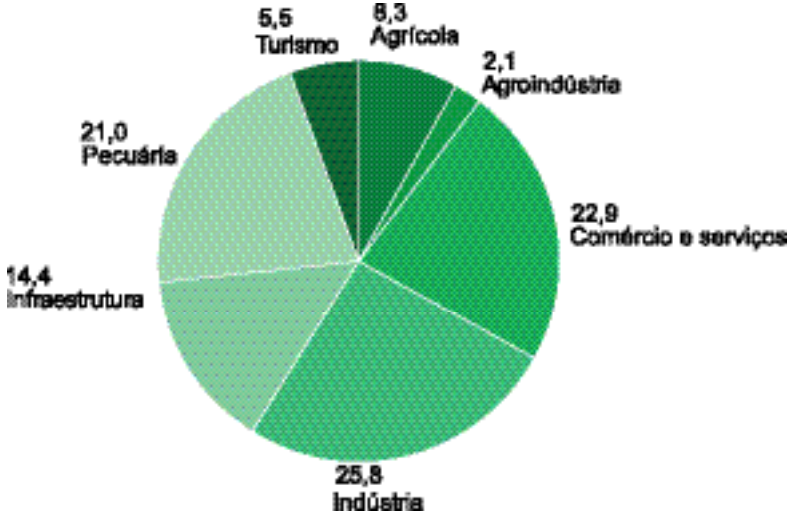


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000-2014, o que se verifica é maior participação da indústria (25,8%) comércio e serviços (22,9%) e pecuária (21,0%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil da estrutura econômica estadual. Mudanças na estrutura produtiva da Paraíba podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

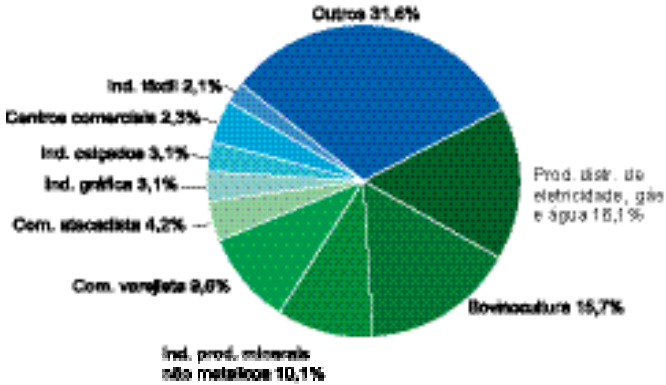
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos na Paraíba, em diversos setores, a exemplo da pecuária, indústria, comércio, serviços e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados no Estado grandes empreendimentos dos segmentos de minerais não metálicos (cimento) e turismo.

O Gráfico 6 apresenta as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período 2000-2014 na Paraíba, podendo ser observada, portanto, a diversidade de segmentos produtivos contemplados com recursos do FNE.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE na Paraíba - 2000 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

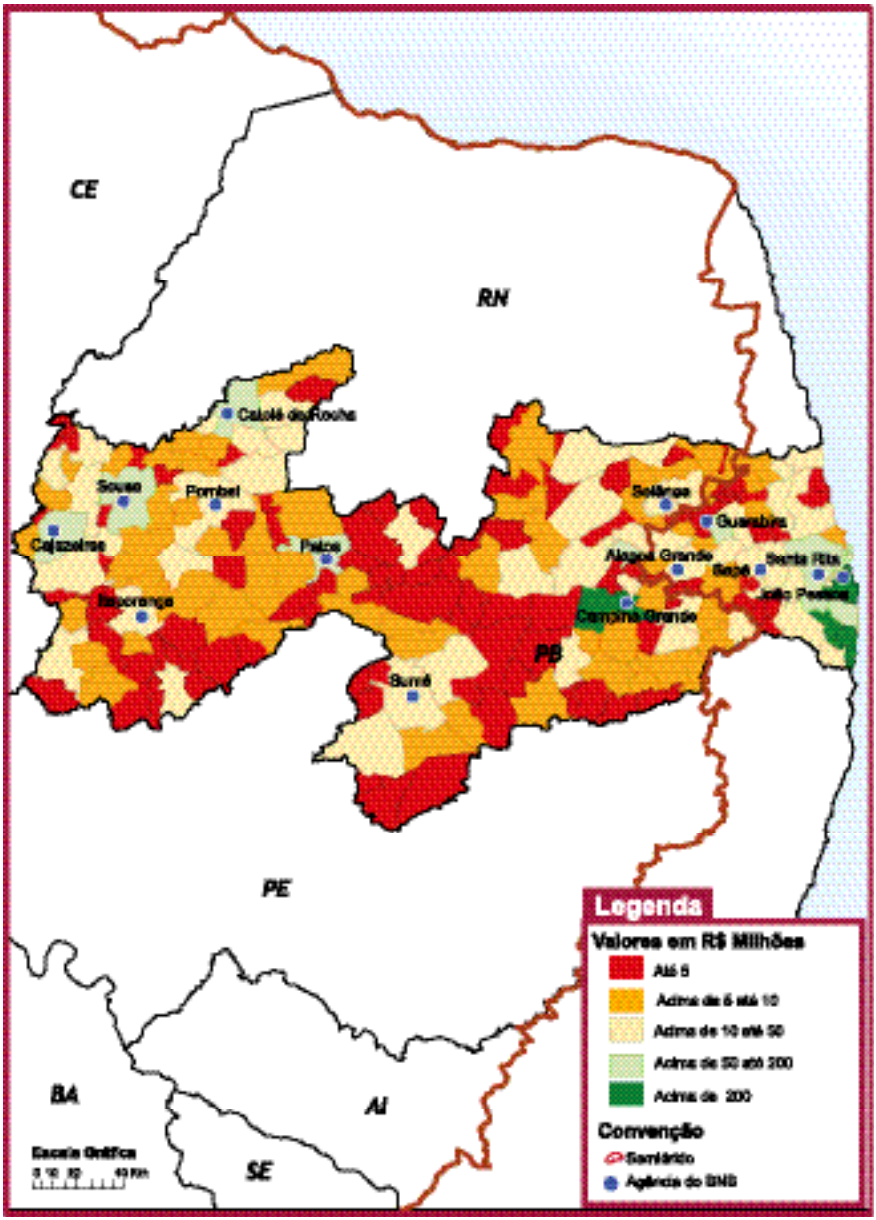
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do FNE diz respeito à democratização do acesso ao crédito e à desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período de 2006 a 2014.

Assim, é possível inferir que o FNE tem atendido a todos os municípios da Paraíba. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente os municípios de Campina Grande e a Região Metropolitana de João Pessoa. Seguem-se as áreas no entorno de Guarabira, Esperança, Patos, Sousa e Cajazeiras. As demais áreas, localizadas em várias regiões do Estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Mapa 1 – Volume de financiamentos do FNE - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas na Paraíba, a exemplo da fruticultura irrigada, ovinocaprinocultura, carcinicultura e sisal, além dos setores agroindustrial, mineral, industrial (polo coureiro-calçadista), comercial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os Estados na promoção do desenvolvimento.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, J. S. **Perfil econômico da Paraíba**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014.** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008.** Rio de Janeiro, 2010**.** (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010.** Rio de Janeiro, 2012**.** (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014**.** (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://<www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf.>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente perfil social e econômico, a Paraíba é detentora de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, o Estado passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

O PIB e o PIB *per capita* da Paraíba cresceram 66,7% e 55,8%, respectivamente, em termos reais, de 2002 a 2012. Esse desempenho superou os resultados obtidos no Nordeste e no Brasil.

Referido crescimento foi alcançado em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas "décadas perdidas" dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente na Paraíba.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento.

O estado da Paraíba foi beneficiado por esses resultados. Verificou-se um crescimento no estoque de empregos formais que saltou de 332.264 postos de trabalho, em 2000, para 651.909 no ano de 2013, aumento em 96,2% com predominância dos empregos formais em empresas de micro e grande portes. Paralelamente, o Estado ganhou 16.724 novos estabelecimentos, representando aumento de 106,2% em relação ao ano de 2000.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia paraibana, a exemplo de obras para ampliar os equipamentos de utilidade pública, mo-

dernizar a logística e os meios de transporte além de fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também têm sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica. De fato, ocorreram avanços importantes na Paraíba nessas áreas em anos recentes.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos Estados mais desenvolvidos tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, R$ 13,0 mil em 2012, supera o do Nordeste (R$ 11,7 mil em 2012), mas ainda é apenas a metade do nacional, que alcançou R$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH da Paraíba (0,631 em 2010) é menor que a média para o Nordeste (0,660 em 2010) e inferior em comparação com o do Brasil (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas. Um primeiro aspecto diz respeito à demografia do Estado.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 2,8 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (639,7 mil) e superior a 64 anos (320,3 mil), somando 960,0 mil, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total,

ocorrendo, portanto o chamado “bônus demográfico”. A Paraíba tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas voltadas para assistência previdenciária e médica para a população idosa e de educação profissional para os que entrarão no mercado de trabalho.

A taxa de urbanização da população paraibana, em 2012, foi de 80,6%, a segunda no Nordeste, superior à média regional (73,1%) e próxima à nacional (84,3%). A capital João Pessoa concentra 19,8% da população estadual.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da centralização das principais atividades econômicas do Estado. A Mesorregião da Mata, que abrange a área metropolitana de João Pessoa, detém 53,7% do PIB estadual.

No que se refere à estrutura produtiva do Estado, os serviços responderam por 73,7% do valor agregado bruto estadual em 2012, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado referida estrutura reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas perdeu participação na economia estadual, tendo respondido por 22,8% do VAB estadual em 2012. A agropecuária cresceu, mas a um ritmo inferior ao do setor de serviços, de forma que perdeu participação no VAB total, tendo decrescido de 7,6% em 2002 para apenas 3,6% em 2012.

A diversidade fitogeográfica confere à Paraíba amplas possibilidades de produção agrícola e pecuária. A lavoura temporária predomina, e em 2012, respondeu por mais de 80,0% do valor da produção agrícola, sendo a cana-de-açúcar e o abacaxi as principais culturas do Estado.

A Paraíba possui potencial para o desenvolvimento da avicultura, bovinocultura leiteira, caprino e ovinocultura e apicultura. Todas essas atividades são exercidas principalmente por pequenos

produtores e se constituem em importantes alternativas de fontes de renda. Essas atividades têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de tecnologias e dos incentivos de programas institucionais. Contudo, ainda existe possibilidade para o crescimento de todos esses segmentos, considerando a demanda de seus produtos, o potencial edafoclimático do Estado e apoio institucional existente.

O setor industrial ainda está concentrado em segmentos tradicionais, de intensidade tecnológica classificada como baixa ou média, a exemplo das indústrias alimentícias e de bebidas, artefatos de couro, calçados e têxteis, além da construção civil. A Paraíba é o maior produtor nordestino de etanol.

Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração. Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 3,6% do valor agregado estadual em 2012, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

A pequena base produtiva gera limitados recursos de arrecadação para o Estado e municípios, de forma que a Paraíba ainda é dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R$ 3,8 bilhões no Estado em 2013, enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R$ 4,5 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira da Paraíba, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,26 em 2000 para 0,31 em 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso da Paraíba, quase 70% das receitas estaduais provêm de fontes não tributarias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, a Paraíba obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pela Paraíba, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica		% Nordeste
Área (km²)	56.470	3,63
Extensão da costa litorânea (km)	153	2,96
Número de municípios	223	12,43
Número de distritos	288	8,97

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	38.731	6,51
	R$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto *per capita*	10.152	44,83

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e população por município - 2012

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Total geral	38.731.149	100,00	10.152	3.815.171	100,00
Água Branca	44.344	0,11	4.614	9.611	0,25
Aguiar	28.374	0,07	5.146	5.514	0,14
Alagoa Grande	151.553	0,39	5.341	28.375	0,74
Alagoa Nova	129.788	0,34	6.539	19.849	0,52
Alagoinha	66.491	0,17	4.839	13.740	0,36
Alcantil	27.450	0,07	5.197	5.282	0,14
Algodão de Jandaíra	14.672	0,04	6.139	2.390	0,06
Alhandra	325.579	0,84	17.768	18.324	0,48
Amparo	12.376	0,03	5.840	2.119	0,06
Aparecida	43.559	0,11	5.562	7.832	0,21
Araçagi	126.040	0,33	7.374	17.093	0,45
Arara	59.631	0,15	4.651	12.820	0,34
Araruna	99.217	0,26	5.201	19.076	0,50
Areia	132.763	0,34	5.676	23.391	0,61
Areia de Baraúnas	11.087	0,03	5.832	1.901	0,05
Areial	32.266	0,08	4.937	6.536	0,17
Aroeiras	90.207	0,23	4.744	19.016	0,50
Assunção	21.179	0,05	5.872	3.607	0,09
Baía da Traição	49.106	0,13	5.957	8.243	0,22
Bananeiras	118.992	0,31	5.470	21.753	0,57
Baraúna	21.617	0,06	4.937	4.379	0,11
Barra de Santa Rosa	74.843	0,19	5.193	14.413	0,38
Barra de Santana	38.972	0,10	4.758	8.191	0,21
Barra de São Miguel	30.832	0,08	5.429	5.679	0,15
Bayeux	886.137	2,29	8.814	100.543	2,64
Belém	103.662	0,27	6.038	17.167	0,45
Belém do Brejo do Cruz	37.441	0,10	5.227	7.163	0,19
Bernardino Batista	16.506	0,04	5.235	3.153	0,08
Boa Ventura	27.341	0,07	4.861	5.625	0,15

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Boa Vista	111.009	0,29	17.305	6.415	0,17
Bom Jesus	14.277	0,04	5.871	2.432	0,06
Bom Sucesso	27.810	0,07	5.564	4.998	0,13
Bonito de Santa Fé	56.143	0,14	5.085	11.042	0,29
Boqueirão	136.971	0,35	8.037	17.043	0,45
Borborema	30.665	0,08	5.932	5.169	0,14
Brejo do Cruz	70.033	0,18	5.260	13.313	0,35
Brejo dos Santos	34.562	0,09	5.542	6.236	0,16
Caaporã	402.072	1,04	19.468	20.653	0,54
Cabaceiras	29.304	0,08	5.692	5.148	0,13
Cabedelo	3.381.452	8,73	56.146	60.226	1,58
Cachoeira dos Índios	54.160	0,14	5.592	9.685	0,25
Cacimba de Areia	19.305	0,05	5.377	3.590	0,09
Cacimba de Dentro	78.989	0,20	4.678	16.885	0,44
Cacimbas	30.450	0,08	4.428	6.877	0,18
Caiçara	40.982	0,11	5.688	7.205	0,19
Cajazeiras	597.768	1,54	10.109	59.130	1,55
Cajazeirinhas	18.105	0,05	5.915	3.061	0,08
Caldas Brandão	32.311	0,08	5.659	5.710	0,15
Camalaú	30.728	0,08	5.304	5.793	0,15
Campina Grande	5.487.353	14,17	14.070	389.995	10,22
Capim	33.982	0,09	5.843	5.816	0,15
Caraúbas	22.632	0,06	5.728	3.951	0,10
Carrapateira	15.045	0,04	6.164	2.441	0,06
Casserengue	35.676	0,09	5.002	7.132	0,19
Catingueira	23.978	0,06	4.973	4.822	0,13
Catolé do Rocha	203.228	0,52	6.989	29.079	0,76
Caturité	41.473	0,11	9.020	4.598	0,12
Conceição	95.954	0,25	5.207	18.429	0,48
Condado	38.261	0,10	5.799	6.598	0,17

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Conde	436.265	1,13	19.692	22.154	0,58
Congo	33.098	0,09	7.054	4.692	0,12
Coremas	80.212	0,21	5.294	15.152	0,40
Coxixola	11.331	0,03	6.288	1.802	0,05
Cruz do Espírito Santo	94.898	0,25	5.816	16.317	0,43
Cubati	34.669	0,09	4.996	6.939	0,18
Cuité	112.274	0,29	5.618	19.983	0,52
Cuité de Mamanguape	46.238	0,12	7.441	6.214	0,16
Cuitegi	32.168	0,08	4.707	6.834	0,18
Curral de Cima	33.317	0,09	6.417	5.192	0,14
Curral Velho	12.852	0,03	5.147	2.497	0,07
Damião	23.538	0,06	4.717	4.990	0,13
Desterro	38.963	0,10	4.849	8.035	0,21
Diamante	34.000	0,09	5.174	6.571	0,17
Dona Inês	51.048	0,13	4.891	10.438	0,27
Duas Estradas	25.291	0,07	7.004	3.611	0,09
Emas	19.302	0,05	5.752	3.356	0,09
Esperança	279.262	0,72	8.855	31.538	0,83
Fagundes	54.343	0,14	4.796	11.332	0,30
Frei Martinho	16.447	0,04	5.604	2.935	0,08
Gado Bravo	38.816	0,10	4.646	8.355	0,22
Guarabira	533.276	1,38	9.527	55.977	1,47
Gurinhém	71.665	0,19	5.164	13.877	0,36
Gurjão	18.987	0,05	5.906	3.215	0,08
Ibiara	28.452	0,07	4.759	5.978	0,16
Igaracy	35.127	0,09	5.727	6.134	0,16
Imaculada	51.004	0,13	4.465	11.423	0,30
Ingá	97.876	0,25	5.575	17.555	0,46
Itabaiana	152.863	0,39	6.272	24.372	0,64
Itaporanga	157.580	0,41	6.704	23.505	0,62

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Itapororoca	139.978	0,36	8.066	17.354	0,45
Itatuba	65.309	0,17	6.325	10.326	0,27
Jacaraú	74.989	0,19	5.360	13.991	0,37
Jericó	42.103	0,11	5.571	7.557	0,20
João Pessoa	11.225.777	28,98	15.119	742.478	19,46
Joca Claudino	14.895	0,04	5.679	2.623	0,07
Juarez Távora	35.888	0,09	4.753	7.550	0,20
Juazeirinho	86.591	0,22	5.074	17.064	0,45
Junco do Seridó	33.579	0,09	4.978	6.745	0,18
Juripiranga	62.610	0,16	6.063	10.327	0,27
Juru	43.254	0,11	4.417	9.793	0,26
Lagoa	24.605	0,06	5.283	4.657	0,12
Lagoa de Dentro	46.992	0,12	6.339	7.413	0,19
Lagoa Seca	144.031	0,37	5.505	26.164	0,69
Lastro	15.998	0,04	5.714	2.800	0,07
Livramento	34.508	0,09	4.800	7.189	0,19
Logradouro	19.493	0,05	4.842	4.026	0,11
Lucena	108.087	0,28	8.986	12.029	0,32
Mãe d'Água	20.574	0,05	5.145	3.999	0,10
Malta	31.527	0,08	5.628	5.602	0,15
Mamanguape	376.107	0,97	8.842	42.537	1,11
Manaíra	46.812	0,12	4.333	10.803	0,28
Marcação	46.016	0,12	5.883	7.822	0,21
Mari	117.776	0,30	5.541	21.254	0,56
Marizópolis	31.118	0,08	4.973	6.257	0,16
Massaranduba	59.694	0,15	4.562	13.084	0,34
Mataraca	89.624	0,23	11.729	7.641	0,20
Matinhas	22.813	0,06	5.236	4.357	0,11
Mato Grosso	14.127	0,04	5.148	2.744	0,07
Maturéia	30.054	0,08	4.946	6.076	0,16

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Mogeiro	69.067	0,18	5.241	13.178	0,35
Montadas	25.740	0,07	5.003	5.145	0,13
Monte Horebe	23.251	0,06	5.090	4.568	0,12
Monteiro	254.119	0,66	8.111	31.330	0,82
Mulungu	48.427	0,13	5.075	9.542	0,25
Natuba	54.622	0,14	5.314	10.278	0,27
Nazarezinho	37.789	0,10	5.211	7.252	0,19
Nova Floresta	51.946	0,13	4.941	10.514	0,28
Nova Olinda	29.875	0,08	4.969	6.012	0,16
Nova Palmeira	24.079	0,06	5.375	4.480	0,12
Olho d'Água	33.731	0,09	4.963	6.796	0,18
Olivedos	19.999	0,05	5.415	3.693	0,10
Ouro Velho	17.175	0,04	5.834	2.944	0,08
Parari	12.246	0,03	6.744	1.816	0,05
Passagem	15.157	0,04	6.671	2.272	0,06
Patos	841.290	2,17	8.246	102.020	2,67
Paulista	68.480	0,18	5.771	11.867	0,31
Pedra Branca	20.099	0,05	5.394	3.726	0,10
Pedra Lavrada	39.954	0,10	5.254	7.605	0,20
Pedras de Fogo	326.777	0,84	11.892	27.479	0,72
Pedro Régis	29.601	0,08	5.083	5.824	0,15
Piancó	93.247	0,24	5.995	15.555	0,41
Picuí	102.551	0,26	5.612	18.272	0,48
Pilar	60.069	0,16	5.302	11.330	0,30
Pilões	36.385	0,09	5.309	6.854	0,18
Pilõezinhos	26.392	0,07	5.161	5.114	0,13
Pirpirituba	52.989	0,14	5.122	10.346	0,27
Pitimbu	110.859	0,29	6.338	17.492	0,46
Pocinhos	98.507	0,25	5.675	17.357	0,45
Poço Dantas	17.998	0,05	4.812	3.740	0,10

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Poço de José de Moura	22.541	0,06	5.571	4.046	0,11
Pombal	218.812	0,56	6.809	32.134	0,84
Prata	22.506	0,06	5.743	3.919	0,10
Princesa Isabel	125.162	0,32	5.756	21.744	0,57
Puxinanã	60.247	0,16	4.611	13.066	0,34
Queimadas	268.452	0,69	6.463	41.538	1,09
Quixabá	11.130	0,03	6.328	1.759	0,05
Remígio	95.475	0,25	5.282	18.075	0,47
Riachão	18.462	0,05	5.531	3.338	0,09
Riachão do Bacamarte	23.568	0,06	5.466	4.312	0,11
Riachão do Poço	24.484	0,06	5.781	4.235	0,11
Riacho de Santo Antônio	12.064	0,03	6.774	1.781	0,05
Riacho dos Cavalos	39.679	0,10	4.751	8.352	0,22
Rio Tinto	176.683	0,46	7.541	23.431	0,61
Salgadinho	16.439	0,04	4.551	3.612	0,09
Salgado de São Félix	59.007	0,15	4.931	11.966	0,31
Santa Cecília	33.029	0,09	5.056	6.533	0,17
Santa Cruz	35.355	0,09	5.464	6.471	0,17
Santa Helena	30.838	0,08	5.239	5.886	0,15
Santa Inês	15.901	0,04	4.494	3.538	0,09
Santa Luzia	96.846	0,25	6.532	14.826	0,39
Santa Rita	1.624.386	4,19	13.315	121.994	3,20
Santa Teresinha	26.939	0,07	5.909	4.559	0,12
Santana de Mangueira	26.398	0,07	5.014	5.265	0,14
Santana dos Garrotes	36.749	0,09	5.123	7.173	0,19
Santo André	15.818	0,04	6.215	2.545	0,07
São Bentinho	26.821	0,07	6.354	4.221	0,11
São Bento	226.652	0,59	7.177	31.582	0,83
São Domingos	15.835	0,04	5.443	2.909	0,08
São Domingos do Cariri	14.295	0,04	5.823	2.455	0,06

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
São Francisco	19.411	0,05	5.796	3.349	0,09
São João do Cariri	25.101	0,06	5.825	4.309	0,11
São João do Rio do Peixe	98.761	0,25	5.597	17.646	0,46
São João do Tigre	20.729	0,05	4.728	4.384	0,11
São José da Lagoa Tapada	38.008	0,10	5.028	7.560	0,20
São José de Caiana	27.929	0,07	4.615	6.052	0,16
São José de Espinharas	27.828	0,07	5.911	4.708	0,12
São José de Piranhas	110.591	0,29	5.736	19.281	0,51
São José de Princesa	18.618	0,05	4.534	4.106	0,11
São José do Bonfim	16.871	0,04	5.108	3.303	0,09
São José do Brejo do Cruz	12.193	0,03	7.143	1.707	0,04
São José do Sabugi	23.067	0,06	5.728	4.027	0,11
São José dos Cordeiros	18.504	0,05	4.989	3.709	0,10
São José dos Ramos	27.315	0,07	4.878	5.600	0,15
São Mamede	43.408	0,11	5.632	7.708	0,20
São Miguel de Taipu	31.544	0,08	4.646	6.789	0,18
São Sebastião de Lagoa de Roça	53.234	0,14	4.755	11.195	0,29
São Sebastião do Umbuzeiro	17.459	0,05	5.312	3.287	0,09
Sapé	391.946	1,01	7.751	50.565	1,33
Seridó	43.517	0,11	4.184	10.400	0,27
Serra Branca	76.019	0,20	5.803	13.101	0,34
Serra da Raiz	18.394	0,05	5.804	3.169	0,08
Serra Grande	15.355	0,04	5.129	2.994	0,08
Serra Redonda	40.228	0,10	5.737	7.012	0,18
Serraria	38.376	0,10	6.215	6.175	0,16
Sertãozinho	31.632	0,08	6.969	4.539	0,12
Sobrado	39.985	0,10	5.369	7.447	0,20
Solânea	148.997	0,38	5.660	26.323	0,69

continua...

continuação

Municípios	PIB (R$ mil correntes)	Participa-ção (%)	PIB *per capita* (R$ correntes)	População (pessoas)	Participação (%)
Soledade	91.970	0,24	6.573	13.993	0,37
Sossêgo	17.951	0,05	5.513	3.256	0,09
Sousa	676.600	1,75	10.181	66.457	1,74
Sumé	95.745	0,25	5.905	16.215	0,43
Tacima	48.563	0,13	4.672	10.394	0,27
Taperoá	74.282	0,19	5.008	14.833	0,39
Tavares	65.799	0,17	4.640	14.182	0,37
Teixeira	75.174	0,19	5.238	14.352	0,38
Tenório	15.962	0,04	5.571	2.865	0,08
Triunfo	43.900	0,11	4.748	9.246	0,24
Uiraúna	90.565	0,23	6.152	14.721	0,39
Umbuzeiro	48.056	0,12	4.955	9.698	0,25
Várzea	17.677	0,05	6.870	2.573	0,07
Vieirópolis	23.280	0,06	4.563	5.102	0,13
Vista Serrana	18.681	0,05	5.230	3.572	0,09
Zabelê	12.136	0,03	5.755	2.109	0,06

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R$ 1,00 correntes
Receita total	**10.843.551.006,76**
Receitas correntes	9.642.585.310,14
Receita tributária	4.567.613.850,41
Impostos	4.360.348.536,59
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	506.608.771,83
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	308.292.851,77
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	183.055.835,79
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	15.260.084,27
Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.853.739.764,76
Taxas	207.265.313,82
Contribuição de melhoria	0,00
Receitas de contribuições	258.695.011,71
Receita patrimonial	184.168.171,99
Receita agropecuária	0,00
Receita industrial	41.710,66
Receita de serviços	83.872.152,34
Transferências correntes	4.379.464.509,79
Outras receitas correntes	168.729.903,24
Receitas de capital	738.904.606,44
Operações de crédito	355.610.966,90
Alienação de bens	5.356.038,90
Amortização de empréstimos	3.690.996,28
Transferências de capital	374.246.604,36
Outras receitas de capital	0,00
Receitas correntes intra-orçamentárias	462.049.282,18
Receitas de capital intra-orçamentárias	11.808,00
Despesa total	**8.207.136.482,30**
Despesas correntes	7.065.168.607,48
Pessoal e encargos sociais	4.539.837.987,52
Juros e encargos da dívida	121.243.624,39
Outras despesas correntes	2.404.086.995,57
Despesas de capital	1.141.967.874,82
Investimentos	773.797.557,57
Inversões financeiras	115.910.871,23
Amortização da dívida	252.259.446,02

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	**187.966.475**	**100,0**
Calçados de borracha / plast. c/ parte super. Em T	97.267.849	51,8
Outros açúcares de cana	11.990.823	6,4
Outros álcool etílico n/ desnaturado	10.960.355	5,8
Ilmenita (minérios de titânio)	10.829.410	5,8
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim	9.569.224	5,1
Sucos (sumo) de outras frutas, n/ fermen. s/ adic.	8.402.832	4,5
Outros calçados de material textil, saola de borra	5.141.366	2,7
Mamões (Papaias) frescos	4.490.216	2,4
Granito cortado em blocos ou placas	4.359.697	2,3
Outros tecidos atoalhados, de algodão	4.329.065	2,3
Outros produtos	20.625.638	11,0
Importações		
Total	**655.871.989**	**100,0**
Calçados p/ esportes, etc. de material textil sola borr	117.438.793	17,9
Outros trigos e misturas de trigo c/ centeio, exc.	87.259.536	13,3
Malte não torrado, inteiro ou partido	58.251.381	8,9
Coque de petróleo não calcinado	36.180.498	5,5
Álcool etílico n/ desnaturado c/ teor água <= 1	17.957.880	2,7
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	15.977.777	2,4
Lâmina ferro / aço, L>=6dm galvanizado outro proc. E<4.	11.583.388	1,8
Borracha de estireno - butano, em outras formas	11.385.682	1,7
Tecido de filam. Poliester textur >=85%, tintos,	7.970.308	1,2
Pneus novos para automóveis de passageiros	6.918.370	1,1
Outros produtos	284.948.376	43,4
Saldo da Balança Comercial	**-467.905.514**	**-**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013.

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R$ mil coprrentes)
Total geral	**256.580**	**6.620.495**	**926.751**
Cana-de-açúcar (Toneladas)	122.066	6.094.359	386.120
Feijão (em grão) (Toneladas)	50.751	22.207	50.579
Milho (em grão) (Toneladas)	44.196	27.452	17.494
Mandioca (Toneladas)	14.796	135.052	70.866
Abacaxi (Mil frutos)	9.564	285.715	325.639
Fava (em grão) (Toneladas)	9.437	4.421	25.308
Outros	5.770	51.289	50.745
Lavoura permanente: Principais Produtos			
Total geral	**40.815**	**293.467**	**232.339**
Banana (cacho) (Toneladas)	12.442	145.721	112.914
Coco-da-baía (Mil frutos)	9.021	56.752	36.577
Sisal ou agave (fibra) (Toneladas)	6.979	6.101	6.156
Castanha de caju (Toneladas)	4.705	1.025	1.752
Tangerina (Toneladas)	1.966	14.728	10.436
Manga (Toneladas)	1.527	11.039	8.087
Outros	4.175	58.101	56.417
Produção Física			**% do Nordeste**
Leite (Mil litros)		157.258	4,37
Ovos de galinha (Mil dúzias)		34.081	6,22
Ovos de codorna (Mil dúzias)		2.704	14,84
Mel de abelha (Quilogramas)		160.142	2,13
Efetivo do rebanho (cabeças)			**% do Estado**
Total		**16.015.065**	**100,00**
Bovino		1.048.824	6,55
Equino		46.262	0,29
Bubalino		1.124	0,01
Suíno - total		137.438	0,86
Suíno - matrizes de suínos		34.268	0,21
Caprino		478.083	2,99
Ovino		389.523	2,43
Galináceos - total		11.214.620	70,03
Galináceos - galinhas		2.433.247	15,19
Codornas		231.676	1,45

continua...

continuação

Produção de pescado (t)		% do Estado
Total geral	**19.032,00**	**100,0**
Pesca extrativa	**11.117**	**58,4**
Marinha	9.140	48,0
Continental	1.977	10,4
Aqüicultura	**7.915**	**41,6**
Marinha	2.069	10,9
Continental	5.847	30,7
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		**% do Nordeste**
Total	**167.286**	**6,8**
Lavoura temporária	69.772	6,5
Horticultura e floricultura	7.797	12,5
Lavoura permanente	9.097	3,9
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	104	10,5
Pecuária e criação de outros animais	76.050	7,9
Produção florestal - florestas plantadas	1.720	6,1
Produção florestal - florestas nativas	2.029	2,6
Pesca	403	8,8
Aquicultura	314	8,6

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	**4.910**	**100,00**
Residencial	1.603	32,65
Industrial	1.460	29,73
Comercial	826	16,82
Rural	283	5,76
Poder público	257	5,23
Iluminação pública	248	5,06
Serviço público	226	4,60
Consumo próprio	8	0,15

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	17	8,10
Demais estabelecimentos bancários	249	6,90

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente[1]	Mil pessoas	% do Estado
Total	**3.918**	**100,00**
Por sexo		
Homens	1.863	47,5
Mulheres	2.055	52,5
Por situação de domicílio		
Urbana	3.120	79,6
Rural	799	20,4
Taxa de urbanização (%)[1]		**79,6**
Densidade demográfica (hab/km²)[1]		**69,4**

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,382
IDH - M (2000)	0,506
IDH - M (2010)	0,658
Índice de Gini (2013)	0,525

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e
Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo	
Pessoas de 05 anos ou mais de idade	18,0
Média de anos de Estudo: 15 anos ou mais	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	7,44
Distribuição dos estudantes por Rede de Ensino	
Pública	73,6
Particular	26,4
Distribuição dos estudantes por rede e nível de rnsino	
Pré-escolar	
Pública	55,34
Particular	44,66
Fundamental	
Pública	78,88
Particular	21,12
Médio	
Pública	82,21
Particular	17,79
Superior	
Pública	54,55
Particular	45,45

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de Estabelecimentos de Saúde (2013)	5.410	9,37
Número de Postos de Saúde (2013)	1.307	9,83
Médicos por mil habitantes (2010)	1,19	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,43	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	19,86	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET.

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	3.337	100,00
População Economicamente Ativa (PEA)	1.808	54,2
População Ocupada	1.658	49,7
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	**3.337**	**100,00**
Até 1/2	495	14,83
Mais de 1/2 a 1	826	24,75
Mais de 1 a 2	602	18,04
Mais de 2 a 3	151	4,53
Mais de 3 a 5	102	3,06
Mais de 5 a 10	71	2,13
Mais de 10 a 20	26	0,78
Mais de 20	6	0,18
Sem rendimento	1.040	31,17
Sem declaração	18	0,54
Vínculos empregatícios formais	**Unidades**	
Total	**659.242**	**100,00**
Indústria	90.112	13,67
Construção Civil	47.028	7,13
Comércio	100.731	15,28
Serviços e Administração Pública	407.692	61,84
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	13.679	2,07
Estabelecimentos		
Total	**41.719**	**100,00**
Indústria	3.761	9,02
Construção civil	3.743	8,97
Comércio	18.299	43,86
Serviços e Administração Pública	14.744	35,34
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	1.172	2,8

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013..

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil unidades	% do Estado
Total	**1.214**	**100,00**
Condição de Ocupação		
Próprios	837	68,95
Alugados	265	21,83
Cedidos	108	8,90
Outros	4	0,33
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	978	80,59
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	653	53,76
Coleta de lixo[1]	991	81,68
Acesso à energia elétrica	1.212	99,84
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	7	0,57
Telefone celular	945	77,87
Telefone fixo e celular	153	12,63
Rádio	937	77,25
Televisão	1.187	97,81
Geladeira	1.161	95,67
Microcomputador	423	34,86
Máquina de lavar roupa	368	30,32

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	78.895	103.477	-	-
PC do B	25.341	-	-	-
PDT	-	67.558	-	-
PHS	-	-	-	-
PMDB	130.625	407.059	647.271	-
PMN	-	-	-	-
PP	80.909	161.999	-	-
PPS	-	-	-	-
PRB	35.415	-	-	-
PRP	-	-	-	-
PRTB	-	-	-	-
PSB	161.831	-		1.125.956
PSC	63.458	-	-	-
PSD	84.166	84.820	-	-
PSDB	136.369	179.886	-	-
PSDC	-	-	-	-
PSL	44.281	-	-	-
PT	48.024	69.922	-	-
PT do B	29.419	-	-	-
PTB	37.231	95.746	-	-
PTC	-	-	-	-
PR	29576	104.799	-	-
PROS	-	-	-	-
PSOL	-	-	-	-
PTN	19.694	-	-	-
PEN	159.839	-	-	-
SD	-	63.433	-	-
PV	-	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.